



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ  
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO**

**ELIZABETH ABREU DA NATIVIDADE GONÇALVES**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO IFMG  
CAMPUS BAMBUÍ: CARACTERIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES**

**ITAJUBÁ**

**2021**

**ELIZABETH ABREU DA NATIVIDADE GONÇALVES**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO IFMG  
*CAMPUS BAMBUÍ*: CARACTERIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado Profissional) do Instituto de Engenharia de Produção e Gestão da Universidade Federal de Itajubá como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto Silva  
Coorientador: Prof. Dr. André Luiz Medeiros

**ITAJUBÁ**

**2021**

**ELIZABETH ABREU DA NATIVIDADE GONÇALVES**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO IFMG  
CAMPUS BAMBUÍ: CARACTERIZAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE AÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado Profissional) do Instituto de Engenharia de Produção e Gestão da Universidade Federal de Itajubá como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Administração.

**BANCA EXAMINADORA**

José Gilberto da Silva

Orientador

André Luiz Medeiros

Coorientador

Gilberto Capistrano Cunha de Andrade

Examinador Externo

Moisés Diniz Vassallo

Examinador Interno

## AGRADECIMENTOS

Agradeço por toda proteção divina de Deus e Nossa Senhora derramada sobre mim. Rendo, ainda, gratidão divina pelo amor incondicional, pelo amparo, pelo sentimento de ser confortada e fortalecida em todos os momentos da minha vida e por tantas pessoas especiais que tenho ou tive oportunidade de conviver e que foram essenciais para o alcance deste objetivo.

À minha mãe, Vilma, sempre presente em meu coração, a quem devo por tantos ensinamentos e por ter me enchido de bons exemplos.

Ao meu pai, Hélio, que nunca mediu esforços para que eu pudesse ter uma boa educação.

À minha irmã, amada e querida e que a sinto como parte de mim, Elisângela. Ela que vivenciou cada etapa deste mestrado, sempre dedicando-me apoio, incentivo, inspiração e orientação.

Ao meu esposo, amado e amigo, Luciano, que além de me apoiar em todos os momentos que vivemos juntos, foi nesta etapa meu mentor, meu guia, minha luz, meu norteador, meu acalento, meu consolo, meu tudo.

Aos meus filhos, razão da minha vida, Felipe e Helena, que me impulsionaram a buscar além das minhas forças.

Aos meus sogros, Antônia e Adriano, tios e amigos que me fortaleceram com suas orações, permitindo-me que eu chegasse ao fim dessa trajetória.

Aos professores André e Gilberto que estiveram presentes do início ao fim deste curso, repassando seus ensinamentos em muitas disciplinas lecionadas e me orientando e coorientando nesta etapa final.

Aos demais professores da UNIFEI, Moisés Vassallo e Victor Valério, que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À equipe da Gestão de Pessoas, meus amigos e companheiros de trabalho, grata por toda a compreensão e contribuição.

Agradeço, ainda, aos dirigentes do IFMG – *Campus* Bambuí por oportunizar e incentivar o meu desenvolvimento como servidora.

*“É melhor agir rápido do que esperar muito”.*

*Jack Welch*

## RESUMO

A educação financeira é um tema de grande relevância, principalmente em função das crises econômicas e suas consequências que impactam a vida pessoal e familiar. Esta pesquisa teve como objetivo propor um programa de capacitação em educação financeira adequado ao perfil dos servidores técnico-administrativos em educação (TAE's) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG) – *Campus* Bambuí. Para isso, realizou-se uma pesquisa *survey* com esses servidores utilizando um questionário como instrumento de coleta de dados. Efetuou-se a caracterização dos servidores em relação aos perfis sociodemográfico, socioeconômico, de conhecimento financeiro e de comportamento financeiro, bem como a identificação do nível de educação financeira e sua associação com fatores dos perfis identificados. A partir das análises realizadas, observou-se que a maioria dos respondentes se enquadram no seguinte perfil: faixa etária de 25 a 49 anos, com cor/raça/etnia branca e parda, com nível de escolaridade elevado (especialistas e mestres). De maneira geral, gastam menos do que ganham, controlam o dinheiro, compram a prazo com frequência e possuem parte da renda comprometida com o pagamento de compras a prazo. A análise do nível de educação financeira enquadrou os respondentes em um nível baixo, indicando, portanto, a necessidade de ações de capacitação. Verificou-se, ainda, que a educação financeira apresenta associação com o tratamento de assuntos relacionados ao dinheiro com os pais, com a aprendizagem no ensino médio e com o controle periódico do dinheiro. Tendo em vista as informações obtidas, foi elaborada uma proposta de programa de ação de capacitação adequada à realidade do perfil apresentado, em consonância com o objetivo geral desta pesquisa. A proposta foi apresentada aos dirigentes do IFMG – *Campus* Bambuí, que expediram parecer favorável.

**Palavras-chave:** Finanças pessoais. Educação financeira. Servidor público.

## ABSTRACT

Financial education is a topic of great relevance, mainly due to economic crises and their consequences that impact personal and family life. This work aims to research was to propose a training program in financial education, appropriate to the profile of Technical and Administrative Education workers (TAE) at the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFMG) - Campus Bambuí. In this sense, a survey was conducted with these public workers, using a questionnaire as a data collection instrument. The workers were characterized regarding their sociodemographic, socioeconomic, financial knowledge and financial behavior profiles, as well as the identification of the level of financial education and its association with factors of the identified profiles. From the analyzes carried out, it was observed that most of the respondents fit the following profile: from 25 to 49 years of age, white and mixed race/ethnicity, with a high educational level (specialists and master's degrees). In general, they spend less than they earn, control money, buy installments frequently, and have part of their income committed to pay for purchases in installments. The analysis of the level of financial education placed the respondents at a low level, indicating the need for training actions. Financial literacy level was also found to be associated with dealing with money-related issues with parents, with learning in high school, and with periodic monitoring of money. Considering the information obtained, a proposal for a training action program appropriate to the reality of the profile presented was prepared, in line with the general objective of this research. The proposal was presented to the directors of IFMG - Campus Bambuí, who issued a favorable opinion.

**Keywords:** Personal finance. Financial education. Public employee.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de execução de uma pesquisa survey. ....	34
Figura 2 - Imagem aérea do IFMG – Campus Bambuí. ....	36
Figura 3 - Perfil demográfico dos respondentes segundo as variáveis: Gênero e Cor/ Raça/ Etnia. ....	46
Figura 4 - Perfil socioeconômico dos respondentes segundo a variável: Gasto em relação à renda. ....	48
Figura 5 - Perfil socioeconômico dos respondentes segundo a variável: Controle do dinheiro periodicamente. ....	51
Figura 6 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Realização de compras a prazo com frequência. ....	52
Figura 7 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Pedir desconto sempre que compra à vista. ....	54
Figura 8 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Poupar mensalmente parte da renda mensal para eventualidades. ....	55
Figura 9 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Contratar seguro com parte da renda média mensal. ....	56
Figura 10 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Fazer investimento com parte da renda média mensal individual. ....	57
Figura 11 - Nível de conhecimento financeiro. ....	62



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese de resultados de pesquisa sobre educação financeira de servidores públicos federais.....	27
Quadro 2 - Composição do questionário. ....	39
Quadro 3 - Composição dos grupos constituídos a partir do questionário aplicado. ....	40
Quadro 4 - Síntese de técnicas estatísticas por objetivo específico.....	44
Quadro 5 - Proposta do Programa de Capacitação em Educação Financeira.....	77
Quadro 6 - Indicação de ação para desenvolvimento complementar. ....	81

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil demográfico dos respondentes segundo a variável: Idade/ variável recodificada: Faixa Etária.....	45
Tabela 2 - Perfil demográfico dos respondentes segundo a variável: Escolaridade.....	46
Tabela 3 - Perfil socioeconômico dos respondentes segundo as variáveis: Renda média mensal familiar e Renda média mensal individual e pessoal.....	47
Tabela 4 - Perfil socioeconômico dos respondentes em relação as variáveis: Assuntos relacionados ao dinheiro com os pais; Conteúdo no ensino médio que ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro; e pelo menos uma disciplina de economia e finanças cursada no ensino superior.....	49
Tabela 5 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo as variáveis: Percentual de renda média mensal (individual) para pagamento de compras a prazo; principal forma de pagamento em compras a prazo; e Percentual de compras a prazo com o pagamento em atraso.....	53
Tabela 6 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo as variáveis: Contribuir com a previdência oficial, se considerado obrigatório; e Usar parte da renda média mensal para contribuir com a previdência complementar.....	56
Tabela 7 - Perfil do nível de conhecimento financeiro dos respondentes segundo os conceitos de juros, inflação, diversificação de risco e diversificação de investimento.....	59
Tabela 8 - Respondentes em relação a pontuação média por quantidade de acertos.....	61
Tabela 9 - Nível geral de educação financeira dos TAE's.....	63
Tabela 10 - Resultados das estatísticas de associação entre o nível de educação financeira e as variáveis sociodemográficas.....	65
Tabela 11 - Resultados das estatísticas de associação entre o nível de educação financeira e as variáveis socioeconômicas.....	66
Tabela 12 – Contribuição individual de cada célula ao valor da estatística da variável tratar de assuntos relacionados ao dinheiro com os pais quando criança.....	67
Tabela 13 - Contribuição individual de cada célula ao valor da estatística da variável ter tido algum conteúdo (disciplina ou projeto) no ensino médio que ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro.....	68
Tabela 14 - Contribuição individual de cada célula ao valor da estatística da variável controle do dinheiro periodicamente.....	68

Tabela 15 - Resultados das estatísticas de associação entre o nível de educação financeira e as variáveis do comportamento financeiro. ....	70
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
COVID	Corona Virus Disease
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FUB	Fundação Universidade de Brasília
GP	Gestão de Pessoas
H	Hipóteses
IEPG	Instituto de Engenharia de Produção e Gestão
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ME	Ministério da Economia
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RJU	Regime Jurídico Único da União
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SEDGG	Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SGP-ENAP	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal
SM	Salários Mínimos
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TAE's	Técnico-administrativos em educação
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFV	Universidade Federal de Viçosa

UNIFEI

Universidade Federal de Itajubá

UTFPR

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

WOS

*Web of Science*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>As variáveis da alfabetização e educação financeira .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>A influência dos perfis socioeconômicos e demográficos sobre a educação financeira.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3</b>	<b>Aspectos do endividamento do servidor público.....</b>	<b>25</b>
<b>2.4</b>	<b>Desenvolvimento de pessoas no âmbito do serviço público federal com foco no aspecto financeiro .....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>Classificação e método de investigação .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2</b>	<b>Implementação da <i>survey</i> .....</b>	<b>33</b>
3.2.1	Vínculo com o nível teórico .....	34
3.2.2	Projeto / desenho da pesquisa.....	35
3.2.3	Amostra da pesquisa.....	37
3.2.4	Teste piloto .....	38
3.2.5	Procedimento de coleta de dados .....	38
3.2.5.1	<i>Instrumento de medição</i> .....	39
3.2.5.2	<i>A coleta de dados</i> .....	40
3.2.6	Análise dos dados coletados.....	42
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>4.1</b>	<b>Perfil da amostra.....</b>	<b>45</b>
4.1.1	Perfil sociodemográfico.....	45
4.1.2	Perfil socioeconômico .....	47
4.1.3	Perfil do comportamento financeiro .....	51
4.1.4	Perfil de conhecimento financeiro.....	58
<b>4.2</b>	<b>Nível de educação financeira dos TAE's.....</b>	<b>61</b>
<b>4.3</b>	<b>Relação entre os perfis sociodemográfico, socioeconômico e comportamento financeiro com o nível de educação financeira .....</b>	<b>64</b>
4.3.1	Nível de educação financeira com o perfil sociodemográfico .....	65
4.3.2	Nível de educação financeira com o perfil socioeconômico .....	66
4.3.3	Nível de educação financeira com o perfil de comportamento financeiro .....	70
<b>4.4</b>	<b>Comparação entre os resultados e as hipóteses.....</b>	<b>71</b>

<b>4.5</b>	<b>Proposta de programa de capacitação aos TAE's .....</b>	<b>72</b>
4.5.1	Aspectos de aceitação do produto pelo IFMG – <i>Campus</i> Bambuí.....	83
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>
	<b>APÊNDICE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b>	<b>95</b>
	<b>ANEXO – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES TÉCNICO-</b>	
	<b>ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO .....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é um processo que aprimora a compreensão em relação aos produtos e serviços financeiros. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), ela é capaz de tornar os indivíduos mais conscientes mediante informação, formação e orientação, desenvolvendo habilidades para fazer escolhas melhores (OCDE, 2005).

Pela capacidade de promover mudanças comportamentais em relação aos hábitos de consumo e investimento, a educação financeira apresenta-se como um tema de grande importância, especialmente entre a população brasileira. Percebe-se que, no Brasil, há diversos problemas relacionados à falta de educação financeira e alguns deles estão evidenciados em um estudo baseado em uma pesquisa realizada no mês de novembro de 2019, em todas as capitais brasileiras. O trabalho indicou que 48% dos entrevistados não realizam um controle sistemático do seu orçamento, demonstrando que, de maneira geral, os brasileiros não controlam suas finanças, não planejam o mês com antecedência e nem se organizam para enfrentar imprevistos. (SPC BRASIL, 2020).

Ao longo da trajetória econômica brasileira, com seus altos e baixos, observa-se a maior necessidade de fazer uma administração financeira eficaz, para contornar os diversos problemas gerados pelas constantes mudanças econômicas, como as ocorridas atualmente. O país vive o ineditismo da crise econômica agravada pela pandemia do novo Corona Virus Disease (Covid), que interfere na política econômica, afeta o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), eleva a projeção da taxa de inflação e aumenta a taxa de desemprego (IPEA, 2020). Esses fatores exigem novos conhecimentos e comportamentos para que os indivíduos possam lidar com essas questões que interferem em suas vidas financeiras.

A qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia toda a economia e, por isso, é importante prover a população de novos conhecimentos e comportamentos por meio da educação financeira. Espera-se, a partir dela, desenvolver habilidades e competências em relação ao entendimento do mercado de negócios, da influência dos juros na vida financeira no dia a dia, do consumo de forma consciente, das diversas formas de financiamentos disponíveis, da importância de fazer um orçamento familiar, de se manter uma reserva de emergências e, por fim, de se manter uma gestão financeira pessoal (BCB, 2013).

Por outro lado, a ausência de uma educação financeira liga-se intimamente a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas, que são fatores que demonstram a necessidade de mudança de comportamento individual. Pois, além do



comprometimento da renda, essas questões impactam na produtividade laboral e no bem-estar pessoal e familiar, e, finalmente, na capacidade de investimento do próprio país. Diante disso, pode-se afirmar que pessoas financeiramente bem-educadas demandam produtos adequados às suas necessidades e desempenham um importante papel no mercado, exigindo maior transparência das instituições financeiras (BCB, 2013).

Em consonância com a seriedade do tema, propostas de política pública de educação financeira destinadas à população em geral têm recebido amplo apoio. Elas têm sido tema de discussões e ações por parte de diferentes atores no cenário nacional, com evidência para o governo brasileiro junto a entidades representativas do setor financeiro e da sociedade civil.

Em 2010, um decreto presidencial instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que é uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no país, seu objetivo desde então é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (BRASIL, 2010). Este decreto foi revogado em 2020 (Decreto N° 10.393), instituindo a nova ENEF que passou a ter “[...] a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País” (BRASIL, 2020).

Percebe-se que existem iniciativas formalizadas e adotadas no país, mas, mesmo assim, é nítido o aumento do nível de endividamento das famílias, principalmente em períodos de crise econômica, conforme evidenciado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). De acordo com a entidade, no ano de 2020, compreendendo os impactos negativos da pandemia decretada no mês de março do mesmo ano, o endividamento das famílias se elevou em 2,8 pontos percentuais, alcançando uma média anual de 66,5%, com débitos compostos por: dívidas de cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de casa, entre outras (CNC, 2021).

Essa constatação sinaliza a necessidade de obtenção de informações sobre o nível de educação financeira, principalmente, para grupos específicos de pessoas, contribuindo assim, para que o tema seja explorado de maneira intensa e adequada, subsidiando o desenvolvimento de ações exclusivas, para alcançar os resultados almejados.

Com base no exposto, identifica-se o servidor público como um grupo específico de indivíduos que se destacam entre as pessoas físicas, diferenciando-se dos consumidores que trabalham no setor privado em relação à facilidade do acesso ao crédito, materializado pela facilidade do desconto em folha de pagamento dos valores referentes a empréstimos. Além

disso, outros dois fatores são relevantes: a renda garantida (estabilidade no emprego) e com baixas variações, o que pode constituir uma possível propensão ao endividamento.

Depreende-se assim, o seguinte problema de pesquisa: o nível de educação financeira dos servidores técnico-administrativos em educação é satisfatório ou apresentam lacunas que geram a necessidade de ações de capacitação?

Considerando o problema apresentado, a presente pesquisa tem o objetivo geral de propor um programa de capacitação em educação financeira adequado ao perfil dos servidores técnico-administrativos em educação (TAE's), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG) – *Campus* Bambuí. Especificamente, pretende-se:

- caracterizar o perfil sociodemográfico, socioeconômico, de conhecimento financeiro e de comportamento financeiro dos servidores técnico-administrativos em educação;
- identificar o nível de educação financeira dos sujeitos da pesquisa; e
- analisar a relação entre o perfil sociodemográfico, socioeconômico e de comportamento financeiro com o nível de educação financeira.

Espera-se, por intermédio dos resultados deste trabalho, contribuir para um melhor desempenho na educação financeira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFMG – *Campus* Bambuí.

No intuito de atender ao objetivo delineado, o presente estudo está organizado em cinco partes: Introdução; Referencial Teórico, contextualizando a educação financeira como forma de justificar a necessidade de realização de pesquisas; Metodologia apresentando os procedimentos adotados; Resultados e Discussão; e Considerações Finais apresentando uma síntese dos resultados mais relevantes que foram observados com a realização do trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção baseia-se na análise de alguns estudos selecionados, mundialmente, que foram realizados em torno do tema “educação financeira” e apresenta a base para o desenvolvimento deste trabalho. Serão elucidadas a importância, as consequências, a influência e a conceituação da educação financeira, de acordo com uma abordagem da necessidade de programas de educação financeira. Também serão apresentados o impacto financeiro e os aspectos do endividamento dos servidores públicos e a visão em fundamentos legais para a promoção de ação de desenvolvimento de pessoas no âmbito do serviço público federal com foco no aspecto financeiro.

### 2.1 As variáveis da alfabetização e educação financeira

Uma parte significativa da população adulta é desprovida de conhecimentos sobre finanças e conceitos econômicos básicos, como diversificação de riscos, inflação e composição de juros, como evidenciado por muitos estudos, conforme relatam Jappelli e Padula (2013). Sendo, ainda, apresentadas por Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011) em seus estudos, que em grandes pesquisas domiciliares, realizadas em muitos países, famílias típicas desses lugares, como Reino Unido, Nova Zelândia, Irlanda, Estados Unidos e Holanda, não têm bom conhecimento financeiro de como poupar e investir corretamente para a aposentadoria.

A existência, ou não, da alfabetização financeira afeta as decisões domésticas (VAN ROOIJ; LUSARDI; ALESSIE, 2011). É ela que permite ao indivíduo conferir informações econômicas e tomar decisões sobre planejamento, acumulação de riqueza, dívida e pensões, conforme afirmam Lusardi e Mitchell (2014). Klapper, Lusardi e Panos (2013, p. 3904), por sua vez, relatam que “[...] a capacidade dos consumidores de tomar decisões financeiras bem-informadas melhora sua capacidade de desenvolver finanças pessoais sólidas”.

Jappelli e Padula (2013) avaliaram em seus estudos a relação entre a alfabetização financeira atual e a alfabetização financeira inicial, considerada aquela antes de os participantes entrarem no mercado de trabalho. Os autores avaliaram também a relação entre riqueza e alfabetização financeira, por meio dos dados extraídos de uma Pesquisa de Saúde,

Envelhecimento e Aposentadoria com indivíduos com mais de 50 anos, na Europa; e uma pesquisa retrospectiva somada a dados internacionais sobre economia e outras variáveis macroeconômicas sobre alfabetização financeira. Esses estudos afirmaram que a alfabetização financeira está relacionada às habilidades matemáticas adquiridas no começo do ciclo de vida, que podem diminuir ou aumentar variando do investimento individual na aquisição de conhecimento financeiro, o que reflete na alfabetização financeira das famílias e na posterior acumulação de riqueza. Isso mostra que o interesse de buscar conhecimento financeiro depende dos mesmos fatores que atingem as decisões econômicas ao longo do ciclo de vida.

Nesse contexto, a alfabetização financeira é reconhecida por Jappelli e Padula (2013) como uma escolha que gera custos e benefícios aos consumidores que definem quanto investir para possuir a alfabetização financeira, isto é, o investimento pressupõe aumentar o retorno líquido da economia, exigindo, em contrapartida, dinheiro, tempo e esforço.

Para Behrman *et al.* (2012), o investimento em alfabetização financeira tem impactos substanciais, pois fornecem aos indivíduos, empresas e governos a possibilidade de aumentar suas próprias riquezas e o bem-estar das famílias. O mesmo conceito foi fortalecido por Lusardi e Mitchell (2014), ao afirmarem que o conhecimento financeiro desenvolvido pelo indivíduo como um tipo de investimento em capital humano, leva a obter retornos acima da média de seus investimentos.

A carência de informações sobre os níveis de conhecimento financeiro na população é uma das principais razões de se haver menos atenção para a relação entre acumulação de riqueza e alfabetização financeira, que são positivamente associadas, segundo Van Rooij, Lusardi e Alessie (2012). Para tanto, esses mesmos autores criaram um conjunto de perguntas, que foram respondidas por um painel de pesquisa domiciliar de uma agência de pesquisa da Universidade de Tilburg, na Holanda, no ano de 2005, com o intuito de medir o conhecimento financeiro básico e avançado dos participantes. Eles estudaram a relação entre conhecimento financeiro e riqueza familiar e constataram que os indivíduos tendem a assumir, frequentemente, a responsabilidade por seu bem-estar financeiro e sua preparação para a aposentadoria. Em seus estudos, eles ainda destacam que indivíduos com conhecimento financeiro têm maior probabilidade de investir em ações e maior propensão a planejar a aposentadoria.

Em associação aos baixos níveis de alfabetização financeira, o estudo de Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011), realizado na Holanda, além de confirmar a falta de conhecimento de conceitos financeiros básicos na população, registrou, em proporções desiguais, a vulnerabilidade financeira em grandes grupos de consumidores que têm dificuldade em sobreviver e não tem reservas financeiras para lidar com grandes despesas imprevistas ou

choques de renda causados, por exemplo, pelo desemprego ou doença inesperada. Esses autores ainda concluíram que mulheres e pessoas com baixa escolaridade mostram os mais baixos níveis de conhecimento financeiro, enquanto famílias com maior conhecimento financeiro planejam a aposentadoria.

Em um estudo realizado na Alemanha, Bucher-Koenen e Lusardi (2011) descobriram que a alfabetização financeira impacta no planejamento da aposentadoria e que, conseqüentemente, a falta de conhecimento financeiro pode levar a efeitos dramáticos na segurança da aposentadoria, o que leva à vulnerabilidade de planejá-la e de tomar medidas para economizar uma renda para este fim. A mesma descoberta aconteceu na Itália, conforme os estudos de Fornero e Monticone (2011), segundo os quais foi constatado que é exigido mais sofisticação financeira por parte dos cidadãos italianos.

Diante de vários estudos que enfatizam sobre o papel da alfabetização para a aposentadoria, Jappelli e Padula (2013) observaram que é importante analisar a alfabetização financeira entre países sobre a ótica do sistema de seguridade social, pois, diante dos níveis de alfabetização e economia diferentes, as pessoas confiam na riqueza privada por não serem contempladas por um sistema previdenciário generoso, ou seja, o incentivo para investir em alfabetização financeira é impulsionado, dando a eles maior alfabetização e economia financeira.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Disney e Gathergood (2013), por meio de pesquisas realizadas no Reino Unido, complementam que o custo do crédito é maior para o indivíduo com baixa alfabetização do que para aqueles com maior alfabetização, levando à compreensão da necessidade do entendimento do custo financeiro do crédito aos usuários desse produto.

Em oposição aos obtentores de crédito estão os investidores em ações que, segundo Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011a), também sofrem impactos em relação à alfabetização financeira. Os autores afirmam que essa alfabetização afeta a tomada de decisão financeira, especialmente frente a um mercado de produtos financeiros diversificados que necessita uma complexa análise para seu entendimento, o que revela que a falta de alfabetização financeira inibe os indivíduos de investir no mercado de ações, havendo, portanto, a necessidade de orientá-los em suas decisões financeiras.

Nesse contexto, em que estudos demonstram uma má gestão financeira associada aos baixos níveis de alfabetização financeira, Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011a, p. 451) apontam que “[...] a alfabetização financeira não deve ser tomada como garantida”. Para tanto, Lusardi e Mitchell (2014) consideram que a valorização do conhecimento financeiro se destina à criação de programas que visam aprimorar os níveis de conhecimento financeiro na população.

Segundo Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011; 2011a), programas de educação financeira aliados à melhoria da alfabetização financeira são fatores inseparáveis para uma maior propensão a planejar a aposentadoria e como investir em riqueza, devendo ser destinados aos grupos que apresentem maior déficit de conhecimento para aprimorar a sofisticação financeira e decisões financeiras desses indivíduos. Como expõe Fox, Bartholomae e Lee (2005, p. 196): “[...] a educação financeira pode incluir qualquer programa que trate do conhecimento, atitudes e ou comportamento de um indivíduo em relação a tópicos e conceitos financeiros”.

Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011a) sugerem, ainda, que os programas de educação financeira sejam direcionados à grupos específicos da população, para possuírem ações mais produtivas, sendo evidenciado que a alfabetização financeira se distingue em relação à fatores, como educação, idade e sexo.

Outros fatores levam a combinação desses programas. Johnson e Sherraden (2007), relatam que diante do crescente interesse em educação financeira para jovens nos Estados Unidos, acreditam que programas com foco limitado na alfabetização financeira não sejam tão eficazes; assim, eles sugerem uma combinação de educação financeira, acesso às instituições financeiras e incentivos de poupança para que a capacidade financeira que insere conhecimento financeiro seja desenvolvida.

Posto isto, a educação financeira surgiu como instrumento na formação e conscientização do cidadão e tornou-se um complemento importante à conduta do mercado e à regulamentação prudencial e à melhoria dos comportamentos financeiros individuais (OCDE, 2005). Ela se refere a um processo que aprimora a compreensão em relação aos produtos e serviços financeiros, tornando os indivíduos mais conscientes, mediante informação, formação e orientação, desenvolvendo, neles, habilidades para fazer escolhas bem-informadas.

Considerando que são diversas as definições de educação financeira, Huston (2010) expõe que os conceitos de alfabetização financeira, de conhecimento financeiro e de educação financeira são frequentemente usados como sinônimos, não tendo um significado universalmente aceito, no entanto, o autor aponta a importância de diferenciar a “alfabetização financeira” da “educação financeira” para mensurar a relação de causa e efeito.

Para Huston (2010, p. 306 e 308), “[...] a alfabetização financeira pode ser definida como uma medida de quão bem um indivíduo pode entender e usar informações relacionadas a finanças pessoais”, enquanto, para o mesmo autor a educação financeira é uma entrada destinada a “[...] aumentar o capital humano de uma pessoa, especificamente o conhecimento e ou aplicação financeira”. Fu (2020), por sua vez, considera a educação financeira como a principal ferramenta para melhorar a alfabetização financeira.

Diversos fatores têm conduzido o interesse das políticas em aumentar os impulsos para a alfabetização financeira por meio da educação financeira. Dentre eles destaca-se o desempenho ruim dos indivíduos em testes de alfabetização financeira, seguidos de diversos erros de consumidores (HASTINGS; MADRIAN; SKIMMYHORN, 2013). Os programas de educação financeira passaram a incorporar mundialmente as agendas de reforma pós-crise, com formuladores de políticas e ONGs buscando maior conscientização e conhecimento financeiro (HAKIZIMFURA; RANDALL; ZIA, 2020).

Entender se a educação financeira causa mudança no comportamento financeiro e quais programas educacionais são os mais eficazes é uma preocupação de muitos formuladores de políticas, tornando a pauta em um interesse político. Quando as famílias não se beneficiam de reservas financeiras suficientes, há consequências não somente no bem-estar pessoal, mas também nas políticas públicas. Pois sem reservas financeiras as famílias não têm como se precaver de imprevistos e se tornam mais propensas a ficarem dependentes do apoio público (VAN ROOIJ; LUSARDI; ALESSIE, 2012).

Apesar dos diversos resultados de estudos que demonstram a importância da educação financeira, mensurar os impactos diretos dos seus efeitos sobre o comportamento dos indivíduos é uma tarefa complexa. Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014) consideram mascarados os efeitos da educação financeira e apontam sérias limitações na conceituação de muitos estudos. Já Hastings, Madrian e Skimmyhorn (2013, p. 369), consideram que poucas evidências concretas correspondem ao desempenho das intervenções de educação financeira. Contudo, eles apontam que “[...] a educação financeira é uma ferramenta, uma de muitas, para melhorar a alfabetização financeira”, e que iniciativas de educação financeira podem ter efeito quando bem projetadas e executadas. Eles enfatizam que “[...] o aumento das capacidades financeiras da população é uma meta desejável e socialmente benéfica”.

Em todo o mundo, os países desenvolvidos e os em desenvolvimento realizam estratégias que buscam melhores níveis de alfabetização financeira dos indivíduos (GARG; SINGH, 2018). Nesse sentido, a OCDE (2005) recomendou a adoção de políticas destinadas a melhorarem a qualidade de vida das pessoas e passou a apoiar o papel de governos na promoção da educação financeira.

A importância da educação financeira pode também ser observada pelo aumento expressivo de pesquisas relacionadas ao tema. Goyal e Kumar (2021) realizaram uma ampla pesquisa bibliográfica visando apresentar o conhecimento quantitativo e qualitativo sobre o tema alfabetização financeira. Foi observado um aumento significativo nas publicações sobre educação financeira na plataforma *Web of Science* (WOS) no período de 2000 a 2019, subindo

de apenas um artigo (em 2000) para 90 (em 2019). Os autores consideram, ainda, que a pesquisa em alfabetização financeira teve um crescimento a partir de 2009 em função, principalmente, da crise financeira global iniciada em 2008, a qual foi demonstrada por perdas crescentes, dívida das famílias e liquidez.

No Brasil, em um dos primeiros trabalhos em torno do assunto, realizado por Savóia, Saito e Santana (2007), a educação financeira foi posicionada em uma situação preocupante, apontando a necessidade de inserção do tema em todas as esferas, tendo como um fator determinante a desequilibrada distribuição de renda do país. Apesar de terem observado algumas iniciativas para o fomento da educação financeira no cenário nacional, os autores ainda observaram a necessidade de maiores esforços para prover a população adulta sobre o tema.

Para Cunha (2020), a criação de estratégias nacionais diante das recomendações pela OCDE, foi fortalecida a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A ENEF promove ações de educação financeira com programas multissetoriais, que integram entidades públicas e privadas, e foi instituída no Brasil no ano de 2010 como política de Estado de caráter permanente “[...] com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010). Recentemente, a ENEF passou a ter “[...] a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País” (BRASIL, 2020).

No entanto, para desenvolver programas eficazes, segundo Potrich, Vieira e Kirch (2018, p. 28) “[...] é necessário haver um indicador para determinar o nível de alfabetização financeira dos indivíduos, bem como suas principais necessidades”. Esse indicador é essencial, pela ótica do governo, para promover ações focadas em grupos mais vulneráveis.

## **2.2 A influência dos perfis socioeconômicos e demográficos sobre a educação financeira**

Embora espere-se que a educação financeira deva ser amplamente difundida entre a população, para garantir plenas condições de desenvolvimento, têm sido observadas diferenças em função dos fatores socioeconômicos e demográficos como gênero, faixa etária, escolaridade e níveis de renda. O conhecimento dessas variáveis é importante para o planejamento e implantação de estratégias que permitam o desenvolvimento da educação financeira entre os



diferentes grupos, que podem demandar ações efetivas e diversificadas que atendam suas necessidades específicas.

Potrich, Vieira e Kirch (2018), que desenvolveram, no Brasil, um indicador de alfabetização financeira para avaliações de gênero, por meio do qual identificaram que o grupo com menor nível de alfabetização financeira encontrava-se entre os indivíduos pertencentes ao gênero feminino, solteiras e com níveis mais baixos de escolaridade e renda familiar e própria, apontando a necessidade de ações para minimizar o analfabetismo financeiro no país.

Outros estudos evidenciam e reafirmam o baixo nível de educação financeira em determinados grupos no contexto brasileiro. No estudo realizado no município de Peabiru, estado do Paraná, por Ferreira (2012), sobre o grau de educação financeira de pessoas com 60 anos ou mais, observou-se que a grande maioria dos entrevistados utilizaram o seu último décimo terceiro salário para o pagamento de dívidas e uma pequena minoria declarou terem poupado a referida renda.

Silva Filho *et al.* (2017) investigaram na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) o nível de educação financeira dos estudantes de cursos superiores e suas determinantes e observaram que os homens apresentam maiores níveis do que as mulheres e os jovens adultos demonstraram maior conhecimento do que os mais jovens e as pessoas de idade. Os autores verificaram ainda forte correlação entre o nível de educação do pai e a educação financeira, demonstrando a influência da família na questão avaliada.

O trabalho realizado por Potrich *et al.* (2014) sobre a educação financeira no Rio Grande do Sul, revelou a presença de maiores níveis de educação financeira entre os homens, solteiros, que não possuem dependentes, estudantes e/ou bolsistas, com um maior nível de escolaridade, tanto próprio, quanto dos seus pais, com maiores faixas de renda própria e familiar e residentes na região centro ocidental rio-grandense.

Potrich, Vieira e Kirch (2015) realizaram diversos estudos bibliográficos e elaboraram uma síntese da relação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e a alfabetização financeira. Os principais resultados relacionados pelos autores foram: Gênero (as mulheres apresentam menores índices de educação financeira quando comparadas com os homens); Idade (os melhores níveis de educação financeira são observados entre pessoas com idade média de 30 a 40 anos, sendo baixos os níveis entre os mais jovens e mais velhos); Estado civil (os solteiros apresentam menores conhecimentos financeiros do que os casados); Escolaridade (quanto maior o nível de escolaridade, maiores os níveis de educação financeira); Renda (pessoas que apresentam baixa renda possuem baixos níveis de educação financeira); Trabalho (a educação financeira é maior entre pessoas com maior tempo de serviço, enquanto a baixa

qualificação e o desemprego geram atitudes e comportamentos menos desejáveis). De acordo com os autores, o grupo com menor nível de alfabetização financeira se caracteriza como aquele com indivíduos pertencentes ao gênero feminino, com dependentes e níveis mais baixos de escolaridade e renda.

Os estudos aqui apresentados são alguns entre os quais demonstram a necessidade persistente de educação financeira entre grupos específicos e que, conforme Potrich, Vieira e Kirch (2015), validam a demanda de ações efetivas para minimizar a ausência da alfabetização financeira.

### **2.3 Aspectos do endividamento do servidor público**

O endividamento é um assunto importante e que merece ser analisado. Estudos do BCB (2020b), realizados no Brasil entre 2016 a 2019, indicam um crescente aumento da proporção de crédito em relação ao PIB, uma elevação da taxa de desocupação e uma baixa capacidade financeira das pessoas para o enfrentamento de choques imprevistos.

Para Rossato, Beskow e Pinto (2019), é essencial conhecer os aspectos do endividamento, principalmente quando o número de endividados começa a se tornar significativo. Nesse mesmo sentido, Flores, Vieira e Coronel (2013) reforçam que é importante conhecer os fatores que influenciam a tendência ao endividamento.

Em um panorama realizado pelo BCB (2020b), dois indicadores concentravam o maior número de tomadores com endividamento ao final de 2019, sendo o indicador de inadimplência com 12,1% da população com crédito ativo no sistema financeiro nacional e o indicador de comprometimento de renda acima de 50%, com registro de 11,4% da mesma população. Além do registro de 5,4% de tomadores com endividamento de risco, o que significa que a dívida do indivíduo é além da capacidade de pagamento; e de que a persistência e baixa qualidade do crédito prejudicam o gerenciamento de seus recursos financeiros, além de afetar a qualidade de vida.

Segundo Flores, Vieira e Coronel (2013), o crédito destinado ao funcionalismo público é adquirido de forma muito mais fácil e com melhores condições, tendo em vista que, para as instituições ofertantes, a propensão ao risco de retorno é bem menor ao ofertar crédito para o servidor público, pois eles têm estabilidade no emprego e possui renda garantida e pouco variável. Pode-se ainda mencionar que uma das facilidades do acesso ao crédito pelo servidor

público é o desconto em folha de pagamento dos valores referentes a empréstimos, com limite de até 30% da remuneração disponível para esse desconto (BRASIL, 2003).

De acordo com a legislação “[...] servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público” (BRASIL, 1990). Os servidores do funcionalismo público, no nível federal e do poder executivo, regidos pelo Regime Jurídico Único da União (RJU), são munidos de estabilidade após o terceiro ano de efetivo exercício no seu cargo de provimento em virtude de concurso público. Além da característica que se relaciona à remuneração, observada a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, fixadas ou alteradas por lei específica com baixas ocorrências de variações (BRASIL, 1988).

Lopez e Guedes (2020), ao observarem as medianas das remunerações mensais do setor público, constataram que elas são superiores as do setor privado, e que os aumentos de remuneração ocorreram com trajetórias distintas até o ano 2014, data a partir da qual houve estabilidade ou retratação das remunerações produzidas por crise econômica existente na época. Os autores apontaram, ainda, o crescimento de vínculos no funcionalismo público nas últimas três décadas, que leva à compreensão da evolução da demanda e da oferta de serviços do Estado pela população, em uma expansão quantitativa diferenciada entre os níveis federativos (LOPEZ; GUEDES, 2020).

Estas questões conferem aos servidores públicos algumas condições diferenciadas diante do cenário econômico do país, os quais podem também estar mais propensos a medidas econômicas que levam ao endividamento. Flores, Vieira e Coronel (2013) apresentam algumas considerações que poderiam promover uma maior propensão ao endividamento de servidores públicos: a renda garantida e com baixas variações. Assim, ele possui uma renda mais segura, menos sujeita a variações e com menor probabilidade de se tornar desempregado, o que poderia gerar atitudes que o predispõe ao endividamento.

Embora muitos estudos demonstrem que maiores rendas estejam associadas a maiores níveis de educação financeira, o Banco Central do Brasil (BCB) esclarece que, com maior nível de relacionamento bancário, uma gama maior de produtos financeiros e maiores limites de crédito, a população de renda média entre R\$2 mil e R\$10 mil, e com idade acima de 54 anos mostra-se financeiramente mais vulnerável (BCB, 2020b). O que confirma o pressuposto de Flores, Vieira e Coronel (2013), de que a propensão ao endividamento está diretamente associada à renda do indivíduo e, neste caso, não considera-se apenas os valores, mas a questão da segurança relacionada a renda garantida com baixas variações, dando ao servidor público uma disposição maior ao endividamento.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais resultados obtidos em três pesquisas conduzidas com servidores públicos federais de instituições de ensino.

Quadro 1 - Síntese de resultados de pesquisa sobre educação financeira de servidores públicos federais.

<b>Autores</b>	<b>Público</b>	<b>Principais resultados</b>
Claudino, Nunes e Silva (2009)	Servidores técnico-administrativos da UFV	Educação financeira insatisfatória. Pessoas com idades maiores possuem menos conhecimento em educação financeira. Quanto maior a renda e a escolaridade, maior o nível de educação financeira dos servidores. A maioria possui dívidas de longo prazo. Maior conhecimento de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento.
Flores, Vieira e Coronel (2013)	Servidores técnicos administrativos e docentes da UFSM	Bom nível de educação financeira. Baixos níveis de endividamento e um comportamento conservador perante o risco financeiro. Os servidores gastam menos do que ganham. A maioria possui algum tipo de dívida. Os principais tipos de dívidas assumidas correspondem a: cartão de crédito, financiamento de bem móvel e crediário. A principal razão para as dívidas foi a facilidade de acesso ao crédito. Servidores solteiros apresentam maior percepção de risco financeiro. Os indivíduos com menores níveis de renda tendem a maior propensão ao endividamento. Não houve diferença na educação financeira segundo o gênero, estado civil, escolaridade, cargo e renda líquida familiar.
Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018)	Servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC	Elevado conhecimento financeiro e baixa atitude ao endividamento. Servidores com maior risco de apresentarem atitude favorável ao endividamento são os que possuem imóvel financiado, gastam mais do que ganham e fazem ou já fizeram uso de crédito consignado. Servidores com baixo conhecimento financeiro são mulheres, possuem maior idade, menor tempo de serviço, gasta mais do que ganha e faz ou já fez uso do crédito consignado.

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

No estudo realizado por Claudino, Nunes e Silva (2009) com servidores públicos técnico-administrativos de uma instituição de ensino federal na cidade de Viçosa, em Minas Gerais, foi constatado a existência de um baixo nível de endividamento entre os servidores, no entanto, registrou-se uma parcela de servidores com risco de sobre-endividamento, além de constatar uma educação financeira insatisfatória. Isso levou os autores a identificar a necessidade de promover cursos de finanças pessoais e apontar a relevância do assunto, principalmente, quanto à qualidade de vida. Os autores apontam a importância de encorajar as pessoas a refletirem sobre as melhores formas de lidar com os recursos financeiros, e de estarem preparados para crises econômicas que possam ocorrer.

Por outro lado, no trabalho realizado por Flores, Vieira e Coronel (2013) com os servidores públicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) observaram-se um bom nível de educação financeira, atingindo uma pontuação média-alta no teste realizado. De maneira geral, os servidores apresentaram baixos níveis de endividamento e um comportamento conservador perante o risco financeiro. A partir dos resultados, os autores concluíram que quanto maior a percepção de risco e o grau de educação financeira, menor a propensão ao endividamento.

Da mesma forma, para os servidores públicos (técnicos administrativos e docentes) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) observaram elevado conhecimento financeiro e baixa atitude ao endividamento. Verificou-se que a maior parte dos participantes da pesquisa apresentou um bom conhecimento financeiro, considerado pelos autores como maior do que a média nacional. No entanto, destacaram-se ainda a necessidade de investir na capacitação daqueles que demonstraram não ter conhecimento.

Assim sendo, aprimorar os conhecimentos financeiros e sobre as transformações no mercado financeiro nacional, segundo Savóia Saito e Santana (2007), requer dos indivíduos e famílias decisões financeiras de forma fundamentada e segura levando à necessidade de obterem conhecimento e informações atualizadas sobre questões financeiras diversas.

Souza (2015) investigou o endividamento do servidor público federal da Fundação Universidade de Brasília (FUB) e observou uma significativa demanda por crédito consignado entre os técnico-administrativos da FUB. O que demonstrando que o endividamento tem crescido com a ampliação da oferta de crédito e pela facilidade de obtê-lo, ampliando o poder de compra desse servidor no presente, mas reduzindo-o no futuro dado o custo de cumprir com as suas obrigações de pagamento de sua dívida. O estudo demonstrou, ainda, uma clara correlação negativa de empréstimos com o nível de escolaridade (quanto maior esta, menor a demanda) e com o nível de renda (quanto maior esta, menor a demanda).

O empréstimo consignado também foi considerado recorrente entre os principais tipos de dívidas de servidores ativos e efetivos do *Campus* Medianeira da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). De acordo com Acordi (2019), a pesquisa analisou a relação entre o endividamento familiar e a percepção da qualidade de vida. Ele constatou que existe relação entre as finanças pessoais e a qualidade de vida e que também há relação entre o endividamento e a qualidade de vida.

Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015) realizaram uma pesquisa com os servidores da Universidade Federal de Viçosa (*Campus* Rio Paranaíba) e verificaram que grande parte deles

possuíam algum tipo de empréstimo ou financiamento. No entanto, no geral, eles possuem gastos inferiores ao que ganham, demonstrando consciência e conhecimento sobre a importância de constituir reservas financeiras. Outro resultado que merece ser destacado é que eles adquiriram conhecimento para gerir o dinheiro através de experiência prática e em casa, com a família. Apesar das facilidades de crédito disponíveis e da cultura de consumismo, os servidores demonstraram conhecimento sobre educação financeira e afirmaram planejar suas finanças, conseguindo manter seu estilo conservador, típico de servidor público, com equilíbrio entre receitas e despesas. Apesar desta caracterização favorável, os autores ainda observaram que mais de 50% dos técnicos administrativos comprometem mais de 30% da renda com dívidas.

Em estudo realizado por Silva, Silva Neto e Araújo (2017) com os servidores da Seção Judiciária da Justiça Federal na Paraíba (na capital do Estado), constatou-se que a maioria deles possuía baixo nível de educação financeira e apenas um pequeno grupo foi classificado com alto nível de educação financeira. Observaram-se baixos níveis de educação financeira para os seguintes perfis: pessoas com mais idade, casados ou em união estável e do gênero masculino. Além disso, a estatística descritiva mostrou que a escolaridade pode não se relacionar com o nível de educação financeira, uma vez que o nível médio prevaleceu entre os respondentes pós-graduados.

Nota-se, a partir dos resultados dos diferentes autores que, embora os públicos estudados apresentem semelhanças em relação ao cargo ocupado, existem particularidades em relação ao tema educação financeira que demonstram a importância da caracterização de grupos específicos. A partir da identificação do perfil e do nível de educação financeira é possível propor ações de capacitação, inseridas nos planos de desenvolvimento de pessoas que possam atender as demandas específicas e promover melhorias no desempenho e na qualidade de vida dos envolvidos.

#### **2.4 Desenvolvimento de pessoas no âmbito do serviço público federal com foco no aspecto financeiro**

O objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, está disposto na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), instituída por meio do Decreto n.º 9.991/2019, como um

componente para fomentar competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos (BRASIL, 2019).

A PNDP tem como um dos instrumentos o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) que tem o seu vigor nas necessidades de desenvolvimento relacionadas à consecução dos objetivos institucionais que forem demandadas e, tem estabelecido, prioritariamente, escolas de governo para a promoção deste desenvolvimento em articulação com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), conforme regido no Decreto 10.506 (BRASIL, 2020).

Sendo assim, o desenvolvimento de pessoas no âmbito do serviço público federal, em conformidade com a Instrução Normativa (IN) n.º 21 do Ministério da Economia (ME)/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG)/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP-ENAP), condiz a “[...] atividade de aprendizagem estruturada para impulsionar o desempenho competente da atribuição pública”. A necessidade de desenvolvimento é evidenciada com base na identificação de uma lacuna verificada por meio do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que se apresenta para o desempenho de determinada função e o que idealmente deveria se apresentar. A proposição de ações para o atendimento da necessidade de desenvolvimento identificadas ou oportunidades de melhoria descritas na forma de necessidade de desenvolvimento, objetiva o desenvolvimento de competências gerais, institucionais ou individuais. Conforme previsto no Decreto n.º 9.991/2019, o atendimento dessas necessidades deve ocorrer por meio de ação de desenvolvimento, capacitação ou treinamento regularmente instituído, podendo as atividades serem promovidas em modalidade à distância, presencial ou híbrida (BRASIL, 2021).

Ao construir uma ação para o desenvolvimento do servidor público, com a observância em uma necessidade que objetiva resultados organizacionais, na forma de promover competências na busca de uma excelência na atuação do órgão, identifica-se a educação financeira, descrita por Toledo (2020, p. 17) como “[...] disciplina relevante para garantir ao cidadão o exercício dos seus direitos e deveres no mundo financeiro, possibilitando a tomada de decisões acertadas” e, continua a mesma autora, conceituando cidadania financeira, como “[...] a capacidade de uma pessoa fazer as escolhas certas, exercendo seus direitos e cumprindo os deveres no mundo financeiro”.

Depreende-se deste, que o desenvolvimento de ações objetivando a educação financeira pode compor o conjunto de atos voltados a promoção da qualidade de vida no trabalho, o que constitui um dos objetivos da Gestão de Pessoas (GP), que ocupa um papel fundamental na melhoria das condições de trabalho, com investimento em capacitação e qualificação dos servidores. Nesse sentido, Klein *et al.* (2017) refletem que qualidade de vida no trabalho, para

indivíduos do setor público, pode se apresentar como um meio para evitar problemas futuros, como baixa motivação no trabalho e *stress* e destacam, ainda, a importância de os órgãos administrativos buscarem métodos eficazes, capazes de conduzir melhor o servidor mediante suas funções exercidas.

Qualidade de vida, em seu conceito amplo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é “[...] a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (BVS, 2013). Nesse sentido, prover conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos de assuntos relacionados às finanças, apresenta-se como um dos aspectos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades (BCB, 2013).

No agregado, uma boa saúde financeira influencia diretamente o ambiente de trabalho. Ainda, segundo o BCB (2013), problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas é intimamente ligada a qualidade das decisões financeiras. Além disso, como demonstrado na pesquisa de Guimarães; Gonçalves e Miranda (2015), não é incomum encontrarmos profissionais com alto grau de insatisfação e estresse gerados por problemas familiares, não raro, com origem nas dificuldades econômicas, impactando na necessidade de desenvolvimento em educação financeira.

Conhecida uma necessidade de desenvolvimento de servidores, rege a IN n.º 21 SGP-ENAP/SEDGG/ME, que deverá constar no PDP do órgão, realizado anualmente, cabendo à unidade de Gestão de Pessoas e as suas escolas de governo, quando houver a responsabilidade pela coordenação, elaboração, execução, monitoramento e avaliação (BRASIL, 2021).



### 3 METODOLOGIA

Na condução de uma pesquisa, o conjunto de procedimentos adotados deve ser descrito cuidadosamente no intuito de demonstrar aos interessados todo o caminho percorrido pelo pesquisador. Nesse sentido, este capítulo evidenciará a estratégia metodológica que foi assumida na condução desta pesquisa a fim de atingir o objetivo estabelecido que, conforme afirma Godoy (1995), o caminho seguido para a descoberta de novas informações ou relações, assim como para a verificação e ampliação do conhecimento existente pode possuir contornos diferentes.

Sendo assim, deu-se o início com uma explanação acerca da classificação da abordagem e método de investigação e prosseguiu-se com as etapas para a implementação da *survey*.

#### 3.1 Classificação e método de investigação

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho, fundamentada nos objetivos geral e específico, será de natureza aplicada, descritiva e exploratória e de abordagem quantitativa, com a adoção da *survey*, como método de investigação.

Quanto à classificação, a escolha pelo desenvolvimento de uma pesquisa de natureza aplicada, que segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), pode “[...] gerar conhecimentos para aplicação prática, apontando soluções de problemas específicos”, justifica-se, pois considerou-se o objetivo geral que consiste propor um programa de capacitação em educação financeira adequado ao perfil dos servidores técnico-administrativos em educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG) – *Campus Bambuí*.

A pesquisa é classificada como descritiva e exploratória, em que a descritiva visa “[...] descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 21); enquanto a exploratória, conforme as mesmas autoras, “[...] visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”.

No que se refere à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Silva e Menezes (2005, p. 20) afirmam que “[...] tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Ao discutir as principais características de uma pesquisa quantitativa, Gerhardt e Silveira (2009) consideram que, em uma abordagem quantitativa, focaliza uma quantidade pequena de conceitos; inicia com ideias preconcebidas do modo pelo qual os conceitos estão relacionados; utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de dados; coleta os dados mediante condições de controle; enfatiza a objetividade, na coleta e análise dos dados; e analisa os dados numéricos através de procedimentos estatísticos. As autoras afirmam, também, que a pesquisa quantitativa tem o aspecto de alcance instantâneo do estudo no tempo.

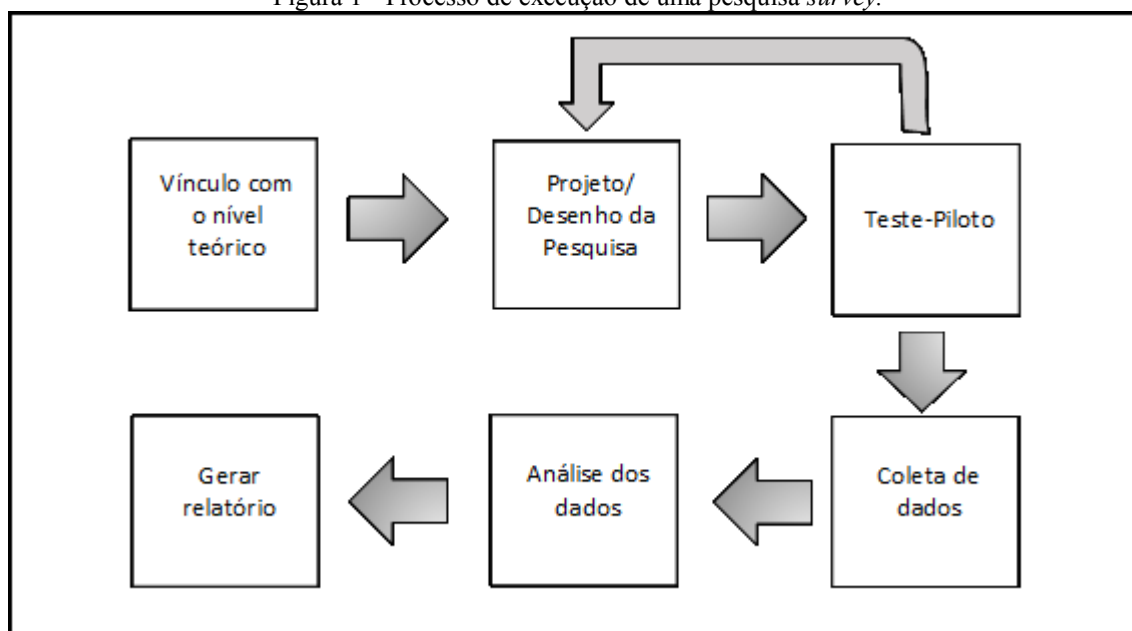
Para o método de pesquisa adotado, a *survey*, em que os dados coletados foram providos diretamente pelos indivíduos que, segundo Gil (2008, p. 55), tem como objeto a “[...] interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Para o mesmo autor, na essência, é a busca de informações específicas a um grupo significativo de indivíduos, que após os dados serem coletados são analisados quantitativamente para se obter conclusões acerca das informações existentes, com a função de descrição das principais características.

A implementação desta pesquisa seguiu uma série de etapas, como apresentadas no próximo subtópico.

### **3.2 Implementação da *survey***

Para se conduzir uma pesquisa *survey*, deve-se seguir uma série de etapas. Conforme Forza (2002), as etapas são ligadas uma à outra, conforme apresentadas na Figura 1. Para garantir a qualidade do processo de pesquisa, o planejamento deve ser minucioso.

Nos próximos subitens são apresentados os procedimentos adotados em cada etapa, para sua implementação.

Figura 1 - Processo de execução de uma pesquisa *survey*.

Fonte: Elaborada pela autora com base em Forza (2002).

### 3.2.1 Vínculo com o nível teórico

Seguindo as orientações de Forza (2002), o processo de pesquisa teve início com a escolha do objeto de estudo e definição do problema de pesquisa. Assim, procurou-se focalizar o contexto dos servidores técnico-administrativos em educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *Campus Bambuí* como objeto de estudo e como problema de pesquisa analisar a educação financeira deste público.

A escolha desse contexto ocorreu em função da importância socioeconômica que os pesquisados assumem na sociedade e frente a sua significativa ocupação no mercado de trabalho, e, conseqüentemente, o interesse do pesquisador em atuar na temática.

Decidiu-se, a partir disso, focalizar os objetivos de caracterização de perfil, identificação de nível de educação financeira e análise de possíveis relações entre perfil com o nível de educação financeira, de acordo com uma abordagem da necessidade de programa de capacitação em educação financeira, tendo em vista a influência e o impacto que ele pode causar sobre os resultados. Nesse sentido, entende-se que a educação financeira tem significativa parcela de responsabilidade sobre o sucesso ou não de uma boa gestão dos recursos financeiros.

A fim de atingir o objetivo geral desta pesquisa, buscou-se, primeiro, caracterizar o perfil dos servidores TAE's, uma vez que isso permite conhecer os atores da pesquisa, dizendo muito sobre eles. A identificação do nível de educação financeira dos sujeitos da pesquisa, segundo objetivo proposto, foi conhecido com base nas questões básicas de conhecimento financeiro. Estas questões também são essenciais para a análise das principais relações entre os perfis da amostra. Desta forma, busca-se resultados que possam contribuir para o levantamento acerca das possibilidades de ações para o desenvolvimento em educação financeira, no sentido de se efetivar e sustentar programas de capacitação adequado ao perfil dos TAE's ao longo do tempo.

Dado o foco de análise da pesquisa, foram levantadas as hipóteses que, conforme Forza (2002, p. 157), “[...] uma vez que as construções, seus relacionamentos e suas condições de contorno foram articuladas, em seguida, as proposições que especificam as relações entre os construtos tem que ser traduzido em hipóteses, relacionando indicadores empíricos”. Nesse sentido, são especificadas as hipóteses (H) do tipo que estabelecem relações entre variáveis. Sendo elas:

H1 – Variáveis sociodemográficas - estão associadas ao nível de educação financeira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFMG *Campus* Bambuí.

H2 – Variáveis socioeconômicas - estão associadas ao nível de educação financeira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFMG *Campus* Bambuí.

H3 – Variáveis do perfil de comportamento financeiro - são associadas com o nível de educação financeira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFMG *Campus* Bambuí.

H4 – Os servidores técnicos administrativos em educação do IFMG *Campus* Bambuí apresentam um baixo nível de educação financeira.

### 3.2.2 Projeto / desenho da pesquisa

Considerando o método de pesquisa definido e a viabilidade de conduzi-la, determinou-se um tipo transversal de coleta de dados que, de acordo com Babbie (2003, p. 101), em uma *survey* do tipo transversal os “[...] dados são colhidos, num certo momento, de uma amostra selecionada para descrever alguma população maior na mesma ocasião. Tal *survey* pode ser

usado não só para descrever, mas também para determinar relações entre variáveis na época do estudo”.

Diante do objeto de análise, focalizou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – *Campus Bambuí* (Figura 2): uma instituição pública de ensino, autárquica, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação.

Figura 2 - Imagem aérea do IFMG – *Campus Bambuí*.



Fonte: Relações Institucionais do IFMG - *Campus Bambuí*.

O IFMG – *Campus Bambuí*, de acordo com dados históricos constantes no *site* institucional, localiza-se na cidade de Bambuí, no centro-oeste mineiro e contempla 59 anos de história, passando ao longo desses anos por muitas transformações. Teve o seu início em 1961, a partir da Escola Agrícola de Bambuí, que era voltada ao ensino profissionalizante de agricultura e pecuária, no nível médio; passando, alguns anos depois, no ano de 1964, para Ginásio Agrícola e, logo em seguida, no ano de 1968, para Colégio Agrícola de Bambuí. Em 1979, com ampliação de oferta educacional, com o Curso Técnico em Agropecuária e o curso supletivo de Técnico em Leite e Derivados e em Agricultura, a transformação foi para Escola Agrotécnica Federal de Bambuí.

Com ampliações e reforma na educação profissional, em 1997, novos cursos técnicos foram implementados, mas foi em 2002, com a transformação para Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), que teve início a oferta do primeiro curso de nível superior.

No ano de 2008, por fim, ocorreu a última transformação que se manteve até a presente data, em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais (IFMG) – *Campus Bambuí*.

O IFMG – *Campus Bambuí*, atualmente, oferta uma gama de cursos em três (03) modalidades, sendo: sete (07) profissionalizantes, de Ensino Médio; 11 de graduação (Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura); e cinco (05) de pós-graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*). A instituição possui mais de 2 mil alunos e é composta por 281 servidores efetivos entre professores e técnicos administrativos em educação.

Fixou-se, como participante da pesquisa, o servidor público da carreira de técnicos administrativos em educação (TAE's) do IFMG – *Campus Bambuí*. Para Gil (2008, p. 39), “[...] é necessário garantir que os sujeitos da pesquisa estejam disponíveis em número suficiente para proporcionar as informações requeridas”.

Os servidores TAE's atuam profissionalmente no planejamento, organização e na execução de tarefas administrativas gerais e específicas de apoio ao ensino, pesquisa e extensão distribuídos em diferentes cargos em todos os setores da instituição. Eles são submetidos ao regime de tempo integral de 40 horas semanais de trabalho, com exceção das atividades em que a legislação permita e garanta jornada diferenciada (BRASIL, 1995).

O ingresso no cargo ocorre por meio de concurso público de provas, ou de provas e títulos, de acordo com a exigência e complexidade da função. Os cargos são de mesma hierarquia divididos em cinco níveis de classificação, a partir de alguns requisitos, como a escolaridade. O vencimento básico que compõe a remuneração de cada servidor tem o valor estabelecido para o padrão referente a um dos cinco níveis da classificação: A, B, C, D e E (BRASIL, 2005).

### 3.2.3 Amostra da pesquisa

A definição de amostra a ser estudada é definida por Gil (2008, p. 90) como “[...] subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. Desse modo, fixou-se a amostra da pesquisa os servidores públicos da carreira de técnicos administrativos em educação, do IFMG – *Campus Bambuí*, que atualmente compõem o quadro de efetivos, totalizando 134 servidores.

Utilizou-se o processo de amostragem não-probabilística por conveniência. Gil (2008, p. 91) apresenta a amostragem não-probabilística como não tendo “[...] fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador”. Portanto, o tamanho da amostra será determinado pelo número de respondentes, representando o universo da pesquisa.

#### 3.2.4 Teste piloto

Para avaliar a qualidade de medição do questionário e a viabilidade da administração da pesquisa, é necessário testar o que foi projetado, segundo Forza (2002).

Assim, o questionário aplicado, constante no ANEXO, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (*DENARIUS*), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), sendo composto por questões elaboradas pelo próprio núcleo e também por questões que foram adaptadas de um instrumento originado e desenvolvido por Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011), foi validado por Marciano (2019), dando confiabilidade em seu emprego, sendo, desta forma, satisfeita a condição do teste piloto.

#### 3.2.5 Procedimento de coleta de dados

A coleta de dados, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 56) “[...] compreende o conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é confrontado aos dados coletados”.

Para a coleta de dados foi realizada a pesquisa de campo, aquela que Lakatos e Marconi (2003, p. 186) explicam que “[...] é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema”. Teve caráter descritivo, a qual, ainda segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 188), possui como principal finalidade “[...] o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave”. O instrumento de coleta de dados foi realizado por meio de observação direta extensiva, sob um questionário.

### 3.2.5.1 Instrumento de medição

O instrumento de coleta realizado sob um questionário, tem em sua composição formada por uma série ordenada de perguntas que, como orienta Lakatos e Marconi (2003, p. 201), “[...] devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”, garantindo-se, assim, o anonimato e dando maior liberdade nas respostas, o que, ainda segundo Lakatos e Marconi (2003), é uma das vantagens apresentadas pelo questionário.

O questionário foi composto por 90 questões, como demonstrado no Quadro 2. As questões são pertencentes à categoria fechada e são classificadas em categóricas, com exceção de uma questão referente a idade que é aberta e classificada em quantitativa.

As questões categóricas são medidas em duas escalas, sendo nominal de múltipla escolha/ múltipla escolha combinada com abertas e ordinal em tipo *Likert*, apresentando a opção de assinalar apenas uma alternativa e escolher apenas uma afirmação.

Quadro 2 - Composição do questionário.

Seção	Identificação	Nº de questões
1	Concordância do TCLE	1
2	Identificação do segmento pertencente ao respondente	1
3	Perfil sociodemográfico do discente	11
4	Perfil sociodemográfico do técnico administrativo	5
5	Perfil sociodemográfico do docente	5
6	Perfil de renda e controle financeiro	8
7	Crédito e endividamento	6
8	Poupança	3
9	Seguro	2
10	Previdência	2
11	Investimento	2
12	Fatores de personalidade	44

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

O questionário foi aplicado para realização de uma pesquisa ampla, com o envolvimento de alguns mestrados do Programa de Pós-Graduação em Administração do Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG) da UNIFEI, tendo a finalidade de levantar informações de três segmentos: discentes, docentes e técnicos administrativos, sendo que este último constituiu o objeto de análise deste trabalho.

Dessa forma, foram analisadas as questões relacionadas à educação financeira deste público específico, perfazendo um total de 30 questões, não tendo sido utilizadas as questões referentes aos Fatores de Personalidade e questões que eram específicas dos outros segmentos.



Precedendo a análise dos dados coletados durante a realização da pesquisa, realizou-se a exclusão da questão 18, que era relacionada à alocação do respondente em departamentos, que não se adequava ao vínculo dos servidores técnico-administrativos - que são alocados em todos os diferentes setores da instituição.

Para realização das análises das respostas obtidas, dividiu-se o questionário em quatro grupos, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Composição dos grupos constituídos a partir do questionário aplicado.

<b>Grupos</b>	<b>Seções</b>	<b>Questões</b>	<b>Fatores analisados</b>
Sociodemográfico	4	Q. 14, Q. 15, Q. 16 e Q. 17	Perfil sociodemográfico
Socioeconômico	4	Q. 24, Q. 25, Q. 26, Q. 27, Q. 28, Q. 29 e Q. 30	Perfil de renda e controle financeiro
Comportamento financeiro	7	Q. 32, Q. 33, Q. 34, Q. 35, Q. 36, Q. 38, Q. 41, Q. 43, Q. 44 e Q. 45	Crédito e endividamento
	8		Poupança
	9		Seguro
	10		Previdência
	11		Investimento
Conhecimento financeiro	6	Q. 31, Q. 37, Q. 39, Q. 40, Q. 42 e Q. 46	Perfil de renda e controle financeiro
	7		Crédito e endividamento
	8		Poupança
	9		Seguro
	11		Investimento

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

### 3.2.5.2 A coleta de dados

A fase de coleta de dados foi realizada em uma única etapa, ocorrendo no período de 27 de janeiro a 26 de fevereiro de 2021, usando-se questionário de maneira autoaplicável que foi desenvolvido no *Google Forms*<sup>1</sup> e disponibilizado para os respondentes por meio eletrônico na forma *on-line*. Essa maneira de abordagem é apresentada por Forza (2002) como vantajosa em relação ao custo, que é considerado mínimo.

Primeiramente, o questionário foi enviado aos respondentes de forma coletiva, por meio de comunicação formal da instituição participante da pesquisa, em publicação por *e-mail*, que seguiu acompanhado de uma nota de solicitação, a qual Lakatos e Marconi (2003) orientam ser

<sup>1</sup> *Google Forms* é uma ferramenta disponibilizada pelo *Google* para criar e compartilhar documentos *on-line*.

necessário para o despertar do interesse do recebedor em responder o questionário. Nela, foram apresentadas a natureza da pesquisa, sua importância, o pesquisador e o orientador.

Após este envio, realizou-se um incessante trabalho de contato individual e personalizado com todos os respondentes da pesquisa, também por intermédio de *e-mails*, a fim de reforçar a solicitação para responderem ao questionário. A forma de contato optada foi motivada pela necessidade de isolamento social, em razão da pandemia da Covid-19 e por ser a forma mais rápida.

Tendo a preocupação da representatividade dos sujeitos da pesquisa, passadas duas semanas do primeiro envio coletivo por *e-mail* institucional, foi feito, novamente, o mesmo contato e no mesmo formato, diferenciando apenas os dizeres da nota que seguiram os mesmos rigores. Por mais uma vez, foi realizado o contato individual e personalizado com cada um dos indivíduos que ainda não haviam respondido ao questionário.

Em razão do anonimato do questionário - em que não era possível a identificação dos respondentes - a única forma de se ter a informação dos indivíduos que haviam respondido o questionário era quando eles faziam alguma sinalização, em sua maioria, realizada em resposta ao *e-mail* reforçando a solicitação para responderem ao questionário.

Desse modo, finalmente, do universo dos 134 servidores técnico-administrativos conseguiu-se o retorno de 113 questionários preenchidos e que tiveram a concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) seguida da aceitação de participar voluntariamente da pesquisa, sendo essa a composição da amostra final de participantes da pesquisa.

De posse das informações do segmento que constituiu o universo de investigação deste estudo, das quais foram transportadas para uma planilha do Excel, deu-se origem à base de dados que foram trabalhados com a utilização do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS)<sup>2</sup>, dando-se início à fase da análise dos dados coletados.

---

<sup>2</sup> *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) é um *software* de manipulação, análise e apresentação de resultados de análise de dados.

### 3.2.6 Análise dos dados coletados

Para a análise de dados, foram consideradas as técnicas compatíveis com o método de investigação adotado e com a classificação das questões coletadas que, de acordo com Gil (2008), a fase de análise dos dados envolve importantes decisões acerca das técnicas de análise a serem utilizadas. Nesse sentido, utilizaram-se para a análise das informações coletadas técnicas estatísticas, cuja contribuição, como considerado por Gil (2008), é importante não somente para a caracterização e resumo dos dados, mas também para a compreensão das relações entre as variáveis e na avaliação sobre a extensão do achado para além da amostra estudada.

Para cada pergunta do questionário, constituiu-se uma variável a ser analisada neste trabalho. De acordo com Maroco (2007, p. 28), variáveis é o que se pretende “[...] medir, controlar ou manipular durante o processo de investigação”.

Em Forza (2002), a análise dos dados compreende duas etapas: análise de dados preliminares e testes de hipóteses. A análise de dados preliminares corresponde à fase de adquirir conhecimentos das características e propriedades dos dados coletados, a fim de se alcançar a próxima etapa que é a efetivação da última etapa, que se refere ao teste de hipótese.

Seguindo essas definições, prosseguiu-se a análise, tendo por objetivo a obtenção de descobertas das características e propriedades dos dados conforme objetivos definidos.

A fim de atingir o primeiro objetivo específico proposto por este estudo, ou seja, caracterizar o perfil socioeconômico dos servidores técnico-administrativos em educação, foi utilizada a técnica univariada com a análise descritiva das variáveis, visando caracterizar a amostra empregando a distribuição de frequências e o percentual, que relata Reis e Reis (2002, p. 05), como método “[...] para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos”.

Para atender o segundo objetivo específico, de identificar o nível de educação financeira dos sujeitos da pesquisa, utilizou-se como técnica univariada de análise a estatística descritiva de medidas de tendência central, aplicando a estatística usual, média, apresentando por Maroco (2007, p. 37), como particular importância por “[...] caracterizar o valor da variável sob estudo que ocorre com mais frequência”.

Para se empregar a técnica, foi utilizado um índice, com base na classificação estabelecida por Chen e Volpe (1998), índice semelhante utilizado por Marciano (2019). O

índice é empregado pela média da pontuação obtida nas questões do grupo de “conhecimento financeiro”, em que para cada uma das seis variáveis foi atribuído peso 1,0 para a resposta correta. Dessa forma, o índice de conhecimento financeiro varia de 0 (pontuação obtida se o indivíduo errar todas as variáveis) a 1,0 (pontuação obtida caso o indivíduo acerte todas as variáveis).

Por meio do índice, cada respondente foi classificado como:

- detentores de baixo nível de conhecimento financeiro quando alcançado uma pontuação inferior a 60% do máximo, ou seja, pontuação inferior a 0,60;
- nível mediano de conhecimento financeiro para os que alcançaram entre 60% e 79% da pontuação máxima, ou seja, pontuação entre 0,61 e 0,79; e
- alto nível de conhecimento financeiro para os que pontuaram acima de 80% da pontuação máxima, ou seja, pontuação superior a 0,80 pontos.

A classificação do nível de conhecimento financeiro constituiu-se em uma nova variável, que se tornou um importante elemento para se atingir o terceiro e último objetivo.

Para alcançar o último objetivo, ou seja, analisar a relação entre as variáveis sociodemográficas, socioeconômicas e de comportamentos financeiro com o nível de educação financeira, realizou-se a técnica de análise bivariada com teste não paramétrico, que teve como único critério a classificação categórica das variáveis. A análise estatística determinou a existência ou não de associação entre o nível de educação financeira com as variáveis dos perfis sociodemográfico, socioeconômico e comportamento financeiro.

Os dados foram analisados com a aplicação do teste do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) de independência de Pearson, que é uma medida para detectar se existe uma relação de associação de dependência significativa entre duas variáveis categóricas. De acordo com Fied (2009), as variáveis são de alguma maneira relacionadas quanto a sua significância e, para todos os efeitos, foi utilizado, neste trabalho, o relacionamento quando a sua significância fora menor do que 0,05. Entretanto, o teste do Qui-quadrado não apresenta dados que informem sobre quão forte a associação pode ser, por isso, utilizou-se, para este fim, a estatística de V de Cramer, que é uma estimativa do tamanho de efeito do grau de associação, medida em um intervalo de 0 a 1.

Ainda conforme Field (2009), há duas hipóteses importantes para aplicação do teste do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) de independência de Pearson: 1) para o teste ser significativo, cada respondente deverá contribuir somente com uma observação para cada célula; e 2) as frequências esperadas devem ser maiores do que 5 em cada célula.

Nos casos em que a segunda hipótese das frequências esperadas do teste do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) de independência de Pearson não foram satisfeitas, utilizou-se o teste Exato de Fisher.

Para a aplicação dos testes, foi realizado o tratamento qualitativo para a variável idade. Utilizou-se a recodificação, transformando-a em uma variável categórica nominal.

Demonstrada as técnicas estatísticas de análise dos dados utilizadas para atender aos devidos objetivos específicos da pesquisa, elaborou-se o Quadro 4, para apresentá-las de forma sintetizada, objetivando a melhor compreensão.

Quadro 4 - Síntese de técnicas estatísticas por objetivo específico.

<b>Finalidade em análise</b>	<b>Técnica Utilizada/ Análise</b>
Caracterização do perfil sociodemográfico, socioeconômico, de conhecimento financeiro e de comportamento financeiro	Técnica univariada: - Análise Descritiva (Distribuição de frequência e percentual)
Identificação do nível de educação financeira	Técnica univariada: - Medidas de tendência central (média)
Análise da relação entre o perfil sociodemográfico, socioeconômico e de comportamento financeiro com o nível de educação financeira	Técnica bivariada: - Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) de independência de Pearson/ teste exato de Fisher - V de Cramer

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

A partir das análises realizadas por meio das técnicas descritas, foi desenvolvida uma proposta de programa de capacitação em educação financeira, atingindo o objetivo geral deste trabalho. Os resultados obtidos e a discussão dos dados são apresentados no próximo tópico.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, tem-se a caracterização do perfil da amostra. Posteriormente, apresenta-se a identificação do nível de educação financeira dos TAE's. A terceira parte contém a análise de associação do nível de educação financeira com os perfis: sociodemográfico, socioeconômico e comportamento financeiro e, por fim, a última parte apresenta a Proposta de Capacitação em Educação Financeira.

### 4.1 Perfil da amostra

Para apresentar a distribuição e caracterizar o perfil da amostra, utilizou-se a Análise Descritiva, realizando a caracterização das variáveis relacionadas aos perfis: sociodemográfico, socioeconômico, de conhecimento financeiro e de comportamento financeiro, utilizando-se, para isso, a distribuição de frequência/o percentual em cada variável.

Para as variáveis em escala tipo *Likert* de cinco pontos, de 1 a 5, em que 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”, considera-se que, quanto maior a frequência, melhor será a concordância nas afirmações feitas pelo respondente.

#### 4.1.1 Perfil sociodemográfico

Para analisar o perfil sociodemográfico dos respondentes, foram caracterizadas as variáveis relacionadas a Idade, Gênero, Cor/ Raça/Etnia e Escolaridade, que foram avaliadas por meio das variáveis 14, 15, 16, 17 e 18 (Q.14, Q.15, Q.16, Q.17 e Q.18) do questionário aplicado. Os resultados obtidos estão apresentados nas Tabela 1 e Tabela 2 e na Figura 3.

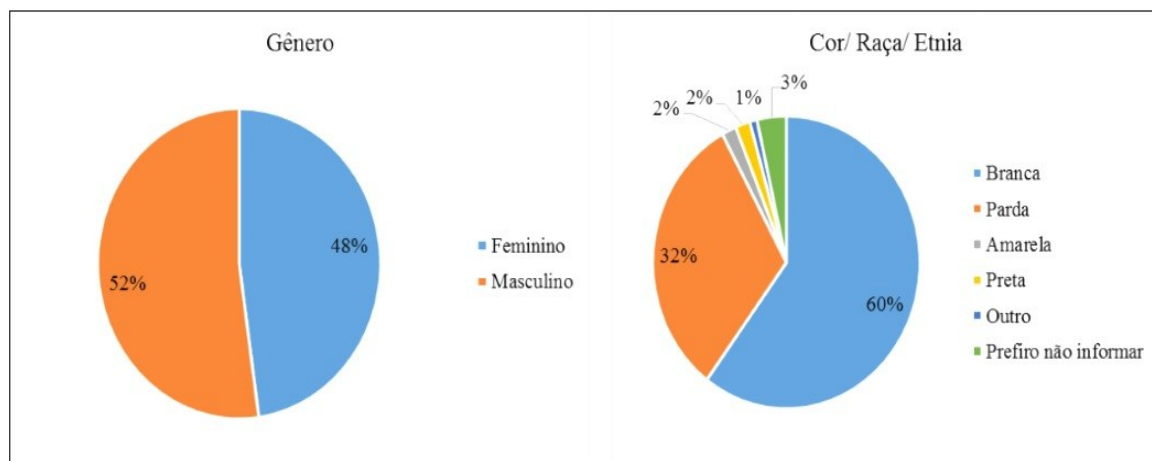
Tabela 1 - Perfil demográfico dos respondentes segundo a variável: Idade/ variável recodificada: Faixa Etária.

Variável	Estatística	Anos	Variável Recodificada	Alternativas	Frequência	Porcentual (%)
Idade (Q. 14)	Mínimo	25	Faixa Etária	25 a 49 anos	85	75,2
	Máximo	63		50 a 63 anos	28	24,8

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando os dados apresentados na Tabela 1, a menor idade declarada foi de 25 anos e a maior idade 63 anos. A variável faixa etária (recodificada a partir da variável idade), classificando as idades em duas faixas etárias: a primeira faixa de 25 a 49 anos e a segunda faixa de 50 a 63 anos. A maior parte dos respondentes (75,2%) apresenta-se na faixa de 25 a 49 anos.

Figura 3 - Perfil demográfico dos respondentes segundo as variáveis: Gênero e Cor/ Raça/ Etnia.



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os participantes da pesquisa, conforme apresentado na Figura 3, 52% são do sexo masculino e 48% do sexo feminino. Predominantemente, a cor/ raça/ etnia declarada pelos respondentes foi a branca, com 60%; seguida pela parda, com 32%; sendo a soma das demais em 8%.

Tabela 2 - Perfil demográfico dos respondentes segundo a variável: Escolaridade.

Variável	Alternativas	Frequência	Porcentual (%)
Escolaridade (Q. 17)	Ensino fundamental (1º grau) incompleto	1	0,9
	Ensino médio (2º grau) incompleto	1	0,9
	Ensino médio (2º grau) completo	3	2,7
	Superior incompleto	4	3,5
	Superior completo	16	14,2
	Especialização ( <i>lato sensu</i> )	54	47,8
	Mestrado	31	27,4
	Doutorado	3	2,7

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos níveis de escolaridade, observou-se, na Tabela 2, que o público apresenta níveis elevados, com a maioria apresentando Especialização (*lato sensu*) e Mestrado (*stricto sensu*), com 47,8% e 27,4%, respectivamente. Uma porcentagem bem pequena apresenta apenas ensino fundamental ou médio (completo e incompleto). Esta caracterização em relação

aos níveis de escolaridade pode constituir um fator relevante para este trabalho, pois indica um público para o qual a proposição de uma capacitação poderá ser bem aceita e produzir resultados satisfatórios em relação aos objetivos a serem alcançados.

Observou-se, portanto, que a maioria dos respondentes se enquadram, predominantemente, no seguinte perfil: faixa etária de 25 a 49 anos, com cor/raça/etnia branca e parda, com nível de escolaridade elevado (especialistas e mestres). Em relação ao gênero, não houve uma classe predominante.

#### 4.1.2 Perfil socioeconômico

Prosseguindo a análise, foram caracterizadas as variáveis pertencentes ao perfil socioeconômico dos respondentes, conforme demonstrado nas Tabela 3 e Tabela 4 e nas Figura 4 e Figura 5.

Tabela 3 - Perfil socioeconômico dos respondentes segundo as variáveis: Renda média mensal familiar e Renda média mensal individual e pessoal.

Variável	Alternativas	Frequência	Porcentual (%)
Renda média mensal familiar (Q. 24)	De R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00 (2 a 4 SM)	17	15,0
	De R\$ 4.180,01 a R\$ 8.360,00 (4 a 8 SM)	52	46,0
	De R\$8.360,01 a R\$ 12.540,00 (8 a 12 SM)	23	20,4
	De R\$ 12.540,01 a R\$ 15.675,00 (12 a 15 SM)	8	7,1
	De R\$ 15.675,01 a R\$ 20.900,01 (15 a 20 SM)	9	8,0
	Acima de R\$ 20.900,01 (Acima de 20 SM)	1	0,9
	Não sei a renda média mensal da minha família	1	0,9
	Não tenho interesse em responder	2	1,8
Renda média mensal individual e pessoal (Q. 25)	Até R\$ 2.090,00 (Até 2 SM - salários-mínimos)	2	1,8
	De R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00 (2 a 4 SM)	42	37,2
	De R\$ 4.180,01 a R\$ 8.360,00 (4 a 8 SM)	54	47,8
	De R\$8.360,01 a R\$ 12.540,00 (8 a 12 SM)	13	11,5
	Não tenho interesse em responder	2	1,8

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando os dados apresentados na Tabela 3, observa-se que a faixa de valores de R\$4.180,01 a R\$8.360,00 (4 a 8 SM), tem maior representatividade nos dois tipos de rendas analisados, sendo representado na renda média mensal familiar por 46% e na individual, por 47,8%.

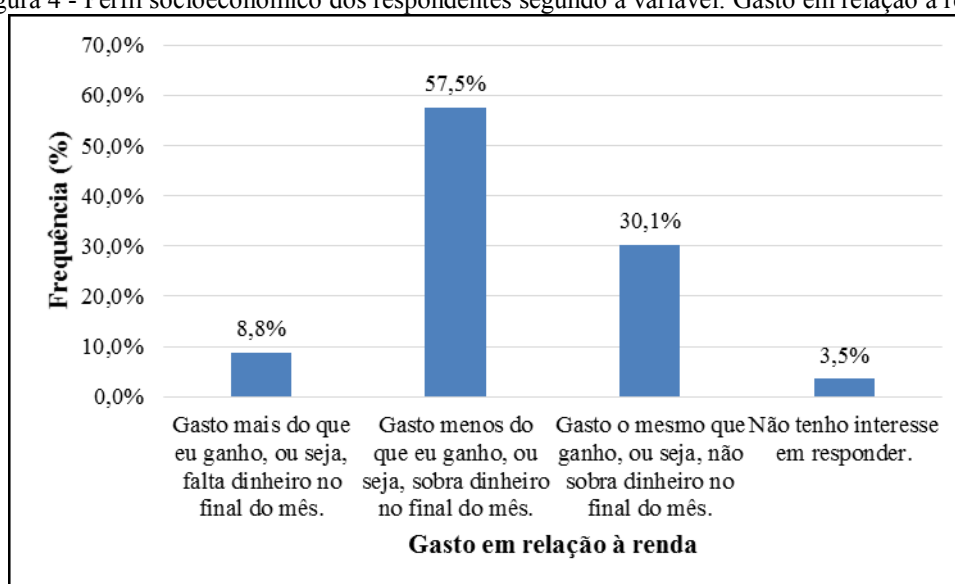
Quanto ao gasto em relação à renda, apresentado na Figura 4, 57,5% dos respondentes gastam menos do que ganham, ou seja, sobra dinheiro no final do mês. Este resultado foi muito semelhante aos valores observados em outros trabalhos com servidores públicos de instituições



federais de ensino. Flores, Vieira e Coronel (2013) identificaram que 58,8% dos respondentes, servidores técnicos administrativos e docentes da UFSM, mostraram que gastam menos do que ganham. Por sua vez, entre os servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018), observaram que 59,22% apresentaram o mesmo perfil.

É importante, ainda, considerar que uma parcela considerável gasta o mesmo que ganha (30,1%) (Figura 4) e, embora seja a menor parcela dos entrevistados (8,8%) que declararam gastar mais do que ganha, isso ainda indica a necessidade de atenção especial para este público.

Figura 4 - Perfil socioeconômico dos respondentes segundo a variável: Gasto em relação à renda.



Fonte: Dados da pesquisa.

As variáveis “Quando criança, meus pais e eu tratávamos de assuntos relacionados ao dinheiro, No Ensino Médio”, “Eu tive algum conteúdo (disciplina ou projeto) que me ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro” e “No Ensino Superior, cursei pelo menos uma disciplina da área de economia e finanças (tais como: Economia, Engenharia Econômica, Matemática Financeira, Finanças etc.)” foram analisadas por meio de escala tipo *Likert*, como forma de mensurar a concordância ou discordância para cada afirmação específica. Os resultados estão apresentados na Tabela 4 e na Figura 5.

Nas variáveis compostas por questões em escala tipo *Likert*, os respondentes podiam apontar uma resposta de 1 a 5, em que 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”. Para análise e discussão dos dados, considerou-se que os valores 2 e 4 da escala indicam, respectivamente, uma tendência em discordar ou concordar com a afirmação proposta.

Tabela 4 - Perfil socioeconômico dos respondentes em relação as variáveis: Assuntos relacionados ao dinheiro com os pais; Conteúdo no ensino médio que ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro; e pelo menos uma disciplina de economia e finanças cursada no ensino superior.

Variável	Alternativas	Frequência	Porcentual (%)
Quando criança, meus pais e eu tratávamos de assuntos relacionados ao dinheiro. (Q.27)	1,0	23	20,4
	2,0	16	14,2
	3,0	34	30,1
	4,0	22	19,5
	5,0	18	15,9
No Ensino Médio, eu tive algum conteúdo (disciplina ou projeto) que me ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro. (Q. 28)	1,0	59	52,2
	2,0	23	20,4
	3,0	14	12,4
	4,0	10	8,8
	5,0	7	6,2
No Ensino Superior, cursei pelo menos uma disciplina da área de economia e finanças (tais como: Economia, Engenharia Econômica, Matemática Financeira, Finanças etc.). (Q. 29)	1,0	41	36,3
	2,0	8	7,1
	3,0	9	8,0
	4,0	16	14,2
	5,0	39	34,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado pelos dados indicados na Tabela 4, o número de respostas foi bastante dividido entre as opções da escala em relação ao tratamento de assuntos relacionados ao dinheiro com os pais, quando criança; demonstrando que este é um hábito variável entre as famílias. Observa-se que 15,9% dos respondentes concordaram totalmente com afirmação proposta na questão e que 19,5% deles também tenderam a concordar, indicando como resposta o valor 4 da escala tipo *Likert*, perfazendo, assim, um total de 35,4%. Esses valores foram inferiores aos de Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015) que, em sua pesquisa com servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), *campus* Rio Paranaíba, identificaram que 47,7% dos servidores adquiriram conhecimentos para gerir o dinheiro, em casa com a família.

Embora a educação financeira não seja amplamente abordada no contexto familiar, Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011) demonstraram que a alfabetização financeira afeta as decisões domésticas. Nesse sentido, é fundamental que se estimule o desenvolvimento deste hábito nos ambientes familiares.

Quando questionados se tiveram algum conteúdo (disciplina ou projeto) no ensino médio que os ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro, somente 6,2% dos respondentes concordaram totalmente e 8,8%, indicaram o valor 4 da escala, também demonstrando concordância (Tabela 4). Por outro lado, 52,2% dos respondentes discordaram da afirmação e 20,4% tenderam a discordar. Assim, os dados demonstram a ineficiência ou inexistência de adoção de temas relacionados ao dinheiro durante as atividades curriculares do ensino médio, quando considerada a amostra estudada. Esses dados indicam a necessidade de

adoção de medidas que incluam a educação financeira como tema prioritário a ser tratado dentre os conteúdos de ensino desta fase escolar.

A abordagem da educação financeira na educação tem se mostrado bastante complexa e divergente nas diferentes realidades educacionais do Brasil. No entanto, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta uma proposta de desenvolvimento de Temas Transversais, entre eles, ressalta-se que a educação financeira é contemplada como um tema comum transversal (BRASIL, 2017). Para Godoi e Tiné (2020), apesar do caminho para educação financeira na educação básica ser longo, é possível perceber diversos avanços, principalmente considerando a complexidade dos processos educacionais. Observa-se, assim, que os avanços voltados à inclusão do tema nos documentos que norteiam a educação básica são recentes.

Em relação ao ensino superior, 34,5% dos respondentes concordaram com a afirmação de que cursaram pelo menos uma disciplina da área de economia e finanças (como: Economia, Engenharia Econômica, Matemática Financeira, Finanças etc.), enquanto 36,3%, discordaram totalmente, demonstrando uma similaridade dos opostos (Tabela 4).

Os resultados aqui obtidos corroboram os de Potrich *et. al* (2014), que observou em um estudo com os habitantes do estado do Rio Grande do Sul maiores de 18 anos, que apenas 11,20% dos respondentes apontaram a escola ou a faculdade como local de aprendizagem sobre o gerenciamento do seu dinheiro.

Para Jappelli e Padula (2013), a alfabetização financeira está relacionada às habilidades matemáticas adquiridas no começo do ciclo de vida, que podem diminuir ou aumentar variando do investimento individual na aquisição de conhecimento financeiro, o que reflete na alfabetização financeira das famílias e na posterior acumulação de riqueza. Assim, iniciativas que promovam a educação financeira (tanto no âmbito das relações familiares, quanto no ensino formal) poderão contribuir consideravelmente para o desenvolvimento de habilidades voltadas à uma vida financeira mais equilibrada.

Em relação ao controle do dinheiro, a avaliação da variável “Controlo meu dinheiro periodicamente. Ou seja, pelo menos uma vez por semana, vejo o quanto recebi, quanto e com o que estou gastando” constatou-se que 43,4% concordaram totalmente que realizam o controle, enquanto somente 7,1% discordaram, ou seja, não realizam o controle (Figura 5). Deve-se, ainda, considerar que uma parcela dos respondentes (24,8%) optou pelo valor quatro da escala de respostas, indicando uma tendência em concordar com a afirmação proposta.

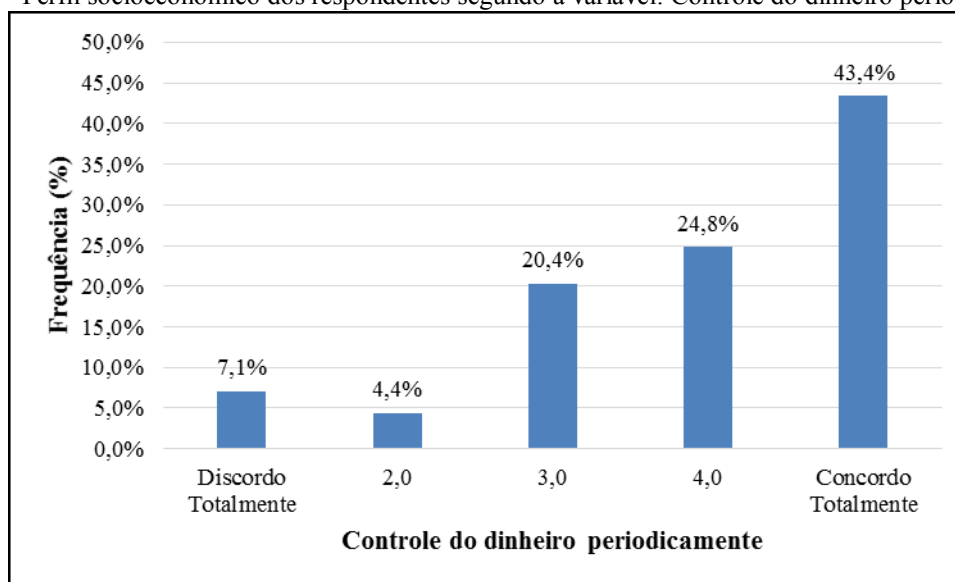
Com resultados semelhantes, Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015) identificaram que 61,5% dos servidores anotam e controlam seus gastos pessoais, sendo que este hábito foi

maior entre os Assistente/Técnico administrativo do que entre os professores. Claudino, Nunes e Silva (2009), por sua vez, no estudo realizado com servidores da UFV, observaram que eles não obtiveram bom desempenho em relação ao controle e planejamento das finanças pessoais. Os autores consideram que a elaboração do planejamento financeiro é um dos aspectos mais importante das finanças pessoais.

De acordo com os dados informados a partir de uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC BRASIL, 2020), os brasileiros não controlam suas finanças e assumem ser pessoas desorganizadas financeiramente.

O resultado deste trabalho demonstra que os respondentes apresentam uma pré-disposição em relação ao controle de finanças, o que poderá constituir mais um fator positivo na implementação de uma capacitação voltada para a educação financeira.

Figura 5 - Perfil socioeconômico dos respondentes segundo a variável: Controle do dinheiro periodicamente.

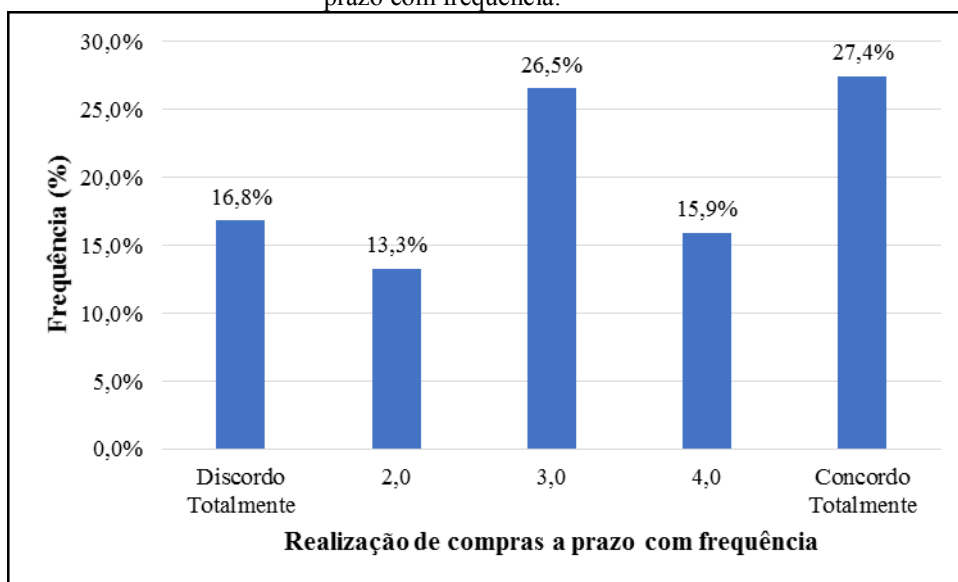


Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.1.3 Perfil do comportamento financeiro

Para a caracterização do perfil do comportamento financeiro dos respondentes, foram analisadas as variáveis pertencentes a este grupo. Sendo apresentadas nas Figura 6, Figura 7, Figura 8, Figura 9 e Figura 10 e nas Tabela 5 e Tabela 6.

Figura 6 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Realização de compras a prazo com frequência.



Fonte: Dados da pesquisa.

Para a variável “Realizo compras a prazo com frequência (ou seja, compro a prazo pelo menos uma vez por mês)” (Figura 6), os resultados indicaram que 27,4% dos respondentes concordaram totalmente, ou seja, realizam compras a prazo com frequência, e 15,9% indicaram o valor 4 da escala. Dessa forma, um total de 43,3% demonstrou concordância com a afirmação proposta. Por outro lado, 30,1% discordaram (16,8% discordaram totalmente e 13,3 indicaram o valor 2). Portanto, observou-se uma diversidade nas respostas, não apresentando um comportamento característico predominante. Ainda assim, é importante ter atenção ao público que realiza compras a prazo, analisando o impacto deste comportamento em relação ao controle de suas finanças e aos riscos de endividamento.

Na avaliação do percentual da renda média mensal (individual) destinada para pagar compras a prazo, Tabela 5, observou-se que o número de respondentes também ficou bastante dividido entre as diferentes opções apresentadas nas respostas. Apenas 12,4% deles responderam que não compram a prazo. Ao todo, 79,6 % possuem algum percentual da renda comprometida com este tipo de pagamento, sendo que 29,2% possuem mais de 30% da sua renda comprometida com o pagamento de compras a prazo e 15% possuem mais de 50%. Dessa forma, constatou-se que a realização de compras a prazo é um hábito comum entre os participantes da pesquisa.

Tabela 5 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo as variáveis: Percentual de renda média mensal (individual) para pagamento de compras a prazo; principal forma de pagamento em compras a prazo; e Percentual de compras a prazo com o pagamento em atraso.

Variável	Alternativas	Frequência	Porcentual (%)
Qual o percentual da sua renda média mensal (individual) é destinada para pagar suas compras a prazo? (Q. 33)	Até 10%	17	15,0
	De 10,01% a 20%	23	20,4
	De 20,01% a 30%	17	15,0
	De 30,01% a 40%	13	11,5
	De 40,01% a 50%	3	2,7
	Mais de 50%	17	15,0
	Não compro a prazo	14	12,4
	Não sei	9	8,0
Quando compro a prazo, uso como principal forma de pagamento... (Q. 34)	... o cartão de crédito (sem parcelar).	27	23,9
	... o cartão de crédito (parcelado).	60	53,1
	... cheques pré-datados.	2	1,8
	... crediário de lojas (carnê ou promissória).	6	5,3
	... caderneta (em padaria, mercearia, açougue, etc.).	4	3,5
	Não tenho interesse em responder	1	0,9
	Não compro a prazo	13	11,5
De modo geral, qual percentual das suas compras a prazo está com pagamento atrasado? (Q. 35)	Até 10%	5	4,4
	De 10,01% a 20%	3	2,7
	De 30,01% a 40%	1	0,9
	Não sei.	3	2,7
	Não tenho interesse em responder.	5	4,4
	Não tenho contas em atraso.	96	85,0

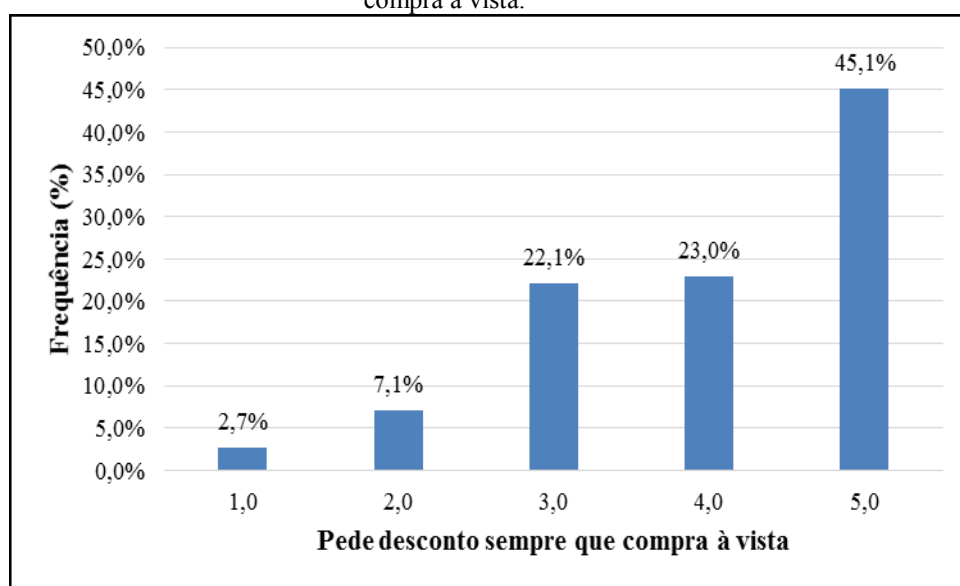
Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar da considerável frequência de realização de compras a prazo, observa-se que a maioria dos participantes (85,0 %) afirmou não ter contas em atraso, o que pode ser considerado um fator favorável em relação ao controle das finanças pessoais. Resultado semelhante foi observado por Flores, Vieira e Coronel (2013), em que 66,5% dos respondentes admitiram possuir algum tipo de dívida, porém; 92,9% apontaram que essas dívidas não estão em atraso, indicando baixos níveis de endividamento e um comportamento conservador perante o risco financeiro. Os servidores públicos também mostraram pouca atitude favorável ao endividamento no trabalho de Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018).

Os resultados indicam uma propensão dos entrevistados para realização de compras a prazo. Este fato somado às facilidades de créditos encontrados no mercado atualmente, podem constituir um risco para o desequilíbrio financeiro dos indivíduos, levando ao endividamento. Em um trabalho desenvolvido por Klapper, Lusardi e Panos (2013), os autores consideraram a combinação do rápido crescimento do crédito ao consumidor com os baixos níveis de alfabetização financeira perigosa, ao passo que indivíduos com baixos níveis de alfabetização financeira são mais propensos a um choque negativo de renda. O que enfatiza, mais uma vez, como sugerem os autores, que agregar a alfabetização financeira ajuda os indivíduos a superar os choques, além de ajudar a gerar estabilidade macroeconômica e do mercado.

Avaliou-se, também, a principal forma utilizada para efetuar os pagamentos de compras a prazo, conforme a Tabela 5, e os resultados indicaram que o cartão de crédito predomina entre as opções, tanto na forma parcelada (53,1 %) quanto sem parcelar (23,9 %). Embora com menor frequência, constatou-se também que os cheques, crediários e cadernetas ainda são utilizados por alguns dos participantes da pesquisa. Apesar da facilidade e praticidade de utilização do cartão de crédito como forma de efetuar os pagamentos, é preciso estar atento, uma vez que este pode se tornar um dos principais tipos de dívidas. Flores, Vieira e Coronel (2013) observaram que o cartão de crédito foi o principal tipo de dívida apresentado pelos servidores públicos participantes de sua pesquisa. O cartão de crédito também esteve entre as principais modalidades de empréstimos e financiamentos dos servidores públicos da UFV Campus Rio Paranaíba (GUIMARÃES; GONÇALVES; MIRANDA, 2015).

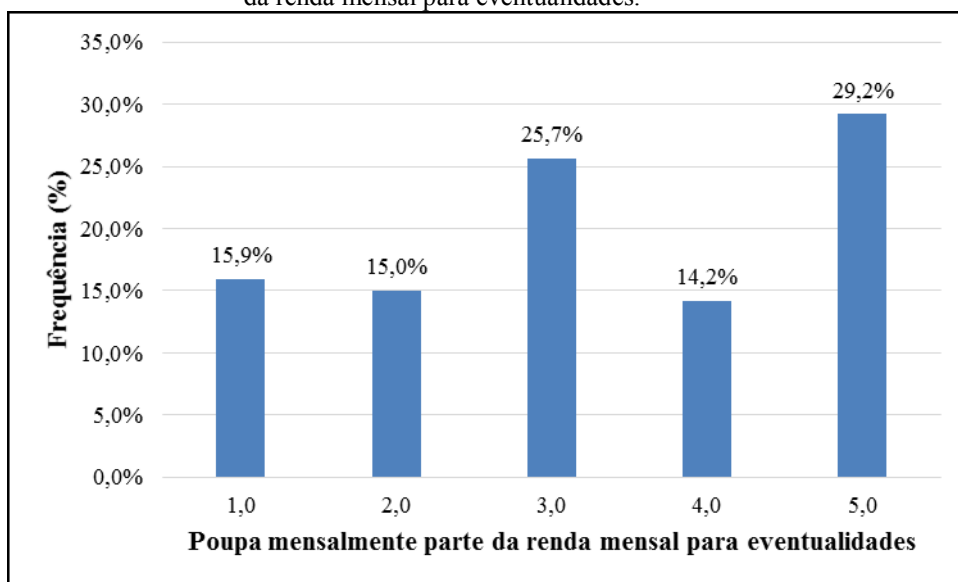
Figura 7 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Pedir desconto sempre que compra à vista.



Fonte: Dados da pesquisa.

O resultado da análise, Figura 7, para a variável pedir desconto nas compras à vista pode ser considerado um hábito comum entre os respondentes, uma vez que 45,1% concordaram totalmente e 23% marcaram a opção 4 da escala tipo *Likert*, demonstrando uma tendência em concordar com a afirmação. Apenas 2,7% discordaram totalmente, indicando que não pedem descontos.

Figura 8 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Poupar mensalmente parte da renda mensal para eventualidades.



Fonte: Dados da pesquisa.

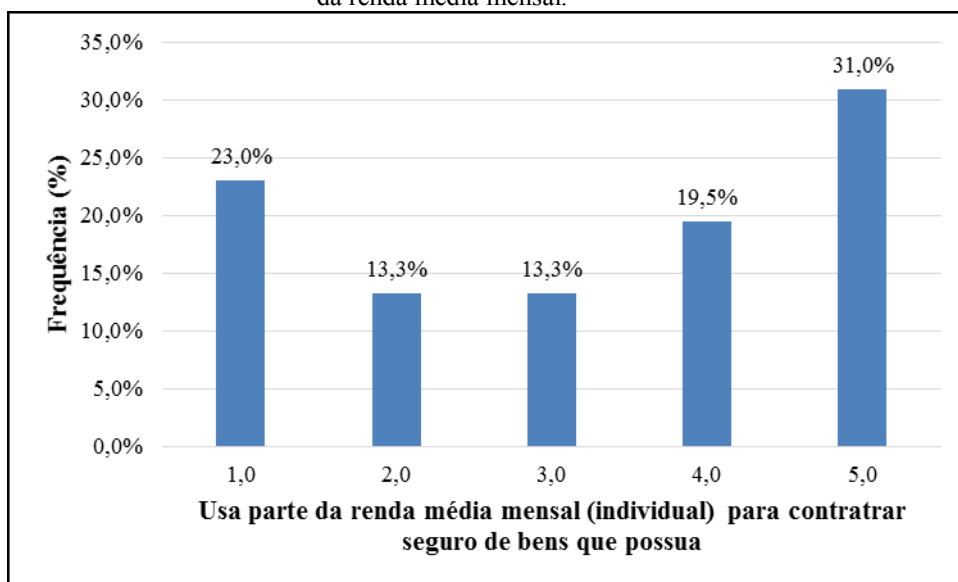
Um comportamento financeiro interessante e de grande importância está relacionado à capacidade de poupar parte da renda mensal para eventualidades. Nesta pesquisa; observou-se, conforme elencado na Figura 8, que os respondentes ficaram bastante divididos entre as diferentes opções de respostas na escala oferecida, no entanto, com uma leve tendência a demonstrar concordância com este hábito (14,2% indicaram o valor 4 da escala e 29,2% indicaram o valor 5) quando comparado com os valores que demonstravam discordância (15,9% para o valor 1 e 15% para o valor 2). O comportamento avaliado nesta questão vai de encontro à análise da variável do perfil socioeconômico dos respondentes sobre o gasto em relação à renda, em que ficou demonstrado que eles gastam menos do que ganham, indicando, portanto, a existência de uma consciência em relação a constituição de reservas financeiras.

No resultado da análise, Figura 9, da mesma forma, a maioria dos entrevistados demonstraram uma tendência maior em concordar com o uso de parte da renda média mensal (individual) para contratar seguro de bens que possuía (19,5% e 31% para os valores 4 e 5 da escala, respectivamente). Apesar destes valores, pode-se notar ainda um número considerável de respondentes que indicaram valores na escala que demonstram discordância com a realização desta prática (36,3%).

Realizou-se a avaliação do comportamento dos respondentes em relação à contribuição com a previdência oficial e complementar (Tabela 6).



Figura 9 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Contratar seguro com parte da renda média mensal.



Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 6 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo as variáveis: Contribuir com a previdência oficial, se considerado obrigatório; e Usar parte da renda média mensal para contribuir com a previdência complementar.

Variável	Alternativas	Frequência	Porcentual (%)
Considerando que a previdência oficial (o RGPS ou o RPPS) é obrigatório para todos os trabalhadores/ servidores eu ... (Q. 43)	... não contribuo (ou não contribuirei) com nenhuma formas de previdência (oficial e ou complementar) porque tenho (ou terei) um trabalho informal.	1	0,9
	... contribuo (ou contribuirei) apenas com a previdência oficial (o RGPS ou o RPPS) por ser obrigatória a todos os trabalhadores/servidores.	88	77,9
	... contribuo (ou contribuirei) com a previdência oficial (o RGPS ou o RPPS) e também com a complementar (Previdência Complementar - Privada ou FUNPRESP).	17	15,0
	Não sei	4	3,5
	Não tenho interesse em responder	3	2,7
Uso parte da minha renda média mensal (individual) para contribuir com um plano de previdência complementar (PREVIDÊNCIA PRIVADA). (Q. 44)	1,0	79	69,9
	2,0	9	8,0
	3,0	11	9,7
	4,0	4	3,5
	5,0	10	8,8

Fonte: Dados da pesquisa.

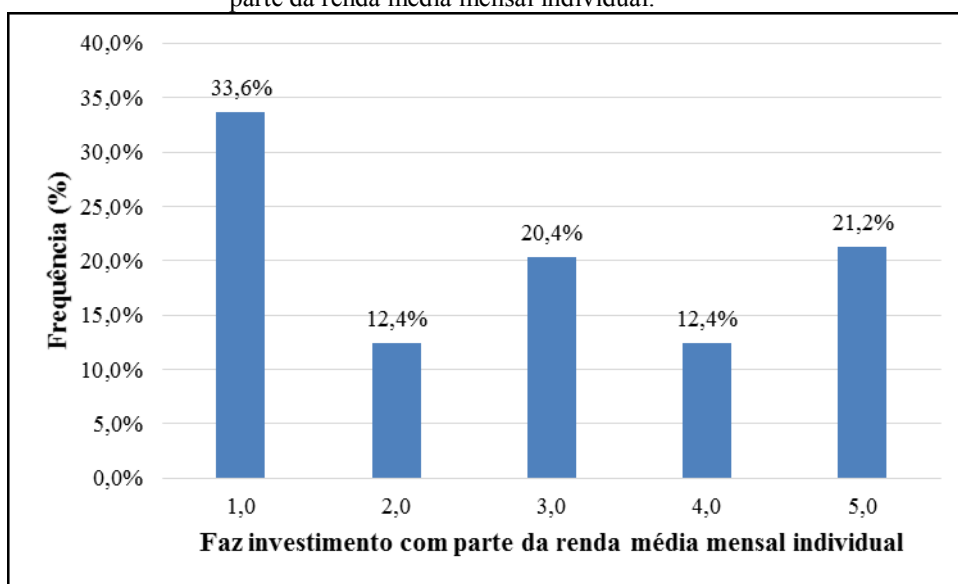
Em relação a contribuição com a previdência oficial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e considerando que ela seja obrigatória para todos os trabalhadores, 77,9% dos entrevistados responderam que contribuem (ou contribuirá) apenas com a previdência oficial, em função da sua obrigatoriedade (Tabela 6). Quanto à contribuição com um plano de

previdência complementar (Previdência privada) parece ser uma prática pouco comum entre os participantes da pesquisa, visto que 69,9% discordaram totalmente que usam parte da renda média mensal (individual) para este tipo de contribuição e apenas 8,8 % concordaram totalmente.

A preocupação com a aposentadoria e a preparação para o futuro são fatores que podem ser estimulados à partir da alfabetização financeira. Bucher-Koenen e Lusardi (2011) afirmam que a alfabetização financeira impacta no planejamento da aposentadoria, enquanto sua ausência, dificulta a adoção de medidas para economizar dinheiro para este fim. Por outro lado, Jappelli e Padula (2013) reforçam que a alfabetização financeira precisa ser analisada entre países sobre a ótica do sistema de seguridade social, pois, diante dos níveis de alfabetização e economia diferentes, as pessoas confiam na riqueza privada por não serem contempladas por um sistema previdenciário generoso.

A última análise relacionada ao comportamento financeiro foi sobre a realização de investimentos com parte da renda média mensal (Figura 10).

Figura 10 - Perfil do comportamento financeiro dos respondentes segundo a variável: Fazer investimento com parte da renda média mensal individual.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados indicaram, na Figura 10, uma tendência voltada para a não realização de investimentos com parte da renda média mensal, uma vez que as maiores porcentagens foram observadas para os valores da escala que demonstravam discordância (33,6 % e 12,4%, para os valores 1 e 2 da escala, respectivamente), perfazendo um total de 46%.

#### 4.1.4 Perfil de conhecimento financeiro

Para finalizar a caracterização da amostra foram analisadas as variáveis do perfil de conhecimento financeiro dos respondentes, que analisavam conhecimentos sobre juros, inflação, diversificação de risco e diversificação de investimento. Para cada variável pertencente a esse perfil, foi apresentada uma única alternativa correta e, além disso, dentre as alternativas de respostas, tinham as opções “Não sei” e “Não tenho interesse em responder”.

Na Tabela 7 podem ser verificadas as variáveis apresentadas, as alternativas de respostas e as frequências obtidas em cada uma delas. As alternativas destacadas em vermelho são as respostas corretas de cada questão. Essas são as únicas variáveis do questionário que têm respostas como consideradas corretas ou erradas.

O conhecimento sobre juros foi avaliado por meio de duas variáveis. Para a variável “Você precisa tomar emprestado R\$ 100,00. Qual a menor quantia que você deve devolver ao credor?”, 66,4% dos respondentes informaram corretamente que a menor quantia a ser devolvida ao credor será os R\$ 100,00 mais os juros contratados. Dos respondentes, 4,4 não souberam responder, 0,9 % não tiveram interesse em responder e 28,4 % erraram a variável (Tabela 7).

Para a segunda variável “Considere que você tem R\$ 100,00 em uma conta poupança e o banco paga juros de 10% ao ano. Se você não movimentar essa conta (não fizer depósito ou retiradas), quanto você terá na mesma conta de poupança após cinco anos?”, a maioria (63,7%) também respondeu corretamente que o valor que terá após cinco anos sem movimentar a conta, será maior que R\$ 150,00. Alternativas incorretas para a variável foram indicadas por 29,2% dos respondentes e uma parcela bem pequena informou que não sabia ou que não tinha interesse em responder (5,3% e 1,8%, respectivamente) (Tabela 7).

Dois variáveis do questionário também foram destinadas a avaliar o conhecimento sobre inflação. Verificou-se que 60,2% responderam corretamente a variável “Suponha que, nos próximos 10 anos, os preços dos itens que você compra regularmente dobrem de preço. Se o seu rendimento também dobrar, você comprará...”, apontando que comprariam o mesmo que se pode comprar hoje. Por outro lado, 32,7 % responderam incorretamente e 7,1% não souberam responder.

Tabela 7 - Perfil do nível de conhecimento financeiro dos respondentes segundo os conceitos de juros, inflação, diversificação de risco e diversificação de investimento.

Conceito	Variável	Alternativas	Frequência	Porcentual (%)
Inflação	Suponha que, nos próximos 10 anos, os preços dos itens que você compra regularmente dobrem de preço. Se o seu rendimento também dobrar, você comprará... (Q. 31)	... menos do que você pode comprar hoje.	33	29,2
		... o mesmo que você pode comprar hoje.	68	60,2
		... mais do que você pode comprar hoje.	4	3,5
		Não sei.	8	7,1
		Não tenho interesse em responder	0	0,0
Juros	Você precisa tomar emprestado R\$ 100,00. Qual a menor quantia que você deve devolver ao credor? (Q. 37)	Os mesmos R\$ 100,00.	29	25,7
		Os R\$ 100,00 mais os juros contratados.	75	66,4
		Entre R\$ 100,00 e R\$ 120,00, dependendo do credor	3	2,7
		Não sei	5	4,4
		Não tenho interesse em responder	1	0,9
Juros	Considere que você tem R\$ 100,00 em uma conta poupança e o banco paga juros de 10% ao ano. Se você não movimentar essa conta (não fizer depósito ou retiradas), quanto você terá na mesma conta de poupança após cinco anos? (Q. 39)	Menos de R\$ 150,00.	14	12,4
		Exatamente R\$ 150,00.	19	16,8
		Mais de R\$ 150,00.	72	63,7
		Não sei	6	5,3
		Não tenho interesse em responder	2	1,8
Inflação	Um banco pagou de juros de 10% ao ano para sua conta de poupança, e, no mesmo ano, a inflação foi de 15%. Após deixar seu dinheiro naquela poupança por um ano, pode-se afirmar que você seria capaz de comprar... (Q. 40)	... menos que compro hoje.	94	83,2
		... o mesmo que compro hoje.	5	4,4
		... mais que compro hoje.	1	0,9
		Não sei	11	9,7
		Não tenho interesse em responder	2	1,8
Diversificação de risco	Quando você contrata um seguro, você está procurando... (Q. 42)	... evitar o risco de um eventual imprevisto (sinistro).	33	29,2
		... reduzir o risco de um eventual imprevisto (sinistro).	41	36,3
		... transferir para terceiros o risco de um eventual imprevisto (sinistro).	30	26,5
		Não sei	5	4,4
		Não tenho interesse em responder	4	3,5
Diversificação de investimento	Considere que você possui algum dinheiro para realizar investimento, é mais seguro investir em... (Q. 46)	... título de capitalização.	9	8,0
		... um único ativo (aplicação, negócio, empresa, imóvel ou ação).	16	14,2
		... vários ativos (em mais de um tipo de aplicação, negócio, empresa, imóvel ou ação).	62	54,9
		Não sei	18	15,9
		Não tenho interesse em responder	8	7,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando avaliado novamente o conhecimento de “inflação”, com a questão “Um banco pagou de juros de 10% ao ano para sua conta de poupança, e, no mesmo ano, a inflação foi de 15%. Após deixar seu dinheiro naquela poupança por um ano, pode-se afirmar que você seria capaz de comprar...”, um percentual ainda superior e predominante (83,2%), optou pela resposta correta, que afirma que seria capaz de comprar menos do que compra hoje. Apenas 5,3% dos respondentes erraram a resposta, 9,7% não souberam responder e 1,8% não tiveram interesse em responder.

A variável de “diversificação de risco”, analisada com a questão “Quando você contrata um seguro, você está procurando...”, buscou demonstrar a percepção dos respondentes em relação ao objetivo da contratação de um seguro. Apenas 26,5% responderam corretamente que ao contratar um seguro está procurando transferir para terceiros o risco de um eventual imprevisto (sinistro). De um total de 65,5% que erraram a questão, 36,3% consideram estar procurando reduzir o risco de um eventual imprevisto (sinistro) e 29,2% consideraram que a contratação de um seguro busca evitar o risco de um eventual imprevisto (sinistro).

Para avaliar o conhecimento sobre diversificação de investimento, a pergunta aplicada foi “Considere que você possui algum dinheiro para realizar investimento, é mais seguro investir em...”). Assim como para as demais questões, a maior parcela dos respondentes (54,9%) acertou a resposta, considerando corretamente que seria em vários ativos (aplicação, negócio, empresa ou ação). Respostas incorretas foram dadas por 22,2% dos respondentes e 7,1% deles não tiveram interesse em responder. Em comparação com as demais variáveis analisadas dentro do perfil de conhecimento financeiro, observou-se que neste caso, uma porcentagem relativamente maior assumiu não saber a resposta (15,9%), declarando, assim, a ausência de conhecimentos sobre investimentos.

De maneira geral, pode-se considerar que, para a maioria das variáveis, houve uma maior porcentagem de acerto entre os respondentes, exceto para a análise da diversificação de risco. No entanto, é notável ainda que uma parcela considerável dos técnicos administrativos não respondeu corretamente ou não soube responder, o que demonstra a necessidade de atenção para o público estudado. Essa percepção vai de encontro ao que é considerado por Lusardi e Mitchell (2014), que a valorização do conhecimento financeiro se destina para a criação de programas que visam aprimorar os níveis de conhecimento financeiro na população.

Após a caracterização deste perfil da amostra, buscou-se identificar o nível de educação financeira dos respondentes, o que suprirá a falta de informações deste grupo específico. Conforme Van Rooij, Lusardi e Alessie (2012), a carência de informações sobre os níveis de

conhecimento financeiro é uma das principais razões de se haver pouca atenção para a relação positivamente associada entre acumulação de riqueza e alfabetização financeira.

#### 4.2 Nível de educação financeira dos TAE's

Após conhecer os perfis da amostra, o estudo identificou o nível de educação financeira dos participantes da pesquisa, com a utilização da estatística descritiva de medida de tendência central, a média.

A fim de alcançar esse objetivo, foi utilizado um indicador, como explicado no item 3.2.6, que classificou os respondentes em baixo, médio e alto nível de educação financeira por meio das análises das variáveis do perfil de conhecimento financeiro. Esta análise foi realizada à partir das seis variáveis de conceitos financeiros básicos, utilizadas anteriormente para caracterizar o perfil de conhecimento financeiro. Estas variáveis são classificadas em nominais com escalonamento de múltipla escolha e avaliou os conhecimentos dos respondentes em relação aos aspectos de juros, inflação, diversificação de risco e diversificação de investimento.

Para obter o resultado do índice de educação financeira, foi atribuído peso 1,0 para a resposta correta, sendo assim, cada respondente poderia atingir uma pontuação média de 0,0 a 1,0 ponto, em função do número de acertos. Posteriormente, determinou-se o número de acertos de cada respondente e, por último, obteve-se a frequência e o percentual de respondentes em relação aos acertos obtidos, conforme apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 - Respondentes em relação a pontuação média por quantidade de acertos.

Quantidade de acertos	Pontuação Média por acertos	Frequência de Respondentes	Porcentual de respondentes (%)
0	0,00	2	1,8
1	0,17	13	11,5
2	0,33	16	14,2
3	0,50	16	14,2
4	0,67	33	29,2
5	0,83	22	19,5
6	1,00	11	9,7

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os dados da Tabela 8, verificou-se que 29,2% dos respondentes alcançaram uma pontuação média de 0,67, correspondendo ao acerto de quatro variáveis sugeridas,

enquanto 1,8% não acertou ou não soube responder a nenhuma das seis variáveis e somente 9,7% acertaram todas as variáveis.

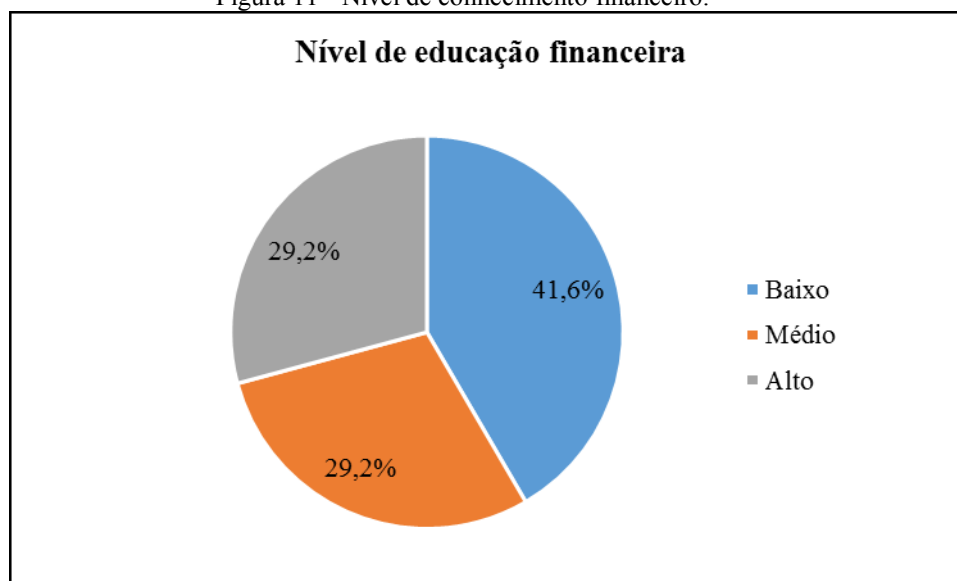
Os dados da frequência de respostas corretas e incorretas de cada variável e daqueles referentes às perguntas que os entrevistados não souberam ou não tiveram interesse em responder, além do percentual de acertos, foram demonstradas na Tabela 7.

De acordo com a pontuação obtida, classificou-se os respondentes como detentores de baixo, mediano e alto nível de educação financeira, com base na seguinte pontuação: pontuação inferior a 0,60, classificados como detentores de baixo nível, pontuação entre 0,61 e 0,79, classificados como nível mediano e com pontuação superior a 0,80, classificados como alto nível.

Sendo assim, os respondentes que acertaram três, duas, uma ou nenhuma variável, foram classificados com detentores de baixo nível; os que acertaram quatro variáveis, classificados no nível mediano; e os respondentes que tiveram cinco e seis variáveis com acertos, foram posicionados como alto nível, correspondendo-se, assim, ao “Nível de educação financeira dos respondentes”.

A determinação do nível de educação financeira dos respondentes está apresentada na Figura 11.

Figura 11 - Nível de conhecimento financeiro.



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, na Figura 11, que 41,6% dos TAE's apresentaram um perfil de baixo nível de educação financeira, 29,2% apresentaram um nível mediano e esta mesma proporção foi

apresentada no nível alto. Tem-se, assim, que, entre os participantes da pesquisa, um número consideravelmente alto apresentou baixo nível de educação financeira e uma parcela expressiva também possuiu nível médio. Estes dados indicam a necessidade de adoção de práticas que promovam a capacitação deste público em relação à temas da educação financeira que poderão auxiliá-los na melhoria da sua qualidade de vida o que, de maneira indireta, poderá colaborar também para uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à instituição.

Após conhecida a frequência de respondentes por pontuação média de acertos, como foi demonstrado na Tabela 8, realizou-se a identificação geral do nível de educação financeira dos TAE's, obtendo-se a média da pontuação final obtida de todos os respondentes, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 - Nível geral de educação financeira dos TAE's.

<b>Pontuação final</b>	<b>Média da pontuação final</b>	<b>Nível de educação financeira</b>
66,83	0,59	Baixo

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 9 mostram que a média do total da pontuação dos respondentes foi 0,59, sendo inferior a pontuação de 0,60 e, de acordo com o indicador, a pontuação encontrada enquadra a classificação dos servidores técnico-administrativos como detentores de baixo nível de educação financeira.

Os percentuais de respondentes em cada nível de conhecimento encontrados neste trabalho foram semelhantes aos observados por Claudino, Nunes e Silva (2009) com servidores técnico-administrativos da UFV em que 44% apresentaram conhecimento insuficiente, 30,3% moderado e apenas 25,7% tiveram um nível satisfatório.

Por outro lado, Flores, Vieira e Coronel (2013) classificaram os servidores técnicos administrativos e docentes da UFSM com um bom nível de educação financeira, tendo sido observados os seguintes percentuais: 9,8% no nível baixo; 44,2% nível médio e 46% nível alto. Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) também identificaram nível elevado de conhecimento financeiro entre os servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC, sendo que 67,62% deles apresentaram conhecimentos básicos em finanças.

Tanto os resultados obtidos no presente trabalho, quanto os apresentados pelos autores nestas comparações, estão acima da média apresentada por Klapper; Lusardi e Oudheusden (2015), que apontam que, no geral, 35% dos brasileiros podem ser considerados como alfabetizados financeiramente.



O baixo nível de educação financeira dos servidores TAE's é mais uma evidência que tem sido demonstrada em diversos outros trabalhos, como o apresentado por Jappelli e Padula (2013), que relatam que uma significativa parte da população adulta é desprovida de conhecimentos sobre finanças e conceitos econômicos básicos, como diversificação de riscos, inflação e composição de juros.

Neste sentido, a educação financeira é a principal ferramenta para melhorar a alfabetização financeira (FU, 2020). Para Lusardi e Mitchell (2014), é a alfabetização financeira que permite ao indivíduo conferir informações econômicas e tomar decisões informadas sobre planejamento, acumulação de riqueza, dívida e pensões, conforme afirmam. Para Behrman *et al.* (2012), o investimento em alfabetização financeira tem impactos substanciais, pois fornecem aos indivíduos, empresas e governos a possibilidade de aumentar suas próprias riquezas e o bem-estar das famílias.

Potrich, Vieira e Kirch (2018, p. 28) abordam a importância de haver um indicador para determinar o nível de alfabetização financeira dos indivíduos, permitindo, assim, a promoção de ações focadas em grupos mais vulneráveis. Neste sentido, o presente trabalho permitiu a classificação do nível de conhecimento financeiro dos TAE'S do IFMG *Campus* Bambuí, o que permitirá a elaboração de uma proposta de capacitação voltado especificamente para as necessidades deste grupo.

Concluída esta etapa, o próximo tópico apresenta o estudo de relação entre os perfis e nível educação financeira do grupo estudado.

#### **4.3 Relação entre os perfis sociodemográfico, socioeconômico e comportamento financeiro com o nível de educação financeira**

Conhecido o nível de educação financeira, o estudo visou identificar sua relação com os perfis sociodemográfico, socioeconômico e comportamento financeiro e mensurar o grau de associação entre essas variáveis.

Foi aplicada, para este fim, conforme informado no item 3.2.6, a análise estatística do teste do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) de independência de Pearson e, para todos os efeitos, será utilizado, neste trabalho, o relacionamento quando a sua significância for menor do que 0,05. Para informar quão forte a associação pode ser utilizou-se a estatística de V de Cramer. Nos casos

em que a hipótese das frequências esperadas do teste do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) de independência de Pearson não foram satisfeitas, utilizou-se o teste Exato de Fisher.

#### 4.3.1 Nível de educação financeira com o perfil sociodemográfico

O primeiro estudo de relação foi realizado para verificar a associação entre o nível de educação financeira e as variáveis do perfil sociodemográfico, apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 - Resultados das estatísticas de associação entre o nível de educação financeira e as variáveis sociodemográficas.

Variáveis	$\chi^2$	Grau de Liberdade	Valor-p
Faixa Etária (Q. 14 Recodificada)	0,855*	2	,652
Gênero (Q. 15)	1,127*	2	,569
Cor/ Raça/ Etnia (Q. 16)	7,215**	10	,765
Escolaridade (Q. 17)	8,425**	14	,950

\*Qui-quadrado de Pearson

\*\*Qui-quadrado do teste exato de Fisher

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado pelos dados apresentados na Tabela 10, não houve associação entre os fatores sociodemográficos (Faixa etária, Gênero, Cor/raça/etnia e Escolaridade) com o nível de educação financeira. Sendo assim, estes fatores não estão relacionados a um maior ou menor nível de conhecimento financeiro para o público estudado.

Contudo, diversos outros trabalhos realizados demonstraram a existência de associação entre os níveis de educação financeira com os fatores sociodemográficos. Observa-se que, para a idade, as pessoas com idade adulta média apresentam melhores níveis do que os mais jovens e mais velhos (Claudino, Nunes e Silva (2009); Flores, Vieira e Coronel (2013); Potrich, Vieira e Kirch (2015); Silva Filho *et al.* (2017); Silva, Silva Neto e Araújo (2017); Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018).

Em relação ao gênero, assim como neste trabalho, Flores, Vieira e Coronel (2013), também não observaram associação com os diferentes níveis de educação financeira. No entanto, em um considerável número de trabalhos os homens têm apresentado maiores índices (Potrich, Vieira e Kirch (2015); Silva Filho *et al.* (2017); Potrich, Vieira e Kirch (2018)). Em contraposição, Silva, Silva Neto e Araújo (2017) identificaram os níveis mais baixos entre os homens.

A escolaridade foi mais um fator do perfil sociodemográfico que não se mostrou associado aos níveis de educação financeira neste trabalho, o que está de acordo com o observado por Silva, Silva Neto e Araújo (2017) e por Flores, Vieira e Coronel (2013). Por outro lado, alguns resultados têm demonstrado que, quanto maior o nível de escolaridade, maiores os níveis de educação financeira (Claudino, Nunes e Silva (2009); Potrich, Vieira e Kirch (2015) e Potrich, Vieira e Kirch (2018)).

#### 4.3.2 Nível de educação financeira com o perfil socioeconômico

Dando continuidade ao estudo, foram analisadas a existência ou não de associação entre o nível de educação financeira e as variáveis do perfil socioeconômico, conforme demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 - Resultados das estatísticas de associação entre o nível de educação financeira e as variáveis socioeconômicas.

Variáveis	$\chi^2$	Grau de Liberdade	Valor-p *
Renda média mensal familiar (Q. 24)	7,692*	14	,973
Renda média mensal individual e pessoal (Q. 25)	4,055*	8	,921
Gasto em relação à renda (Q. 26)	6,150*	6	,386
Quando criança, meus pais e eu tratávamos de assuntos relacionados ao dinheiro. (Q.27)	<b>21,019*</b>	<b>8</b>	<b>,006</b>
No Ensino Médio, eu tive algum conteúdo (disciplina ou projeto) que me ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro. (Q. 28)	<b>14,929*</b>	<b>8</b>	<b>,045</b>
No Ensino Superior, cursei pelo menos uma disciplina da área de economia e finanças (tais como: Economia, Engenharia Econômica, Matemática Financeira, Finanças, etc.). (Q. 29)	10,682*	8	,204
Controlo meu dinheiro periodicamente, ou seja, pelo menos uma vez por semana, vejo o quanto recebi, quanto e com o que estou gastando (Q. 30)	<b>16,355*</b>	<b>8</b>	<b>,023</b>

\* Qui-quadrado do teste exato de Fisher.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado na análise do Qui-quadrado, Tabela 11, o teste exato de Fisher mostrou que houve associação do nível de educação financeira com as variáveis “Quando criança, meus pais e eu tratávamos de assuntos relacionados ao dinheiro” ( $\chi^2_{(8)} = 21,019$ ;  $p = 0,006$ ), “No Ensino Médio, eu tive algum conteúdo (disciplina ou projeto) que me ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro” ( $\chi^2_{(8)} = 14,929$ ;  $p = 0,045$ ) e “Controlo meu dinheiro periodicamente. Ou seja, pelo menos uma vez por semana, vejo o quanto recebi, quanto e com

o que estou gastando” ( $\chi^2_{(8)} = 16,355$ ;  $p = 0,023$ ). A estatística relativa ao V de Cramer mostrou que a associação entre essas variáveis é de 28,5%; 25,6% e 27,8%; respectivamente.

Por outro lado, as variáveis “Renda média mensal familiar”, “Renda média mensal individual e pessoal”, “Gasto em relação a renda” e “No Ensino Superior, cursei pelo menos uma disciplina da área de economia e finanças (como: Economia, Engenharia Econômica, Matemática Financeira, Finanças, etc.)” não apresentaram associação com os níveis de educação financeira.

Nas Tabela 11, Tabela 12 e Tabela 13 estão apresentados os dados de frequência (observada e esperada) e o resíduo ajustado para as variáveis que apresentaram associação com o nível de educação financeira. Os valores de resíduo ajustados inferiores a -1,96 ou superiores a 1,96, indicam as células em que ocorreram associação entre as variáveis testadas.

Tabela 12 – Contribuição individual de cada célula ao valor da estatística da variável tratar de assuntos relacionados ao dinheiro com os pais quando criança.

			Nível de Educação Financeira		
			Baixo	Médio	Alto
<b>Quando criança, meus pais e eu tratávamos de assuntos relacionados ao dinheiro (Q. 27)</b>	Discordo Totalmente	Frequência	16	0	7
		Frequência (%)	14,2%	0,0%	6,2%
		Frequência esperada	9,6	6,7	6,7
		Resíduo ajustado	3	-3,5	0,1
	2	Frequência	6	6	4
		Frequência (%)	5,3%	5,3%	3,5%
		Frequência esperada	6,7	4,7	4,7
		Resíduo ajustado	-0,4	0,8	-0,4
	3	Frequência	12	15	7
		Frequência (%)	10,6%	13,3%	6,2%
		Frequência esperada	14,1	9,9	9,9
		Resíduo ajustado	-0,9	2,3	-1,3
	4	Frequência	8	5	9
		Frequência (%)	7,1%	4,4%	8,0%
		Frequência esperada	9,2	6,4	6,4
		Resíduo ajustado	-0,6	-0,7	1,3
	Concordo Totalmente	Frequência	5	7	6
		Frequência (%)	4,4%	6,2%	5,3%
		Frequência esperada	7,5	5,3	5,3
		Resíduo ajustado	-1,3	1,0	0,4

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 13 - Contribuição individual de cada célula ao valor da estatística da variável ter tido algum conteúdo (disciplina ou projeto) no ensino médio que ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro.

		Nível de Educação Financeira			
		Baixo	Médio	Alto	
<b>No Ensino Médio, eu tive algum conteúdo (disciplina ou projeto) que me ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro (Q. 28)</b>	Discordo Totalmente	Frequência	28	12	19
		Frequência (%)	24,8%	10,6%	16,8%
		Frequência esperada	24,5	17,2	17,2
		Resíduo ajustado	1,3	-2,2	0,7
	2	Frequência	8	10	5
		Frequência (%)	7,1%	8,8%	4,4%
		Frequência esperada	9,6	6,7	6,7
		Resíduo ajustado	-0,7	1,7	-0,9
	3	Frequência	6	2	6
		Frequência (%)	5,3%	1,8%	5,3%
		Frequência esperada	5,8	4,1	4,1
		Resíduo ajustado	0,1	-1,3	1,2
	4	Frequência	4	6	0
		Frequência (%)	3,5%	5,3%	0,0%
		Frequência esperada	4,2	2,9	2,9
		Resíduo ajustado	-0,1	2,2	-2,1
Concordo Totalmente	Frequência	1	3	3	
	Frequência (%)	0,9%	2,7%	2,7%	
	Frequência esperada	2,9	2	2	
	Resíduo ajustado	-1,5	0,8	0,8	

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 14 - Contribuição individual de cada célula ao valor da estatística da variável controle do dinheiro periodicamente.

		Nível de Educação Financeira			
		Baixo	Médio	Alto	
<b>Controlo meu dinheiro periodicamente. Ou seja, pelo menos uma vez por semana, vejo o quanto recebi, quanto e com o que estou gastando (Q. 30)</b>	Discordo Totalmente	Frequência	3	0	5
		Frequência (%)	2,7%	0,0%	4,4%
		Frequência esperada	3,3	2,3	2,3
		Resíduo ajustado	-0,2	-1,9	2,1
	2	Frequência	4	0	1
		Frequência (%)	3,5%	0,0%	0,9%
		Frequência esperada	2,1	1,5	1,5
		Resíduo ajustado	1,8	-1,5	-0,5
	3	Frequência	14	6	3
		Frequência (%)	12,4%	5,3%	2,7%
		Frequência esperada	9,6	6,7	6,7
		Resíduo ajustado	2,1	-0,4	-1,9
	4	Frequência	12	7	9
		Frequência (%)	10,6%	6,2%	8,0%
		Frequência esperada	11,6	8,2	8,2
		Resíduo ajustado	0,2	-0,6	0,4
Concordo Totalmente	Frequência	14	20	15	
	Frequência (%)	12,4%	17,7%	13,3%	
	Frequência esperada	20,4	14,3	14,3	
	Resíduo ajustado	-2,5	2,4	0,3	

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que o tratamento de assuntos relacionados ao dinheiro, tanto no ambiente familiar quanto no ensino formal (no ensino médio), estão relacionados com o desenvolvimento

de maiores níveis de educação financeira. Este resultado demonstra a importância do conhecimento e de hábitos estimuladores para promover um maior nível de conhecimento financeiro. Da mesma forma, o controle de dinheiro periodicamente também está relacionado com os níveis de educação financeira, o que indica que o conhecimento financeiro pode promover comportamentos diferenciados em relação ao controle das finanças pessoais.

Não foi encontrada associação entre a renda média mensal, tanto familiar quanto individual, com os níveis de educação financeira. Flores, Vieira e Coronel (2013) também não verificaram diferença na educação financeira em função da renda líquida familiar, porém, demonstraram também que os indivíduos com menores níveis de renda tendem a maior propensão ao endividamento.

Em trabalho realizado por Potrich *et al.* (2014) verificou-se que a renda, tanto própria quanto familiar, esteve associada aos níveis de educação financeira, sendo que pessoas que apresentam baixa renda possuem baixos níveis de educação financeira. A associação entre estas duas variáveis também foram significativas nos trabalhos de Claudino, Nunes e Silva (2009); Silva, Silva Neto e Araújo (2017); Pacheco, Campara e Costa Jr. (2018) que identificaram altos níveis de educação financeira relacionados a maiores rendas. No presente trabalho observou-se que os servidores possuem uma renda média mensal superior à observada para a maioria da população brasileira e, no entanto, apresentaram um baixo nível de educação financeira. Esperava-se, contudo, que estas duas variáveis apresentassem associação, de forma que maiores rendas promovessem maiores níveis, como tem sido observado em diversos resultados de pesquisa apresentados neste trabalho. Ao considerar os fatores que poderiam promover maior propensão dos servidores públicos ao endividamento, Flores, Vieira e Coronel (2013) destacam a questão da renda, mas não em relação aos valores e sim ao salário garantido e com baixas variações.

Em relação ao aprendizado relacionado à educação financeira nas modalidades formais de educação, o presente trabalho detectou associação com o aprendizado adquirido no ensino médio, porém, ele não foi observado no ensino superior. Este resultado reforça, mais uma vez, a importância da inclusão do tema educação financeira nas modalidades formais de ensino, sobretudo durante os anos escolares do ensino médio. Existem, atualmente, iniciativas formalizadas que buscam estimular e implantar estas medidas na educação básica, porém, Godoi e Tiné (2020) consideram que é um caminho longo, dada a complexidade dos processos educacionais. Para Behrman *et al.* (2012), o investimento em alfabetização financeira tem impactos substanciais, pois fornecem aos indivíduos, empresas e governos a possibilidade de aumentar suas próprias riquezas e o bem-estar das famílias. Neste sentido, o investimento em

educação financeira no ensino formal pode ser uma estratégia fundamental para a autonomia dos indivíduos e para o desenvolvimento econômico do país.

#### 4.3.3 Nível de educação financeira com o perfil de comportamento financeiro

O último estudo de associação foi realizado entre o nível de educação financeira e as variáveis do perfil de comportamento financeiro, para averiguar a identificação de associação entre as variáveis. Os dados são apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 - Resultados das estatísticas de associação entre o nível de educação financeira e as variáveis do comportamento financeiro.

Variáveis	$\chi^2$	Grau de Liberdade	Valor-p
Realização de compras a prazo com frequência (Q. 32)	4,123	8	,863
Percentual da renda média mensal (individual) destinada para pagar compras a prazo (Q. 33)	10,869	14	,704
Principal forma utilizada para pagamentos de compras a prazo (Q.34)	5,486	12	,989
Percentual de compras a prazo com pagamento em atraso, de modo geral (Q.35)	10,275	10	,297
Pede desconto sempre que compra à vista (Q. 36)	3,981	8	,893
Poupa parte da renda mensal para eventualidades (Q.38)	12,633	8	,118
Uso de parte da renda média mensal (individual) para contratar seguro de bens que possua (Q. 41)	6,191	8	,636
Contribuição com a previdência oficial (o RGPS ou o RPPS), considerando que ela seja obrigatória para todos os trabalhadores/servidores (Q.43)	11,092	8	,089
Uso de parte da renda média mensal (individual) para contribuir com um plano de previdência complementar (Previdência privada) (Q. 44)	6,560	8	,586
Faz investimento com parte da renda média mensal (Q. 45)	12,054	8	,141

Fonte: Dados da pesquisa.

Embora tenha sido constatado que o nível de educação financeira está associado com fatores do perfil socioeconômico dos respondentes, ele não foi observado para as variáveis de comportamento financeiro (Tabela 15). Esperava-se, no entanto, que maiores níveis de educação financeira levassem a comportamentos mais adequados em relação ao planejamento e controle de finanças.

Apesar de não terem sido analisados, neste trabalho, o nível e os riscos de endividamento dos servidores, alguns trabalhos utilizaram algumas variáveis semelhantes às empregadas aqui para determinar estes índices. Claudino, Nunes e Silva (2009) observaram que o maior conhecimento de educação financeira influencia na condição de menores níveis de

endividamento. Flores, Vieira e Coronel (2013) também observaram que indivíduos com menores níveis de renda tendem a maior propensão ao endividamento.

No trabalho de Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011) foram observados alguns aspectos que divergem dos encontrados neste trabalho. Os autores apontam que indivíduos com maior nível de educação financeira têm maior propensão a planejar a aposentadoria, maior probabilidade de investir em ações e de poupar parte da renda. No presente estudo, nenhuma destas atitudes comportamentais estiveram associadas aos diferentes níveis de educação financeira.

Fornero e Monticone (2011) também observaram que a alfabetização financeira tem um impacto positivo e significativo na propensão a economizar para a aposentadoria por meio de um plano de previdência privada.

#### **4.4 Comparação entre os resultados e as hipóteses**

Os resultados obtidos a partir das análises realizadas permitiram a avaliação das hipóteses propostas neste trabalho.

A análise da associação demonstrou que os fatores Faixa Etária, Gênero, Cor/raça/etnia e Escolaridade não interferiram no nível de educação financeira, levando, portanto, à rejeição da hipótese “Variáveis sociodemográficas - estão associadas ao nível de educação financeira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFMG *Campus* Bambuí”

A hipótese “Variáveis socioeconômicas - estão associadas ao nível de educação financeira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFMG *Campus* Bambuí” foi aceita, uma vez que foram encontradas associações significativas entre o nível de educação financeira e algumas variáveis deste perfil: “Quando criança, meus pais e eu tratávamos de assuntos relacionados ao dinheiro, “No Ensino Médio, eu tive algum conteúdo (disciplina ou projeto) que me ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro” e “Controlo meu dinheiro periodicamente. Ou seja, pelo menos uma vez por semana, vejo o quanto recebi, quanto e com o que estou gastando”.

Assim como demonstrado em outros trabalhos, os resultados aqui encontrados confirmam a importância dos pais abordarem assuntos relacionados ao dinheiro com seus filhos, visando a formação de cidadãos que apresentem um maior nível de conhecimento financeiro.



Para testar a hipótese proposta “Variáveis do perfil de comportamento financeiro - são associadas com o nível de educação financeira dos servidores técnico-administrativos em educação do IFMG *Campus Bambuí*” o trabalho analisou o comportamento financeiro a partir de diversas variáveis: frequência de compras a prazo, percentual de renda média para pagamento de compras a prazo, percentual de compras a prazo com o pagamento atrasado, pedir desconto ao comprar à vista (endividamento e crédito), poupar parte da renda média mensal para eventualidades (poupança), contratar seguros de bens com parte da renda média mensal (seguro), contribuir com um plano de previdência complementar com parte da renda média mensal (previdência) e fazer investimento com parte da renda média mensal (investimento). Não foram observadas associações significativas para nenhuma das variáveis testadas, levando, portanto, à rejeição da hipótese, indicando que para o público estudado o conhecimento financeiro não esteve associado ao desenvolvimento de hábitos comportamentais mais adequados em relação ao controle de finanças.

A partir do índice utilizado para determinação do nível de conhecimento financeiro, obteve-se uma pontuação que enquadrou a classificação dos servidores técnico-administrativos como detentores de baixo nível de educação financeira, aceitando-se a hipótese “Os servidores técnicos administrativos em educação do IFMG *Campus Bambuí* apresentam um baixo nível de educação financeira”. A partir deste resultado, foi realizada uma proposta de programa de capacitação aos TAE’s do IFMG *Campus Bambuí*.

#### **4.5 Proposta de programa de capacitação aos TAE’s**

Os resultados relacionados à educação financeira dos respondentes da pesquisa, detectou o enquadramento deles como detentores de um baixo nível de educação financeira, o que justifica a proposição de um programa com o objetivo de capacitar os TAE’s do IFMG *Campus Bambuí*.

Os resultados possibilitam o desenvolvimento de uma proposta de programa de capacitação adequada a realidade do perfil apresentado, em consonância com o objetivo geral desta pesquisa: propor um programa de capacitação em educação financeira adequado ao perfil dos servidores técnico-administrativos em educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG) – *Campus Bambuí*.

Tem-se assim, uma proposta pautada no que tange à legislação que rege a promoção do desenvolvimento de competências de servidores públicos de autarquia da administração pública federal direta, fundamentada nos resultados encontrados de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, que caracterizou o perfil sociodemográfico, socioeconômico, de conhecimento financeiro e de comportamento financeiro dos servidores; identificou o nível de educação financeira dos sujeitos da pesquisa com base no perfil de conhecimento financeiro dos respondentes; e relacionou o nível de educação financeira com variáveis dos perfis da amostra. Os resultados encontrados indicam a necessidade de se promover ações voltadas à educação financeira dos servidores TAE's.

A legislação que dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) da administração pública federal, autárquica e fundacional, regida pelo Decreto 9.991/2019, prioriza a capacitação de servidores públicos federais por meio da oferta de ações pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Não sendo as ações ofertadas pela ENAP suficientes para o atendimento integral da necessidade de desenvolvimento em questão, ações para formação complementar poderão ser ofertadas e/ou contratadas pelo órgão, devendo ser devidamente justificadas (BRASIL, 2019).

Ainda de acordo com o Decreto mencionado acima, a oferta de ações de desenvolvimento aos servidores públicos federais, tem como objetivo promover competências necessárias à consecução da excelência na atuação do órgão. Sendo assim, em consonância com o objetivo estabelecido pelo Decreto 9.991/2019, entende-se que a capacitação voltada à educação financeira dos servidores TAES's do IFMG – *Campus* Bambuí justifica-se pelo baixo nível de educação financeira evidenciado, tendo como principal objetivo buscar melhores níveis de educação financeira do grupo específico, proporcionando a esse grupo o acesso a conhecimentos, práticas e ferramentas importantes para o alcance do equilíbrio financeiro e consequente melhoria na qualidade de vida e no desempenho da atuação profissional. Propósito que se enquadra também para o fortalecimento da ENEF, que foi criada com base nas recomendações da OCDE (2005), para adoção de políticas para melhorar a qualidade de vida e apoiar o papel do governo na promoção de uma educação financeira.

Em conformidade com o Portal de Educação Financeira da Superintendência de Seguros Privados (Susep), a ENEF contempla em suas ações programas transversais, que é um tipo de ação que têm em seus objetivos a conjugação de diversos temas relacionados à gestão financeira e, entre estes programas, apresenta-se a Semana Nacional de Educação Financeira (SUSEP, 2017).

A Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF) é uma mobilização que objetiva disseminar a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal por todo o país, por meio de ações oficiais, desenvolvidas pelos membros do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) e por parceiros convidados, além de oportunizarem órgãos públicos, iniciativa privada e organizações da sociedade civil divulgarem suas iniciativas de educação financeira (SUSEP, 2017). Dessa forma, a ação proposta neste trabalho é uma iniciativa que poderá ser registrada na ENEF, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, por meio da ação que propiciará aos técnicos administrativos em educação do IFMG *Campus* Bambuí alcançarem conhecimentos relacionados à temática financeira e a tomarem decisões financeiras mais autônomas e conscientes, enquadrando-se ao objetivo da ENEF.

A adoção de ações voltadas para a educação financeira reflete-se em muitos benefícios. Os indivíduos capacitados para melhor gerir os recursos financeiros tornam-se instrumento para o desenvolvimento econômico por se mostrarem menos propensos a dependência do apoio público na medida em que se apresentam mais preparados para superar choques econômicos e passam a contribuir nas políticas públicas, com a geração de estabilidade macroeconômica e do mercado como evidenciados em diversos trabalhos (Van Rooij, Lusardi e Alessie, 2012 e Klapper; Lusardi e Panos, 2013). Além disso, pode se compor o conjunto de atos voltados a promoção da qualidade de vida no trabalho, como foi refletido por Klein *et al.* (2017), como meio para evitar problemas futuros como baixa motivação no trabalho. O que poderá impactar positivamente toda a comunidade acadêmica do IFMG-*Campus* Bambuí, com uma maior qualidade nos serviços prestados, uma vez que o bom desempenho laboral está relacionado diretamente a uma boa saúde financeira. Verifica-se, ainda, a possibilidade desses indivíduos se tornarem multiplicadores, disseminando conhecimentos e formas adequadas de lidar com o dinheiro e influenciando muitos outros indivíduos da sociedade a aprender mais sobre finanças pessoais, beneficiando a comunidade, a instituição e os participantes da ação.

Nesse sentido, conclui-se que a capacitação em educação financeira aos servidores TAE's na busca de inserção de uma qualidade nas decisões financeiras pode alcançar um maior bem-estar financeiro, oportunidades de investimentos e de adequada preparação para a aposentadoria, além de poder proporcionar uma promoção na qualidade de vida dos participantes, o que constitui um dos objetivos estratégicos do setor de Gestão de Pessoas, constante no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), “[...] institucionalizar ações voltadas à saúde e melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional” (PDI, 2019, p. 225). Tem-se, assim, que indivíduos

educados financeiramente representam relevantes aspectos econômicos e sociais que geram benefícios para toda a sociedade.

Demonstrada a necessidade de desenvolvimento do grupo específico, os servidores TAE's do IFMG – *Campus* Bambuí, alinhado ao objetivo de promover competências necessárias à consecução da excelência na atuação do órgão, propõe-se, ao IFMG – *Campus* Bambuí, o planejamento de uma ação de desenvolvimento específica a ser ofertada diretamente pelo Instituto aos seus servidores.

Como citado, o Decreto 9.991/2019 prioriza o atendimento das necessidades de desenvolvimento de servidores por meio da oferta de ações pela ENAP, podendo a oferta direta ou contratação, ser executada mediante a justificativa. Desse modo, sugere-se, primeiro, a oferta diretamente pelo Instituto tendo em vista a necessidade do atendimento das especificidades identificadas pelos resultados da pesquisa. De acordo com os resultados encontrados, exige-se a oferta de uma ação em nível inicial e que proporcione o contato, interação e compartilhamento de informações entre professor e aluno, por meio de encontros regulares, o que não acontece com as ações da modalidade "Ead autoinstrucional" atualmente ofertadas pela ENAP. Conforme definido pela ENAP, os cursos nesta modalidade são "[...] sem tutoria, ou seja, sem acompanhamento de docente". Para o atendimento das lacunas identificadas, faz-se necessário um acompanhamento mais próximo dos participantes, para que se sintam acolhidos e a motivados a participar e se envolverem com o novo desafio que lhes serão colocados: desenvolver e aprimorar conhecimentos em educação financeira, o que, geralmente, é visto com muita resistência ou muito distante da realidade vivida e que, na prática, não precisa ser. Conhecer e aplicar conhecimentos e práticas relacionados a educação financeira melhorando a qualidade de vida é possível a todos.

Nesse sentido, a proposta desenvolvida tem como objetivo geral despertar o interesse pela educação financeira dos servidores TAE's do IFMG – *Campus* Bambuí, possibilitando aos participantes conhecer e colocar em prática estratégias adequadas à abordagem de temas relacionados às questões econômicas e financeiras, apresentando conhecimento e formas para alcançarem melhores decisões em relação ao uso do dinheiro como: crédito, seguro, investimento, poupança e previdência, propiciando, assim, o alcance de uma excelência na gestão financeira.

Desse modo, sugere-se a implementação de um Programa em Educação Financeira, na área temática de economia doméstica, com conteúdo programático alinhados com as lacunas identificadas por meio dos resultados alcançados.

Para isso, a Proposta do Programa de Capacitação em Educação Financeira, apresentada no Quadro 5, contemplando uma carga horária total de 90 horas, engloba quatro módulos: Matemática financeira básica; Gestão de Finanças Pessoais; Preparação e planejamento financeiro para aposentadoria e Conhecimentos básicos de micro e macroeconomia, com foco nas especificações anteriormente apresentadas.

O Módulo 1, Matemática Financeira Básica, foi proposto com o objetivo de ensinar noções básicas de matemática financeira para aplicação dos conceitos a adequada gestão financeira. No questionário aplicado, isto se faz necessário tendo em vista o relevante número de respondentes que erraram, não souberam responder ou não tiveram interesse em responder as questões que abordavam conceitos de juros e inflação (Tabela 7). O desconhecimento de operações de matemática financeira pode ser um fator que facilita o desenvolvimento da educação financeira dos indivíduos, auxiliando no planejamento e execução de transações financeiras no dia a dia.

Com as abordagens do Módulo 2, Gestão de Finanças Pessoais, pretende-se apresentar conceitos de gestão de finanças pessoais e estimular a reflexão sobre temas do cotidiano das pessoas.

Na caracterização do perfil do comportamento dos respondentes verificou-se que a realização de compras a prazo é uma prática bastante comum (Figura 6) e que parte deles possui um percentual da renda média mensal destinada para pagar este tipo de contas (Tabela 5). Dessa forma, no Módulo 2, estão propostos conteúdos que poderão auxiliar os TAE's em relação ao orçamento pessoal e familiar, fluxo de caixa, crédito e consumo planejado e consciente. Nos resultados sobre o perfil de conhecimento financeiro, pode-se também observar que o conhecimento sobre diversificação de riscos e investimentos pode ser melhorado para uma considerável parcela dos respondentes, principalmente em relação aos investimentos (Tabela 7). Isto se confirmou no estudo do comportamento financeiro, quando analisado a realização de investimentos com parte da renda média mensal, em que grande parte dos participantes demonstrou não ser esta uma prática comum (Figura 10).

O Módulo 3 foi proposto também com base nos resultados obtidos em relação ao perfil de comportamento financeiro. Verificou-se que a maioria dos respondentes contribuem (ou contribuirá) apenas com a previdência oficial, em função da sua obrigatoriedade e não fazem contribuição com um plano de previdência complementar (Previdência privada). Dada a importância do planejamento da aposentadoria e, tendo em vista que os resultados obtidos não parecem ser satisfatórios, este módulo foi proposto com o objetivo de promover a preparação e incentivar o planejamento financeiro para a aposentadoria.

Por fim, considera-se muito importante que o indivíduo se sinta parte de um sistema econômico complexo e que entenda que suas atitudes financeiras podem ser impactadas e também impactar a economia não apenas no âmbito pessoal e familiar. Para isso, foi proposto o Módulo 4, com o objetivo de apresentar os conceitos básicos da teoria econômica que permitam efetuar análises econômicas qualitativas e quantitativas, bem como avaliar os problemas econômicos existentes à luz dos métodos e dados disponíveis.

Quadro 5 - Proposta do Programa de Capacitação em Educação Financeira.

<b>CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA SERVIDORES TAE'S DO IFMG – CAMPUS BAMBUÍ</b>	
<b>NECESSIDADE:</b>	Oferecer aos servidores TAE's do IFMG – Campus Bambuí conhecimentos necessários à execução de uma boa gestão financeira, em torno do tema educação financeira.
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	Os servidores técnico-administrativos da instituição, como também evidenciado mundialmente em uma significativa parte da população adulta, apresentam-se com insuficiência de conhecimento sobre finanças e conceitos econômicos básicos. Nesse sentido, espera-se que a capacitação em educação financeira, beneficie a comunidade, a instituição e os participantes, tendo em vista que indivíduos capacitados para melhor gerir os recursos financeiros tornam-se instrumento para o desenvolvimento econômico. A educação financeira proporciona ainda melhoria na qualidade de vida, podendo impactar positivamente na qualidade dos serviços prestados, trazendo benefícios para toda a comunidade acadêmica do IFMG-Campus Bambuí.
<b>OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA:</b>	Despertar o interesse pela educação financeira dos servidores TAE's do IFMG – Campus Bambuí, possibilitando aos participantes conhecer e colocar em prática estratégias adequadas à abordagem de temas relacionados às questões econômicas e financeiras, apresentando formas para buscarem melhores decisões em relação ao uso do dinheiro como: crédito; seguro; investimento; poupança; e previdência, propiciando assim o alcance de uma excelência na gestão financeira.
<b>PÚBLICO-ALVO:</b>	Servidores técnico-administrativos em educação do IFMG – Campus Bambuí.
<b>PLANO DE ENSINO</b>	
<b>MÓDULO 1: Matemática financeira básica</b>	
<b>Carga horária:</b>	20 horas
<b>Número de participantes/turma:</b>	30
<b>Objetivo Geral:</b>	Ensinar noções básicas de matemática financeira para aplicação dos conceitos a adequada gestão financeira.
<b>Objetivos Específicos:</b>	Compreender o mecanismo básico do sistema financeiro nacional. Realizar diferentes tipos de operações financeiras com juros simples e compostos. Aplicar as ferramentas matemáticas a diversos tipos de situações no cotidiano do mercado financeiro.

<b>Cronograma / Conteúdo programático</b>
1. Taxa de Juro e Desconto Juros simples e compostos, equivalência e proporcionalidade, Taxas nominal e efetiva, Desconto simples e composto.
2. Fluxo de Caixa e Valor Presente Valor presente, Valor futuro, Diagrama de fluxo de caixa.
3. Operações financeiras Análise de investimento, Sistemas de amortização.
<b>Estratégias metodológicas:</b>
Aulas expositivas e dialogadas
Proposição e resolução de exercícios individualmente
Atividades em grupos
Utilização de calculadora e planilhas do Microsoft Excel
<b>Referências:</b>
HAZZAN, Samuel. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 232 p. ISBN 85-03275-5.
SICSÚ, Bernardo. Fundamentos de matemática financeira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2004. 88 p. ISBN 858589792013.

## **MÓDULO 2: Gestão de Finanças Pessoais**

<b>Carga horária:</b> 30 horas
<b>Número de participantes/turma:</b> 30
<b>Objetivo Geral:</b>
Apresentar conceitos de gestão de finanças pessoais e estimular a reflexão sobre temas do cotidiano das pessoas
<b>Objetivos Específicos:</b>
Demonstrar a importância dos controles pessoal e familiar;
Compreender as opções de investimentos financeiros.
<b>Cronograma / Conteúdo programático</b>
1. Orçamento Pessoal e Familiar.
2. Fluxo de caixa.
3. Crédito e Endividamento.
4. Consumo Planejado e Consciente.
5. Poupança e Investimento.
6. Aplicações financeiras.
7. Abordagem de metas para o alcance de objetivos.
<b>Estratégias metodológicas:</b>
Aulas expositivas e dialogadas
Resolução de exercícios sobre o tema estudado.
Leitura de textos e simulação de situações para aplicação dos conhecimentos desenvolvidos.
<b>Referências:</b>

GITMAN, Lawrence J.; Madura, Jeff. **Administração Financeira: uma abordagem gerencial**. Editora Pearson 678 ISBN 9788588639089.

GUINDANI, Roberto Ari; Martins, Tomás Sparano; Cruz, June Alisson Westarb. **Finanças Pessoais**. Editora IBPEX 58 ISBN 9788578381370.

NETO, Alfredo Meneghetti. **Educação financeira**. Editora EdiPUC-RS 90 ISBN 9788539705665.

### MÓDULO 3: Preparação e Planejamento Financeiro para a Aposentadoria

**Carga horária:** 20

**Número de participantes/turma:** 30

**Objetivo Geral:**

Promover a preparação e incentivar o planejamento financeiro para a aposentadoria.

**Objetivos Específicos:**

- Demonstrar a importância da preparação para a aposentadoria.
- Capacitar os servidores sobre os aspectos legais da aposentadoria.
- Demonstrar a importância do planejamento financeiro e sua relação com a qualidade de vida.

**Cronograma / Conteúdo programático**

1. Reflexões iniciais sobre aposentadoria.
2. Aspectos legais para a aposentadoria do servidor público federal.
3. Planejamento financeiro.
4. Promoção da Saúde e Bem Estar.
5. Projeto de vida e Plano de Ação.

**Estratégias metodológicas:**

Aulas expositivas e dialogadas

Atividades em grupos

Leitura de textos e discussão

Atividades individuais com consultas a documentos regulatórios.

**Referências:**

Barbosa, T. M., & Traesel, E. S. (2013). Pré-aposentadoria: Um desafio a ser enfrentado. *Barbarói*, (38), 215-234. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782013000100012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100012)

Bressan, M. A. L. C., Mafra, S. C. T., França, L. H. F. P., Melo, M. S. S., & Loretto, M. D. S. (2013). Bem-estar na aposentadoria: O que isto significa para os servidores públicos federais? *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 16(2), 259-272. doi:10.1590/S1809-98232013000200006

Fontoura, D. S., Doll, J., & Oliveira, S. N. (2015). O Desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo. *Educação & Realidade*, 40(1), 53-79. doi:10.1590/2175-623645774



IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 17. ed. rev., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2012. 911 p. ISBN 9788576265597.

SANTORO, JOSÉ JAYME. **MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO - 4º Edição.** Editora Freitas Bastos 184 ISBN 9788579872211.

#### MÓDULO 4: Conhecimentos básicos de micro e macroeconomia

**Carga horária:** 20

**Número de participantes/turma:** 30

##### **Objetivo Geral:**

Apresentar os conceitos básicos da teoria econômica que permitam efetuar análises econômicas qualitativas e quantitativas, bem como avaliar os problemas econômicos existentes à luz dos métodos e dados disponíveis.

##### **Objetivos Específicos:**

- Apresentação da teoria microeconômica com enfoque nas teorias do consumidor e da firma, chegando às diferentes configurações de mercado e às aplicações de teoria dos jogos e organização industrial.
- Compreensão da macroeconômica, onde os agentes econômicos são tratados por um lado como elementos passivos da economia, sendo influenciado pelas condições do ambiente econômico. E por outro, como elementos ativos da economia, gerando impactos sobre a renda, o emprego e o bem-estar social de um país, região ou localidade.

Ao final do curso o aluno deverá entender como os mecanismos de ajustes macroeconômicos e as políticas associadas afetam a agentes econômicos. Para isso, no curso serão apresentados o sistema de contabilidade nacional, as relações macroeconômicas básicas da renda, emprego, moeda, inflação e setor externo

##### **Cronograma / Conteúdo programático**

1. Teoria do Consumidor
2. Determinantes da Curva de Demanda, Elasticidades e Receita
3. Externalidades, Bens Públicos, Imperfeições de Mercado, Bem Estar e Meio Ambiente.
4. Teoria da Produção. Custos e a Maximização dos Lucros.
5. Os Diferentes Tipos de Mercado: Concorrência Perfeita, Monopólio, Concorrência Monopolística e Oligopólio.
6. Efeitos dos Impostos nos Mercados.
7. Macroeconomia, Contas Nacionais, Renda e Crescimento Econômico.
8. Inflação e Desemprego. Teoria monetária Investimento, Poupança e Sistema Financeiro.
9. Política Fiscal e Política Monetária. História Econômica Brasileira Recente.
10. Teoria monetária Investimento, Poupança e Sistema Financeiro.

##### **Estratégias metodológicas:**

Aulas expositivas e dialogadas

Proposição e resolução de exercícios individualmente

Atividades em grupos

Referências:
Mankiw, N. Gregory. Introdução à Economia. Cengage Learning.
Krugman, Paul e Wells, Robin. Introdução à Economia. Editora Elsevier.

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

Esta proposta poderá, a critério da instituição, ser adotada como uma ferramenta contínua de desenvolvimento. Para isso, o programa poderá ser executado anualmente, dentro da Semana Nacional de Educação Financeira, permitindo uma ampla sensibilização dos servidores, com ênfase na importância do bem-estar financeiro, emocional e social ou, ainda, ser aplicada como uma capacitação para novos servidores que ingressarem na instituição e servidores técnico-administrativos inativos. Nesse sentido, deve-se considerar a necessidade contínua de atualização dos conteúdos e práticas a serem aplicados, tendo em vista as mudanças dinâmicas e frequentes no cenário econômico nacional e mundial e também as demandas apresentadas pelos próprios servidores.

Para complementação e aprimoramento de formação, apresenta-se também ao IFMG-*Campus* Bambuí indicações de ações para o desenvolvimento de pessoas, Quadro 6, que se tratam de áreas temáticas distintas, no entanto, atenderá o fortalecimento das necessidades na área de conhecimento financeiro para a qual evidenciou-se, por meio desta pesquisa, carência de formação.

Quadro 6 - Indicação de ação para desenvolvimento complementar.

<b>Ação de desenvolvimento</b>	<b>Objetivo</b>
Investimento	- Ensinar a economizar e a investir o dinheiro - Apresentar as características e vantagens do investimento - Estimular e apresentar tipos de título e qual se adequa mais a cada objetivo
Noções Básicas em Previdência Complementar	- Proporcionar informações, instruções e orientações acerca da Previdência Complementar

Fonte: Elaborado pela autora, (2021).

A ação de capacitação com foco na necessidade levantada, materializada em um Programa de Educação Financeira, a um grupo específico de pessoas, os servidores TAE's do IFMG – *Campus* Bambuí, almeja alcançar um resultado promissor. A proposta, é apresentada em consonância com o que sugere Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011a), na proposição de programas de educação financeira voltadas a um grupo específico, possuindo ações mais produtivas.

O servidor público, de acordo com as discussões de Lopez e Guedes (2020) e Flores, Vieira e Coronel (2013) e, perante a legislação, é um grupo específico de indivíduos que se mostram como mais propensos ao endividamento entre as pessoas físicas, pelos aspectos de possuírem facilidade de acesso ao crédito, estabilidade no emprego e renda média salarial individual superior à renda média brasileira, refletindo, com isso, impactos financeiros em toda a sociedade, principalmente pela expansão de vínculos de trabalho no setor público, que teve sua representatividade similar ao setor privado entre os anos de 1986 a 2017, representando um crescimento no mercado de trabalho. Sendo assim, os servidores públicos, requerem e necessitam, como percebido por Claudino, Nunes e Silva (2009) de medidas encorajadoras de boas práticas financeiras e de forma fundamentada e segura no sentido de obterem conhecimentos e informações atualizadas, principalmente quando confrontados a um cenário com constantes mudanças econômicas e surgimento de crises e, muitas delas repentinas, como as vivenciadas atualmente decorrente da pandemia da Covid-19, ocasionando transformações no mercado financeiro.

Nesse contexto, destaca-se que o processo de qualificar os profissionais exige uma atualização contínua e que formas diversas e recursos disponíveis devem ser somados a uma busca constante de bons hábitos relacionados à administração das finanças pessoais, como apontado por Johnson e Sherraden (2007). Os autores afirmam que pode haver a necessidade de combinar à educação financeira a outros fatores, como o acesso à instituições financeiras e incentivos de poupança para o alcance da capacidade financeira. Além disso, Van Rooij, Lusardi e Alessie (2011a) consideram que a educação financeira não pode ser tomada como uma garantia para suprir a má gestão financeira associada ao baixo nível de educação financeira. Contudo, deve-se ainda considerar que a educação financeira é uma ferramenta que quando bem projetada e executada, podem ter efeitos desejáveis (HASTINGS; MADRIAN; SKIMMYHORN, 2013).

No que se refere aos efeitos de uma educação financeira, é necessário a obtenção de informações dos participantes, de forma a permitir avaliar se a ação conseguiu suprir a necessidade de desenvolvimento. Nesse sentido, para se avaliar ações de capacitação voltadas à educação financeira dos servidores TAE's do IFMG – *Campus* Bambuí, irá competir aos participantes fornecer as informações à unidade de Gestão de Pessoas (GP), permitindo, assim, a elaboração de relatório, como instrumento de análise, para o aprimoramento, se necessário, do plano de desenvolvimento de pessoas, conforme dispõe a IN n.º 21 SGP-ENAP/SEDGG/ME.

Diante das considerações apresentadas, uma ação de capacitação em educação financeira voltada aos TAE's do IFMG *Campus* Bambuí, além de se enquadrar na política nacional de desenvolvimento de pessoas, poderá fortalecer a política nacional de educação financeira, a ENEF. Deve-se, ainda, considerar que a realização de uma capacitação voltada para a educação financeira contribuirá de maneira significativa para uma mudança de comportamento financeiro, proporcionando aos participantes o desenvolvimento de hábitos adequados para a gestão de suas finanças, resultando em melhorias na qualidade de vida.

#### 4.5.1 Aspectos de aceitação do produto pelo IFMG – *Campus* Bambuí

Apresentou-se aos dirigentes do IFMG – *Campus* Bambuí o produto do desenvolvimento da dissertação do Mestrado Profissional em Administração - Proposta de Programa de Capacitação em Educação Financeira aos servidores técnico-administrativos em educação, pertencentes à referida instituição. A proposta apresenta-se fundamentada nos resultados encontrados que indicou a necessidade de se promover uma capacitação voltada à educação financeira dos servidores TAE's.

Obteve-se o parecer do Diretor Geral, Rafael Bastos Teixeira, e da Coordenadora de Gestão de Pessoas, Heloísa Cristina Pereira, com a aprovação da Proposta de Capacitação e considerações, as quais foram inseridas para contemplação na proposta.

Cabe destacar que a Direção Geral ressaltou a pertinência da ação e que a Coordenadora de Gestão de Pessoas mencionou que recebeu com grande satisfação a proposta e salientou “conviver diretamente no dia a dia, com as dificuldades dos servidores na administração pessoal de suas finanças”.

Finalizando, a coordenadora, Heloísa Cristina, reforça que “a proposta de capacitação é vista como um recurso para auxiliar na saúde financeira do servidor” e acrescenta mencionando demais pontos positivos que é a importância da promoção a saúde e a qualidade de vida, desta forma capacitar os servidores para maior compreensão da Gestão Financeira e o fato de constar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFMG”.

Com a aprovação da proposta de capacitação pelos dirigentes e cumprindo-se com os demais requisitos, em conformidade com a legislação, a aplicação se torna viável no âmbito do IFMG *Campus* Bambuí.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebida a necessidade de se ter indivíduos que demonstrem habilidades na administração do dinheiro, não somente pela busca pela riqueza, mas também pela influência nas políticas públicas, na propensão para poupança após aposentadoria, na redução da vulnerabilidade ao endividamento entre outros, apresenta-se a educação financeira, como um instrumento essencial para a busca de uma vida financeira saudável, com efeitos positivos para todos os setores econômicos.

Nesse sentido, o desenvolvimento do presente trabalho permitiu propor uma programa de capacitação relacionada à educação financeira, para um grupo específico de indivíduos, legalmente instituídos no cargo público, os servidores técnico-administrativos em educação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG) – *Campus* Bambuí, com o objetivo de despertar o interesse pela educação financeira, com estímulo a uma vivência de práticas adequadas em relação ao uso dos recursos financeiros, para que se promova uma excelência na gestão financeira e uma conseqüente melhoria na qualidade de vida do servidor.

Com os resultados atingidos a partir das informações levantadas, por meio de uma *survey*, obteve-se, dos servidores técnicos administrativos em educação do IFMG *Campus* Bambuí, a caracterização dos perfis socioeconômico, sociodemográfico, de comportamento financeiro e de conhecimento financeiro, bem como a determinação do nível de educação financeira e sua associação com alguns fatores dos perfis levantados.

Observou-se, que a maioria dos respondentes se enquadram, predominantemente, no seguinte perfil: faixa etária de 25 a 49 anos, com cor/raça/etnia branca e parda, com nível de escolaridade elevado (especialistas e mestres). Em relação ao gênero, não houve uma classe predominante. Em relação ao perfil socioeconômico a pesquisa indicou que o público estudado apresenta pouca variação em relação a renda média mensal individual e familiar e uma parcela majoritária gasta menos do que ganha. No entanto, apesar de ser minoria, um número considerável de servidores gasta o mesmo ou mais do que ganha mensalmente. Embora tenha sido observado que os respondentes apresentem uma renda média mensal considerada superior em relação à maioria da população brasileira, isto não resultou em maior nível de educação financeira, discordando assim, de diversas pesquisas que indicam que indivíduos com maiores rendas possuem maiores níveis de educação financeira. Deve-se ainda considerar que os aspectos de renda são considerados não apenas à partir dos valores, mas também em relação à garantia de recebimento e as baixas variações.

Diversos estudos têm demonstrado a importância da alfabetização financeira no desenvolvimento de hábitos adequados em relação ao controle das finanças. Neste estudo, observou-se que o tratamento de assuntos relacionados ao dinheiro com os pais durante a infância é bastante variado, não sendo uma prática considerada tão presente entre os mesmos. A grande maioria considerou inexistente a abordagem de conteúdos durante o ensino médio que ajudassem a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro, demonstrando a necessidade de adoção de medidas que incluam a educação financeira como tema prioritário a ser tratado dentre os conteúdos de ensino desta fase escolar. Em relação ao ensino superior, observou-se que foram variáveis as respostas. A maior parte dos entrevistados controla suas finanças com periodicidade, ou seja, pelo menos uma vez por semana verifica o quanto recebeu e o quanto gastou, indicando que, independentemente dos demais resultados os entrevistados já apresentam uma pré-disposição em relação ao controle de finanças, o que poderá somar como mais um fator positivo na implementação de uma capacitação voltada para a educação financeira.

Na caracterização do perfil de comportamento financeiro observou-se que é comum a realização de compras a prazo com frequência, sendo que uma considerável parte dos entrevistados destinam alguma parte de sua renda para este fim. A principal forma utilizada para efetuar este pagamento é com cartão de crédito e a maioria não possui contas em atraso. Para os fatores analisados em relação a poupar parte da renda mensal e contratação de seguro de bens observou-se uma variação entre as respostas, demonstrando que é um hábito variável entre os respondentes e não possui um hábito predominante. A maioria deles afirmou contribuir apenas com a previdência oficial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e não contribuir com um plano de previdência complementar.

Na avaliação do perfil de conhecimento financeiro, apesar da maioria dos participantes ter respondido corretamente, o que demonstra certo grau de conhecimento financeiro, é notável ainda que uma parcela considerável dos técnicos administrativos não respondeu corretamente ou não souberam responder. Isso se comprovou na determinação do nível de conhecimento financeiro, em que o índice obtido enquadra a classificação dos servidores técnico-administrativos como detentores de baixo nível de educação financeira e, portanto, há a necessidade de adoção de medidas que promovam a educação financeira dos TAE's.

Observou-se, ainda, que o índice de educação financeira dos TAE's apresenta associação com as variáveis “Quando criança, meus pais e eu tratávamos de assuntos relacionados ao dinheiro”, “No Ensino Médio, eu tive algum conteúdo (disciplina ou projeto) que me ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro” e “Controlo meu dinheiro

periodicamente. Ou seja, pelo menos uma vez por semana, vejo o quanto recebi, quanto e com o que estou gastando”.

Os resultados obtidos permitiram traçar os perfis socioeconômico, demográfico, de comportamento financeiro e de conhecimento financeiro, culminando na determinação do nível de conhecimento financeiro dos TAE's do IFMG *Campus* Bambuí. Com isso, foi possível identificar as deficiências apresentadas em relação ao tema e propor um programa de capacitação para o desenvolvimento dos servidores, voltado especificamente para o público estudado, em consonância com um dos objetivos da ENEF que se assemelha com um dos objetivos institucionais do setor de Gestão de Pessoas, condicionado no PDI do IFMG, que busca adotar políticas para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

Além de caracterizar este público específico, os resultados contribuem também com a pesquisa na área de educação financeira, que é bastante recente e carece de resultados que permitam tornar mais robusto esta área de pesquisa no país, para que assim, haja ações efetivas e perenes que busquem ao menos amenizar o problema do analfabetismo financeiro, presente em parte considerável da população. Sugere-se ainda a realização de trabalhos futuros que busquem a determinação do nível de endividamento dos servidores TAE's do IFMG – *Campus* Bambuí, como forma de aprofundar as ações em torno do tema educação financeira.

## REFERÊNCIAS

ACORDI, F. P. C. **Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba - PR, 2019.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso em: 22 abr. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**, v.19, n.1, Brasília, BCB, abr. 2020. Disponível em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso em: 19 ago. 2020a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Endividamento de risco no Brasil. **Série cidadania financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão**. 6 ed., Brasília, BCB, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em: 20 ago. 2020b.

BEHRMAN, J.R.; MITCHELL, O. S.; SOO, C. K; BRAVO, D. How Financial Literacy Affects Household Wealth Accumulation. **American Economic Review**, v. 102(3), p. 300-304, may, 2012.

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. **Qualidade de vida em 5 passos**. (Folder), BVS, 2013. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/260\\_qualidade\\_de\\_vida.html#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,expectativas%2C%20padr%C3%B5es%20e%20preocupa%C3%A7%C3%B5es%E2%80%9D](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/260_qualidade_de_vida.html#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,expectativas%2C%20padr%C3%B5es%20e%20preocupa%C3%A7%C3%B5es%E2%80%9D). Acesso em: 22 abr. 2021.

BUCHER-KOENEN, T.; LUSARDI, A. Financial literacy and retirement planning in Germany. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10 (4), p. 565-584, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. [2016]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995. **Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 mai. 2019.



BRASIL. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020. **Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020. **Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21, de 1º de fevereiro de 2021. **Estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.** Brasília, DF: Secretária de Gestão e Desempenho de Pessoal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-sgp-enap/sedgg/me-n-21-de-1-de-fevereiro-de-2021-302021570>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.** Brasília, DF: Presidência da República. [2012, 3013 e 2015] Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.820, 17 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.091, 12 de janeiro de 2005. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.** BNCC, 2017. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=22/12/2017&jornal=515&pagina=41&totalArquivos=416>. Acesso em: 03 mai. 2021

CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1057081099800067>. Acesso em: 23 mar. 2019.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. **Anais [...]**. São Paulo, USP, v. 12, 2009. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45086/educacao-financeira-de-servidores-publicos--hab--->. Acesso em: 24 abr. 2019.

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo. **Perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2020**. CNC, 2021. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/peic-anual-perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2020/321560>. Acesso em 16 de abr. 2021.

CUNHA, M.P. O mercado financeiro chega à sala de aula: Educação financeira como política pública no Brasil. **Educação e Sociedade**, vol. 41, Campinas, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302020000100301](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100301). Acesso em: 02 set. 2020.

DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. Financial literacy and consumer credit portfolios. **Journal of banking & finance**, v.37 (7), p.2246-2254, Jul. 2013.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Plataforma Enap**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/>. Acesso em: 03 mai. 2021.

FERNANDES, D. ; LYNCH, J. G. JR. ; NETEMEYER, R. G. Financial Literacy, Financial Education, and Downstream Financial Behaviors. **Management Science**, v.60 (8), p.1861-1883, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/259763070\\_Financial\\_Literacy\\_Financial\\_Education\\_and\\_Downstream\\_Financial\\_Behaviors](https://www.researchgate.net/publication/259763070_Financial_Literacy_Financial_Education_and_Downstream_Financial_Behaviors). Acesso em: 10 jul. 2020.

FERREIRA, J.L.D. Educação financeira na terceira idade: um estudo aplicado. *In: VI Encontro de Produção Científica e Tecnológica*. Campo Mourão, Paraná, 2012. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_vii\\_epct/PDF/CIENCIAS\\_SOCIAIS\\_APLICADAS/Contabeis/08\\_484\\_JFerreira\\_comunicacao\\_simposio.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_SOCIAIS_APLICADAS/Contabeis/08_484_JFerreira_comunicacao_simposio.pdf). Acesso em: 03 abr.2019.

FIELD, A. **Descobrimo a Estatística Usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES**, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/808>. Acesso em: 10 abr. de 2019.

FORNERO, E.; MONTICONE, C. Financial literacy and pension plan participation in Italy. **Journal of Pension Economics and Finance**, v.10 (4), p.547-564, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/abs/financial-literacy-and-pension-plan-participation-in-italy/3CBC647531820E3A2377A10FD6AC6747>. Acesso em: 23 set. 2019.

FORZA, C. Survey research in operations management: a process-based perspective. **International journal of operations & production management**, v. 22, n. 2, p. 152-194, 2002.

FOX, J. ; BARTHOLOMAE, S. ; LEE, J. Building the case for financial education. **Journal of Consumer Affairs**, v.39 (1), p.195-214, Apr. 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/229708034\\_Building\\_the\\_Case\\_for\\_Financial\\_Education](https://www.researchgate.net/publication/229708034_Building_the_Case_for_Financial_Education). Acesso em: 30 set. 2019.

FU, J. Ability or opportunity to act: What shapes financial well-being? **World development**, v.128, Apr. 2020. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/wdevel/v128y2020ics0305750x19304929.html>. Acesso em: 05 set. 2020.

GARG, N; SINGH, S. Financial literacy among youth. **International Journal of Social Economics**, v. 45, ed. 1, p. 173-186, 2018. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eme/ijsepp/ijse-11-2016-0303.html>. Acesso em: 10 set. 2020.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, A.C; TINÉ, S. Z. S. A educação financeira, a BNCC e o currículo: contextos e desafios das escolas públicas brasileiras. In: FORTE, C. M. J [et al.]. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor**. 1. ed. São Paulo: Editora Riemma, 2020. Cap. 4, p. 78-115.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

GOYAL, K.; KUMAR, S. Financial literacy: A systematic review and bibliometric analysis. **International Journal of Consumer Studies**, vol.45(1), p.80-105, Jan. 2021.

GUIMARÃES, S.; GONÇALVES, R. M. L.; MIRANDA, I. de A. Propensão ao Risco de Endividamento Excessivo dos Servidores Federais: Um Estudo na Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, v. XII, n. 12, p. 24-49, 2015. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/228>. Acesso em: mai.2021.

HAKIZIMFURA, E.; RANDALL, D.; ZIA, B. Decentralized delivery of financial education: Experimental evidence from Rwanda. **Journal of development economics**, v.144, May 2020. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/deveco/v144y2020ics030438781831277x.html>. Acesso em: 04 set. 2020.

HASTINGS, J. S. ; MADRIAN, B. C. ; SKIMMYHORN, W. L. Financial Literacy, Financial Education, and Economic Outcomes. **Annual Review of Economics**, v. 51(1), p.347-373, 2013. Disponível em: <http://europepmc.org/article/PMC/3753821>. Acesso em: 06 jul. 2020.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume e Valores Correntes**. IBGE, Jan./Mar. 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2020\\_1tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_1tri.pdf). Acesso em: 25 ago. 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Visão geral da conjuntura**. (Carta de Conjuntura do IPEA), IPEA, n. 46, 2020. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/03/CC46\\_Vis%C3%A3o-Geral.pdf](http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2020/03/CC46_Vis%C3%A3o-Geral.pdf). Acesso em: 22 abr. 2020.

IFMG - C. Bambuí - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí. **Histórico**. Disponível em: <https://www.bambui.ifmg.edu.br>. Acesso em: 17 de set. 2020.

IFMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. Belo Horizonte, MG: IFMG, 2019. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/pdi/pdi27022020.pdf>. Acesso em: 05 de mai. 2021.

JAPPELLI, T.; PADULA, M. Investment in financial literacy and saving decisions. **Journal of Banking and Finance**, v. 37 (8), p. 2779-2792, Aug. 2013. Disponível em: [https://econpapers.repec.org/article/eeejbfina/v\\_3a37\\_3ay\\_3a2013\\_3ai\\_3a8\\_3ap\\_3a2779-2792.htm](https://econpapers.repec.org/article/eeejbfina/v_3a37_3ay_3a2013_3ai_3a8_3ap_3a2779-2792.htm). Acesso em: 23 set. 2019.

JOHNSON, E.; SHERRADEN, M. S. From Financial Literacy to Financial Capability Among Youth. **The Journal of Sociology & Social Welfare**, v. 34, sep. 2007. Disponível em: <https://scholarworks.wmich.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3276&context=jssw>. Acesso em: 26 set. 2019.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; OUDHEUSDEN, P. V. Financial Literacy Around the World. **Insights From The Standard & Poor's Ratings Services Global Financial Literacy Survey**, 2015.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. **Journal of banking & finance**, v.37 (10), p.3904-3923, oct 2013. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/jbfina/v37y2013i10p3904-3923.html>. Acesso em: 23 set. 2019.

KLEIN, L. L. *et al.* Qualidade de vida no serviço público: uma avaliação em uma instituição de ensino superior. Revista Eletrônica de Administração. REA.d, Porto Alegre, vol. 23 no.spe, dec. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112017000400317](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112017000400317). Acesso em: 01 mai. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPEZ, F.; GUEDES, E. Texto para discussão n. 2579. Três Décadas de Evolução do Funcionalismo Público no Brasil (1986-2017). Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, ago. 2020. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10169/1/td\\_2579.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10169/1/td_2579.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.

LUSARDI, A; MITCHELL, O.S. The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52 (1), p. 5-44, mar. 2014. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.52.1.5>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MARCIANO, V. G. **Educação financeira**: mensuração do conhecimento financeiro de alunos de uma universidade federal e sua correlação com os cinco grandes fatores de personalidade. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Itajubá, Itajubá - MG, 2019.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**, OCDE, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

PACHECO, G. B.; CAMPARA, J. P.; COSTA Jr., N. C. A da. Traços de personalidade, atitude ao endividamento e conhecimento financeiro: um retrato dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 52, dez. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20n52p54>. Acesso em: 14 jun. 2021.

POTRICH, A. C. G. *et al.* Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 69, p. 109-129, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13335>. Acesso em: 03 out. 2019.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772015000300362&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772015000300362&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 out. 2019.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. How well do women do when it comes to financial literacy? Proposition of an indicator and analysis of gender differences. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 17, p. 28-41, mar. 2018. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/beexfi/v17y2018icp28-41.html>. Acesso em: 04 out. 2020.

REIS, E.A., REIS, I.A. Análise Descritiva de Dados. **Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG**, 1. ed. Jun/2002. Disponível em: [www.est.ufmg.br](http://www.est.ufmg.br). Acesso em: 23 mar. 2021.

ROSSATO, Vanessa Piovesan; BESKOW, Rhuan Pivetta; PINTO, Nelson Guilherme Machado. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 94-113, jun. 2019. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/3098/2206>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SAVÓIA, J. R.F.; SAITO, A.T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública-RAP**, v.41, n.6, p.1121-1141, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122007000600006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006). Acesso em: 03 set. 2020.

SILVA, J. G.; SILVA NETO, O. S.; ARAÚJO, R. C. C. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, 2017. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45086/educacao-financeira-de-servidores-publicos--hab--->. Acesso em: 12 abr. 2021.

SOUZA, D. da R. **Endividamento do servidor público**: uma análise econômica da situação da UnB. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2015.

SPC Brasil – Serviço de Proteção ao Crédito Brasil. **48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**, SPC, 2020. Disponível em: <http://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados. **Plataforma Meu Futuro Seguro – Portal de Educação Financeira**. Rio de Janeiro, RJ: Susep, © 2017. Disponível em: <https://www.meufuturoseguro.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, M. S. Texto para discussão n. 2576. Política Econômica Emergencial Orientada para a Redução dos Impactos da Pandemia da Covid-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, jul. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36248](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36248). Acesso em: 04 set. 2020.

SILVA FILHO, G. M *et al.* Determinantes da educação financeira de estudantes dos cursos de Ciências Contábeis e Secretariado Executivo Bilingue do Campus IV da UFPB. **Revista Conhecimento Contábil**, vol. 05, n. 02, p. 15-36, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/ccontabil/article/view/2621>. Acesso em: 03 set. 2019.

TOLEDO, A. Educação financeira: por que precisamos dela? In: FORTE, C. M. J [et al.]. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor**. 1. ed. São Paulo: Editora Riemma, 2020. Cap. 1, p. 16-29.

VAN ROOIJ, M. C. J. ; LUSARDI, A. ; ALESSIE, R. J. M. Financial literacy and retirement planning in the Netherlands. **Journal of economic psychology**, v. 32(4), p.593-608, 2011.

VAN ROOIJ, M. C. J.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R. J. M. Financial literacy and stock market participation. **Journal of financial economics**, v. 101 (2), p. 449-472, 2011a.

VAN ROOIJ, M. C. J.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R. J. M. Financial Literacy, retirement planning and household wealth. **Economic Journal**, v. 122 (560), p. 449-478, may. 2012.

## APÊNDICE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) entrevistado(a),

Esta é uma pesquisa científica que tem como tema principal a Educação Financeira e os Fatores de Personalidade. Ela está sendo desenvolvida por mestrandos do Curso de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz Medeiros, em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação Financeira (DENARIUS).

O objetivo do estudo é analisar o nível de conhecimento sobre Educação Financeira da comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – *Campus Bambuí*. A finalidade deste trabalho é: a) descrever o perfil socioeconômico e demográfico; b) mensurar o nível de educação financeira; c) avaliar a correlação entre o perfil socioeconômico e demográfico e o nível de educação financeira; d) avaliar a correlação do nível de educação financeira com o comportamento financeiro; e) avaliar os fatores de personalidade predominantes; f) correlacionar os fatores de personalidade com o nível de educação financeira; g) propor um material, adequado ao perfil da comunidade acadêmica, para que eles possam otimizar o uso do dinheiro e melhorar o seu bem-estar financeiro.

Esta pesquisa se justifica pela originalidade, importância e viabilidade do tema, uma vez que a mensuração do nível de educação financeira dos docentes e dos técnicos administrativos em educação poderá auxiliar na busca de estratégias para suprir possíveis lacunas no conhecimento destes. Adicionalmente, ao se propor um material adequado ao nível de conhecimento desses profissionais, eles poderão ser impactados positivamente, tanto em sua gestão financeira pessoal quanto na familiar. Além disso, possibilitará a implantação dessa temática na instituição, juntamente com os discentes.

Solicitamos a sua colaboração para participar da pesquisa a ser respondida eletronicamente, por meio do questionário elaborado na ferramenta *Google Forms*, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Administração e outras correlatas, além de publicação em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, os dados de qualquer respondente serão mantidos em sigilo absoluto pela orientação ética e também pelo fato de que, nesta pesquisa, nenhum respondente será identificado.



Informamos que a pesquisa está sujeita ao risco inerente de toda aquela que envolve seres humanos. Porém, todos os seus integrantes estão cientes da necessidade e importância da confidencialidade, mitigando e minimizando os riscos apresentados.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso não aceite este termo, o questionário não será disponibilizado.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de se negar a participar desta pesquisa ou de se retirar dela a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo em relação ao seu atendimento nesta ou em qualquer instituição, como consta na Resolução CNS n.º 466/12 e complementares.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa por meio dos contatos abaixo:

Grupo DENARIUS - e-mail: [denarius@unifei.edu.br](mailto:denarius@unifei.edu.br)

Orientador(es): Prof. Dr. André Luiz Medeiros (e-mail: [andremedeiros@unifei.edu.br](mailto:andremedeiros@unifei.edu.br)), Prof. Dr. José Gilberto da Silva ([gilvertosilva@unifei.edu.br](mailto:gilvertosilva@unifei.edu.br)) e Prof. Dr. Edson de Oliveira Pamplona ([pamplona@unifei.edu.br](mailto:pamplona@unifei.edu.br)).

Mestrandos:

ELIZABETH ABREU DA NATIVIDADE GONÇALVES

LUCAS SILVEIRA

MONÍCIA PAULA LEMOS

NÁDIA ALVIM MUFFATO SILVEIRA

YARA DE MATOS MENDES

Desde já, agradecemos a sua valiosa participação!

Mestrandos

André Luiz Medeiros

Equipe DENARIUS

## ANEXO – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Questões propostas	Alternativas
<b>SEÇÃO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b>	
1 - Você concorda com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado e deseja, voluntariamente, participar da pesquisa?	<input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.
<b>SEÇÃO 2 - VÍNCULO</b>	
2. Qual o seu vínculo  Marcar apenas uma oval.	<input type="checkbox"/> Discente. (Pular para a pergunta 3) <input type="checkbox"/> Servidor docente. (Pular para a pergunta 19) <input type="checkbox"/> Servidor técnico administrativo em educação. (Pular para a pergunta 14) <input type="checkbox"/> Outro _____ (Pular para a pergunta 24)
<b>SEÇÃO 3 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO DISCENTE</b>	
<b>Questões de 3 a 13 referente aos Discentes</b>	
<b>SEÇÃO 4 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO TAE</b>	
14. Hoje tenho a seguinte idade:  Informe quantos anos você tem. Atenção! Informe apenas números, ou seja, se você possui 18 anos, RESPONDA APENAS 18.	_____
15. Sou do sexo:  Informe o seu sexo.	<input type="checkbox"/> Feminino. <input type="checkbox"/> Masculino. <input type="checkbox"/> Prefiro não informar.
16. Me considero da seguinte cor/raça/etnia:  Informe a cor/raça/etnia que você julga se enquadrar.	<input type="checkbox"/> Branca. <input type="checkbox"/> Preta. <input type="checkbox"/> Parda. <input type="checkbox"/> Amarela. <input type="checkbox"/> Indígena. <input type="checkbox"/> Prefiro não informar. <input type="checkbox"/> Outro: _____
17 - Possuo o seguinte nível de escolaridade:  Informe qual o seu MAIOR nível de escolaridade	<input type="checkbox"/> ensino fundamental (1º grau) incompleto . <input type="checkbox"/> ensino fundamental (1º grau) completo. <input type="checkbox"/> ensino médio (2º grau) incompleto. <input type="checkbox"/> ensino médio (2º grau) completo. <input type="checkbox"/> superior incompleto. <input type="checkbox"/> superior completo. <input type="checkbox"/> especialização (lato sensu). <input type="checkbox"/> mestrado. <input type="checkbox"/> doutorado. <input type="checkbox"/> não sei. <input type="checkbox"/> prefiro não informar. <input type="checkbox"/> Outro: _____

<p>18. Estou alocado no seguinte departamento:</p> <p>Informe em qual departamento do IFMG - Campus Bambuí você está alocado.</p>	<p><input type="checkbox"/> Ciências Gerenciais e Humanas.  <input type="checkbox"/> Ciências e Linguagem.  <input type="checkbox"/> Ciências Agrárias.  <input type="checkbox"/> Engenharia e Computação.  <input type="checkbox"/> não sei.  <input type="checkbox"/> prefiro não informar.  <input type="checkbox"/> Outro: _____</p>
<b>SEÇÃO 5 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DO DOCENTE</b>	
<b>Questões de 19 a 23 referente aos Docentes</b>	
<b>SEÇÃO 6 - PERFIL DE RENDA E CONTROLE FINANCEIRO</b>	
<p>24. A renda média mensal da minha família é:</p> <p>Nesta resposta, pedimos o favor de incluir todos os membros da família que possuem renda (companheiro(a), filhos, etc.)</p>	<p><input type="checkbox"/> Menor do que R\$ 1.045,00 (menos de 1 SM - salário mínimo).  <input type="checkbox"/> Até R\$ 2.090,00 (Até 2 SM -salários mínimos).  <input type="checkbox"/> De R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00 (2 a 4 SM).  <input type="checkbox"/> De R\$ 4.180,01 a R\$ 8.360,00 (4 a 8 SM).  <input type="checkbox"/> De R\$ 8.360,01 a R\$ 12.540,00 (8 a 12 SM).  <input type="checkbox"/> De R\$ 12.540,01 a R\$ 15.675,00 (12 a 15 SM).  <input type="checkbox"/> De R\$ 15.675,01 a R\$ 20.900,00 (16 a 20 SM).  <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 20.900,01 (Acima de 20 SM).  <input type="checkbox"/> Não sei a renda média mensal da minha família.  <input type="checkbox"/> Não tenho interesse em responder.</p>
<p>25. A minha renda média mensal (individual e pessoal) é:</p> <p>Nessa resposta, pedimos o favor de considerar apenas o que você recebe.</p>	<p><input type="checkbox"/> Menor que R\$ 1.045,00 (menos de 1 SM - salário mínimo).  <input type="checkbox"/> Até R\$ 2.090,00 (Até 2 SM -salários mínimos).  <input type="checkbox"/> De R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00 (2 a 4 SM).  <input type="checkbox"/> De R\$ 4.180,01 a R\$ 8.360,00 (4 a 8 SM).  <input type="checkbox"/> De R\$ 8.360,01 a R\$ 12.540,00 (8 a 12 SM).  <input type="checkbox"/> De R\$ 12.540,01 a R\$ 15.675,00 (12 a 15 SM).  <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 15.675,01 (Acima de 15 SM).  <input type="checkbox"/> Não sei qual é a minha a renda média mensal.  <input type="checkbox"/> Não tenho interesse em responder.</p>
<p>26. Em relação à minha renda, posso afirmar que:</p> <p>Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima.</p>	<p><input type="checkbox"/> gasto menos do que eu ganho, ou seja, sobra dinheiro no final do mês.  <input type="checkbox"/> gasto o mesmo que ganho, ou seja, não sobra dinheiro no final do mês.  <input type="checkbox"/> gasto mais do que eu ganho, ou seja, falta dinheiro no final do mês.  <input type="checkbox"/> Não sei.  <input type="checkbox"/> Não tenho interesse em responder.</p>
<p>27. Quando criança, meus pais e eu tratávamos de assuntos relacionados ao dinheiro.</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima.</p>	<p>Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”</p>
<p>28. No Ensino Médio, eu tive algum conteúdo (disciplina ou projeto) que me ajudou a lidar com assuntos relacionados ao dinheiro.</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima.</p>	<p>Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”</p>
<p>29. No Ensino Superior, cursei pelo menos uma disciplina da área de economia e finanças (tais como: Economia, Engenharia Econômica, Matemática Financeira, Finanças, etc.)</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima.</p>	<p>Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”</p>

<p>30. Controlo meu dinheiro periodicamente. Ou seja, pelo menos uma vez por semana, vejo o quanto recebi, quanto e com o que estou gastando.</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”</p>
<p>31. Suponha que, nos próximos 10 anos, os preços dos itens que você compra regularmente dobrem de preço. Se o seu rendimento também dobrar, você comprará...</p>	<p><input type="radio"/> ...menos do que você pode comprar hoje.  <input type="radio"/> ...o mesmo que você pode comprar hoje.  <input type="radio"/> ...mais do que você pode comprar hoje.  <input type="radio"/> Não sei.  <input type="radio"/> Não tenho interesse em responder.</p>
<b>SEÇÃO 7 – CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO</b>	
<p>32. Realizo compras a prazo com frequência (ou seja, compro a prazo pelo menos uma vez por mês).</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”</p>
<p>33. Qual o percentual da sua renda média mensal (individual) é destinada para pagar suas compras a prazo?</p>	<p><input type="radio"/> Até 10%.  <input type="radio"/> De 10,01% até 20%.  <input type="radio"/> De 20,01% até 30%.  <input type="radio"/> De 30,01% até 40%.  <input type="radio"/> De 40,01% até 50%.  <input type="radio"/> Mais de 50%.  <input type="radio"/> Não sei.  <input type="radio"/> Não tenho interesse em responder.  <input type="radio"/> Não compro a prazo.</p>
<p>34. Quando compro a prazo, uso como principal forma de pagamento...</p> <p>Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima</p>	<p><input type="radio"/> ...o cartão de crédito (sem parcelar).  <input type="radio"/> ...o cartão de crédito (parcelado).  <input type="radio"/> ...cheques pré-datados.  <input type="radio"/> ... crediário de loja (carne ou promissória).  <input type="radio"/> ...caderneta (em padaria, mercearia, açougue, etc).  <input type="radio"/> Não tenho interesse em responder.  <input type="radio"/> Não compro a prazo.</p>
<p>35. De modo geral, qual percentual das suas compras a prazo está com pagamento atrasado?</p> <p>Assinale a alternativa que melhor representa o quanto das suas contas a pagar estão inadimplentes.</p>	<p><input type="radio"/> Até 10%.  <input type="radio"/> De 10,01% a 20%.  <input type="radio"/> De 20,01% a 30%.  <input type="radio"/> De 30,01% a 40%.  <input type="radio"/> De 40,01% a 50%.  <input type="radio"/> Mais de 50%.  <input type="radio"/> Não sei.  <input type="radio"/> Não tenho interesse em responder.  <input type="radio"/> Não tenho contas em atraso.</p>
<p>36. Sempre que compro à vista, peço desconto.</p> <p>Selecione, na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima</p>	<p>Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”</p>
<p>37. Você precisa tomar emprestado R\$ 100,00. Qual a MENOR quantia que você deve devolver ao credor?</p>	<p><input type="radio"/> Os mesmos R\$100,00.  <input type="radio"/> Os R\$100,00 mais os juros contratados.  <input type="radio"/> Entre R\$100,00 e R\$120,00 dependendo do credor.  <input type="radio"/> Não sei.  <input type="radio"/> Não tenho interesse em responder.</p>

<b>SEÇÃO 8 – POUPANÇA</b>	
38. Mensalmente, guardo uma parte da minha renda média mensal (individual) para eventualidades.	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
39. Considere que você tem R\$ 100,00 em uma conta poupança e o banco paga juros de 10% ao ano. Se você não movimentar essa conta (não fizer depósitos ou retiradas), quanto você terá na mesma conta de poupança após cinco anos?  Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima	<input type="radio"/> Menos de R\$150,00. <input type="radio"/> Exatamente R\$150,00. <input type="radio"/> Mais de R\$150,00. <input type="radio"/> Não sei. <input type="radio"/> Não tenho interesse em responder.
40. Um banco pagou juros de 10% ao ano para sua conta de poupança, e, no mesmo ano, a inflação foi de 15%. Após deixar o seu dinheiro naquela poupança por um ano, pode-se afirmar que você seria capaz de comprar...  Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima	<input type="radio"/> ...menos que compro hoje. <input type="radio"/> ...o mesmo que compro hoje. <input type="radio"/> ...mais que compro hoje. <input type="radio"/> Não sei. <input type="radio"/> Não tenho interesse em responder.
<b>SEÇÃO 9 – SEGURO</b>	
41. Parte da minha renda média mensal (individual) eu uso para contratar seguro de bens que possuo (como por exemplo: carro, vida, aluguel, etc.).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
42. Quando você contrata um seguro, você está procurando...  Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima.	<input type="radio"/> ...evitar o risco de um eventual imprevisto (sinistro). <input type="radio"/> ...reduzir o risco de um eventual imprevisto (sinistro). <input type="radio"/> ...transferir para terceiros o risco de um eventual imprevisto (sinistro). <input type="radio"/> Não sei. <input type="radio"/> Não tenho interesse em responder.
<b>SEÇÃO 10 – PREVIDÊNCIA</b>	
43. Considerando que a previdência oficial (o RGPS ou o RPPS) é obrigatória para todos os trabalhadores/servidores eu...  Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima, considerando que: 1) o RGPS (Regime Geral da Previdência Social é gerenciado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e que vincula obrigatoriamente todos os trabalhadores do setor privado e também os servidores públicos não vinculados a regimes próprios de previdência social; e 2) o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) que tem a finalidade de assegurar, por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de	<input type="radio"/> ...não contribuo (ou não contribuirei) com nenhuma forma de previdência (oficial e ou complementar) porque tenho (ou terei) um trabalho informal. <input type="radio"/> ...contribuo (ou contribuirei) apenas com a previdência oficial (o RGPS ou o RPPS) por ser obrigatória a todos os trabalhadores/servidores. <input type="radio"/> ...contribuo (ou contribuirei) com a previdência oficial (o RGPS ou o RPPS) e também com a complementar (Previdência Complementar - Privada ou FUNPRESP). <input type="radio"/> Não sei. <input type="radio"/> Não tenho interesse em responder.

aposentadoria e pensão por morte previstos no artigo 40 da Constituição Federal.	
44. Uso parte da minha renda média mensal (individual) para contribuir com um plano de previdência complementar (PREVIDÊNCIA PRIVADA).  Selecione na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima. No caso de servidor público que contribua com o FUNPRESP, deve-se considerar apenas se for um plano adicional ao já recolhido. Ou seja, uma terceira forma de contribuição (RPPS + FUNPRESP + Outra previdência)	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
<b>SEÇÃO 11 – INVESTIMENTO</b>	
45. Eu faço investimentos com parte da minha renda média mensal (individual).  Selecione na escala abaixo, o quanto você concorda com a afirmação acima	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
46. Considere que você possui algum dinheiro para realizar investimento, é mais seguro investir em...  Assinale a alternativa que você julga completar adequadamente a sentença acima	<input type="checkbox"/> ...título de capitalização. <input type="checkbox"/> ...um único ativo (aplicação, negócio, empresa, imóvel ou ação). <input type="checkbox"/> vários ativos (em mais de um tipo de aplicação, negócio, empresa, imóvel ou ação). <input type="checkbox"/> Não sei. <input type="checkbox"/> Não tenho interesse em responder.
<b>SEÇÃO 12 – PERSONALIDADE</b>	
<b>Eu me vejo como alguém que...</b>	
Assinale, na escala abaixo de cada complemento da frase anterior, o número que melhor expresse sua opinião em relação a você mesmo (a), para cada afirmação.	
47. ... é conversador, comunicativo (1).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
48. ... às vezes, é frio e distante (2).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
49. ... tende a ser crítico com os outros (3).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
50. ... é minucioso, detalhista no trabalho (escola ou em outras atividades) (4).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
51. ... é assertivo, não teme expressar o que sente (5).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
52. ... insiste até concluir a tarefa ou o trabalho (atividade) (6).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
53. ... é depressivo, triste (7).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
54. ... gosta de cooperar com os outros (8).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
55. ... é original, que tem sempre novas ideias (9).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”

56. ... é temperamental, muda de humor facilmente (10).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
57. ... é inventivo, criativo (11).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
58. ... é reservado (12).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
59. ... valoriza o artístico, o estético (13).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
60. ... é emocionalmente estável, não se altera facilmente (14).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
61. ... é prestativo e ajuda os outros (15).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
62. ... é, às vezes, tímido, inibido (16).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
63. ... pode ser um tanto descuidado (17).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
64. ... é amável, tem consideração pelos outros (18).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
65. ... tende a ser preguiçoso (19).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
66. ... faz as coisas com eficiência (20).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
67. ... é relaxado, controla bem o estresse (21).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
68. ... é facilmente distraído (22).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
69. ... mantém-se calmo nas situações tensas (23).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
70. ... prefere trabalho rotineiro (24).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
71. ... é curioso sobre coisas diferentes (25).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
72. ... é sociável, extrovertido (26).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
73. ... é geralmente confiável (27).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
74. ... é, às vezes, rude (grosseiro) com os outros (28).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
75. ... é cheio de energia (29).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
76. ... começa discussões, disputa com os outros (30).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
77. ... é um trabalhador (estudante, colega) de confiança (31).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
78. ... faz planos e os segue a risca (32).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
79. ... tem uma imaginação fértil (33).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
80. ... fica tenso com frequência (34).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
81. ... é engenhoso, alguém que gosta de analisar profundamente as coisas (35).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
82. ... fica nervoso facilmente (36).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
83. ... gera muito entusiasmo (37).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
84. ... tende a ser desorganizado (38).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”

85. ... gosta de refletir, brincar com as ideias (39).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
86. ... tem capacidade de perdoar, perdoa fácil (40).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
87. ... preocupa-se muito com tudo (41).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
88. ... tende a ser quieto, calado (42).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
89. ... tem poucos interesses artísticos (43).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”
90. ... é sofisticado em artes, música ou literatura (44).	Escala tipo <i>Likert</i> de 1 a 5, onde 1 é “discordo totalmente” e 5 é “concordo totalmente”